

Ministério da Educação e do Desporto
Universidade Federal de Uberlândia – MG
Instituto de Economia
Programa de Pós-graduação em Economia
Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

**ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA
GOIANA E DO SUDOESTE DE GOIÁS NO PERÍODO
DOS ANOS 80/90**

ALUNO: SEBASTIÃO LÁZARO PEREIRA
ORIENTADOR: PROF. DR. NIEMEYER ALMEIDA FILHO

Uberlândia, Minas Gerais

SISBI/UFU



1000202246

SEBASTIÃO LÁZARO PEREIRA

NON
332.1 (817.3)
P436a
TES / MEM

ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA GOIANA E DO SUDOESTE DE GOIÁS

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia – MG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico

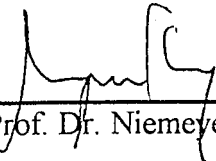
Orientador: Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho.

UBERLÂNDIA – MG

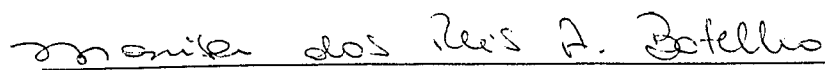
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2001

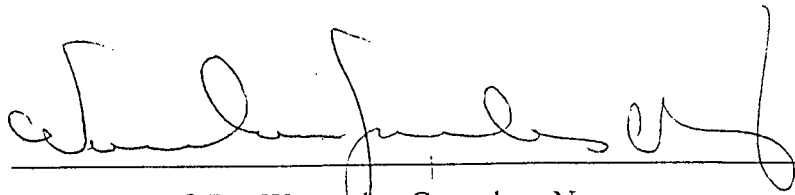
Dissertação defendida e aprovada, em 18 de abril de 2001, pela banca examinadora:



Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
Orientador



Prof. Dra. Marisa dos Reis Azevedo Botelho



Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

A minha esposa, Querli, companheira e amiga de
todas as horas,

Dedico

AGRADECIMENTOS

As minhas filhas, Letícia, Laís e Luíza, pela compreensão que tiveram de um pai que, muitas vezes ausente, não pode lhes dar toda a atenção que mereciam, mas que sem elas ele não teria conseguido.

Ao Professor Dr. Niemeyer Almeida Filho, pelos conselhos e orientações que, sem dúvida, foram essências para a construção desta dissertação.

Ao Professor José Diniz, pela contribuição que precisei ao longo do tempo em que fiz o curso.

- SUMÁRIO -

INTRODUÇÃO	01
I. ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA BRASILEIRA E DO ESTADO DE GOIÁS	05
I.1 Introdução	06
I.2 Variações do PIB como efeito das mudanças estruturais na economia brasileira	10
I.3 Variações do PIB como efeito das alterações estruturais da economia brasileira	17
I.3.1 Os recursos públicos como propulsores do desenvolvimento do Estado de Goiás	18
I.4 O desenvolvimento do setor primário e da agroindústria goiana	22
I.5 Consolidação da agroindústria goiana	27
I.6 A especialização do setor primário e da agroindústria goiana	33
I.7 Diferenças entre os determinantes e resultados dos PIBs de Goiás e Brasil	39
II. O SUDOESTE DE GOIÁS: UM NOVO ESPAÇO DINÂMICO NO ESTADO DE GOIÁS	46
II.1 Introdução	47
II.2 A evolução do emprego formal no Sudoeste de Goiás	50
II.3 Evolução no consumo de energia elétrica no Sudoeste de Goiás	55
II.4 Crescimento da renda nos municípios do Estado de Goiás: o comportamento do Sudoeste Goiano	59
II.5 O desenvolvimento da agricultura no Sudoeste de Goiás com destaque para o município de Rio Verde	65
CONCLUSÃO	77
BIBLIOGRAFIA	84
ANEXO	90

- SUMÁRIO DE TABELAS -

Tabela I.1	PIB de países da OCDE selecionados	12
Tabela I.2	Participação (%) dos setores na composição do PIB do Estado de Goiás	23
Tabela I.3	Pessoal ocupado e valor da produção na indústria goiana em 1975, por gênero da indústria	24
Tabela I.4	Indústria goiana por gênero, número de trabalhadores, pessoal ocupado e valor da produção – 1980 a 1985	29
Tabela I.5	Taxas reais de variação (%) do PIB e seus setores – Brasil e Goiás – 1986 a 1997	30
Tabela I.6	Participação percentual do PIB por setores de atividades – Brasil e Goiás	32
Tabela I.7	Evolução da área e da produção das principais culturas selecionadas – Goiás – 1990 a 1998	34
Tabela I.8	Participação (%) do pessoal ocupado, receita total e salário total por gêneros da indústria de Goiás – 1994	37
Tabela I.9	População do Estado de Goiás e Brasil – 1985 a 1998	42
Tabela I.10	Participação dos empregados por setor de atividades (%) Brasil e Goiás – 1990 a 1997	44
Tabela II.1	Consumo de energia elétrica industrial dos municípios do Sudoeste de Goiás – 1990 a 1999	57
Tabela II.2	Índice de participação dos municípios com maior população das microrregiões do Estado de Goiás – 1990 a 1998	61
Tabela II.3	Quantidade produzida dos principais produtos agrícolas no Sudoeste de Goiás – 1970 a 1985	67
Tabela II.4	Participação (%) do Sudoeste de Goiás na produção goiana – 1990 a 1998	69
Tabela II.5	Participação das microrregiões goianas na produção total do Estado de Goiás – 1998	70

Tabela II.6	Participação (%) dos municípios na produção agrícola do Sudoeste de Goiás	72
Tabela II.7	População residente nos municípios do Sudoeste de Goiás – 1991, 1996 e 2000	75

- SUMÁRIO DE GRÁFICOS -

GRÁFICO 1	Taxa de variação do PIB brasileiro – total e setores -	14
GRÁFICO 2	Produção industrial – indústria geral – 1991 a 2000	15
GRÁFICO 3	Taxa de investimentos – 1980 a 2000	16
GRÁFICO 4	Produção das principais culturas em Goiás – 1980 a 1989	25
GRÁFICO 5	Taxas reais de variação (%) – Brasil e Goiás – PIB Total e Setores – 1986 a 1997	31
GRÁFICO 6	Taxas anuais de variação (%) da agropecuária – Brasil e Goiás ...	33
GRÁFICO 7	Variação anual (%) da pop. de Goiás e Brasil – 1985 a 1998	42
GRÁFICO 8	Taxa de crescimento anual do emprego na agropecuária de Goiás e do Sudoeste de Goiás – 1990 a 1997	52
GRÁFICO 9	Taxa de variação anual dos empregados na indústria em Goiás e no Sudoeste de Goiás – 1990 a 1997	53
GRÁFICO 10	Evolução da taxa de variação anual (%) do consumo de energia elétrica industrial do Estado de Goiás e do Sudoeste de Goiás – 1990 a 1997	56
GRÁFICO 11	Estado de Goiás e Microrregiões	62
GRÁFICO 12	Taxas anuais de variação (%) – Goiânia, Rio Verde e Luziânia – 1990 a 1998	63

RESUMO

Analisou-se as alterações estruturais da economia do Sudoeste de Goiás e do Estado de Goiás resultado de mudanças no estilo de desenvolvimento brasileiro, sobretudo aquelas mudanças decorrentes das aberturas comercial e financeira, além da desregulamentação. A análise foi feita utilizando os seguintes instrumentos: leitura de contribuição de autores para entendimento das alterações por que passou a economia brasileira; coleta de dados estatísticos para constatação de variações significativas na renda nos três níveis, federal, estadual e municipal; levantamento de dados complementares que auxiliassem o entendimento das alterações em nível regional de agregação. Foram identificados que as transformações dos anos 90 alteraram a geração de riqueza no Estado de Goiás e no Sudoeste de Goiás, porque eles apresentaram vantagens locais para os capitais e internamente ao Sudoeste de Goiás o município de Rio Verde foi o mais beneficiado. Este município foi beneficiado pelas vantagens locais e comparativas que nele se apresentam mais vantajosas para o capital dentro do novo estilo de desenvolvimento.

- INTRODUÇÃO -

Introdução

O Estado de Goiás é uma das regiões políticas brasileiras em que houve intensa influência da política pública federal no processo de desenvolvimento econômico. Desde os anos 70, com a ênfase da política agrícola na expansão para interior dos limites da produção de grãos de exportação, é possível se observar a resposta da economia goiana tanto do ponto de vista quantitativo de aumento do produto interno bruto quanto qualitativo com mudança das condições de vida da população.

Evidentemente, este processo não está circunscrito ao Estado de Goiás, tampouco se trata de um processo homogêneo que contemple todos os espaços com a mesma intensidade. A expansão da fronteira afetou igualmente todo o sudoeste do país, ganhando parte de Minas Gerais e do que hoje é correspondente aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Do mesmo modo, na divisão interna ao Estado de Goiás, houve regiões afetadas com maior intensidade pela política oficial.

Entretanto, desde os anos 80, com as dificuldades decorrentes do processo de instabilização da economia, que acabou redundando em diversas e distintas tentativas de estabilização, e, mais recentemente, nos anos 90, com o processo de abertura comercial e financeira, a política pública federal setorial vem perdendo intensidade. Em princípio, esta perda poderia significar uma diminuição do dinamismo de algumas regiões políticas, o que de fato aconteceu, porém não nas proporções da importância das políticas federais. Em parte, isto se deve a uma força contrarrestante de estados e municípios, que passaram a utilizar mecanismos de alavancagem de investimentos com recursos exclusivamente fiscais e, portanto, a deixar de realizar gastos em outras áreas de infra-estrutura. Porém, o mais importante é que a mudança do ambiente competitivo decorrente do processo de abertura apresentou efeitos significativos.

É possível se aferir algumas tendências do desenvolvimento regional que são captadas por um estudo recente do IPEA (1997). Uma tendência relevante citada no estudo é que houve um aumento de importância das cidades médias na geração espacial da riqueza nacional, isto sem prejuízo da tese de que não há uma desconcentração espacial em curso. Na verdade, se somarmos as principais zonas metropolitanas com as cidades médias houve aumento dessas regiões no contexto nacional. No entanto, a participação das cidades médias cresce em relação às zonas metropolitanas.

Esta mudança é visível em Goiás e com importantes conseqüências para a participação de sub-regiões do estado. Especialmente, a abertura comercial produziu efeitos relevantes com aumento de atratividade de espaços com condições de infra-estrutura e produção favoráveis. Neste caso, observando o período que se inicia com os anos 70, apenas algumas sub-regiões mantiveram um ritmo de crescimento acelerado, entendido aqui como um crescimento a taxas superiores ao estado e país. O entendimento dos determinantes dessas taxas certamente nos dá pistas do que virá a ser no futuro o desenvolvimento dessas regiões.

Nosso estudo tem assim o propósito de se situar dentre aqueles que iluminam o processo de desenvolvimento brasileiro, apreendido pela distribuição espacial, sem desmerecer os problemas sociais que não foram por nós levantados. Ficamos restritos a análise das condições dinâmicas dos diferentes espaços subnacionais.

O Sudoeste Goiano, correspondente a uma microrregião da classificação utilizada pelo IBGE, vem apresentando um dinamismo diferenciado em relação à maioria das outras microrregiões do estado. Além disto, pela recorrência deste crescimento em momentos distintos do desenvolvimento brasileiro, há indicações de sustentabilidade do crescimento.

Nossa hipótese mais geral é que houve em Goiás alterações estruturais significativas, resultado de mudanças mais de fundo no estilo de desenvolvimento brasileiro, sobretudo aquelas mudanças decorrentes das aberturas comercial e financeira, além da desregulamentação. Além disto, considerando que as evidências empíricas que nos norteiam são as dos produtos internos brutos, há diferenças internas a serem estudadas. Nossa hipótese, neste caso, é que existem sub-regiões onde estas mudanças ganharam sinergia e dinamismo, produzindo crescimentos diferenciados, sendo o Sudoeste Goiano uma das principais.

Para este estudo, estruturamos a dissertação em dois capítulos. No primeiro deles, avaliamos as condições dinâmicas históricas do Estado de Goiás em confronto com a Economia Brasileira. A intenção é mostrar que sendo a economia de Goiás parte da Brasileira,

é de se esperar que o grau de diferenciação desta última seja menor. Na verdade apenas o Estado de São Paulo apresenta um grau de diferenciação representativo do Brasil. Assim, a natureza da especialização do Estado de Goiás em comparação com o Brasil determina as possibilidades de diferenciação do movimento cíclico do produto. Em função da disponibilidade as evidências utilizadas são em nível dos PIBs.

No segundo capítulo, discutimos as diferenças internas ao Estado de Goiás, a partir da mesma consideração teórico-histórica de diferenças de especialização entre distintos níveis regionais de agregação. O foco é feito no Sudoeste Goiano que consiste no eixo principal da dissertação. Neste caso, são utilizados dados adicionais de energia elétrica, arrecadação de impostos estaduais e municipais, e, sobretudo, dados de emprego, baseados no RAIS/CAGED. Finalmente, apontamos algumas breves conclusões, que servem como indicações de pesquisas futuras.

Capitulo I

Alterações estruturais na Economia Brasileira e do Estado de Goiás

I. 1: Introdução

O propósito deste capítulo é avaliar as condições dinâmicas do Estado de Goiás, buscando evidências de que esta região tem um comportamento diferenciado da economia brasileira. A análise será feita a partir da discussão dos aspectos principais que determinam o comportamento desta última no período que se inicia em 1986, com ênfase especial nos anos 90.

O Brasil completa em 2000 a segunda década de baixo crescimento. A taxa máxima de crescimento anual das duas décadas foi 7,5 % em 1986, muito inferior à média do período do “milagre” que atingiu 11 %. As reformas monetárias e as diversas tentativas de políticas econômicas não conseguiram consolidar um processo de crescimento sustentado, entendido aqui apenas como um crescimento persistente, sem grandes oscilações. Para um país de dimensões continentais, esta informação embute diversas “realidades” regionais ou locais, muitas guardando diferenças significativas com o quadro da economia nacional. Há evidências empíricas obtidas pela sistematização e tabulação dos dados do IBGE que mostram claramente isto, tendo as mesmas, inclusive, induzido uma reedição do debate sobre concentração/desconcentração das rendas regionais. Este é o caso de algumas regiões metropolitanas com as de Curitiba e Fortaleza, assim como é o caso do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, e por hipótese, também das regiões objeto de análise: Estado de Goiás e Sudoeste Goiano.

A comparação de níveis de agregação diferente de regiões superpostas, como é o caso presente, mostra que os mesmos necessariamente apresentam pontos de interfaces, ou algumas características comuns, sendo a principal delas a significativa importância dos recursos públicos federais e estaduais na determinação do crescimento e nível da renda

(produto). Entretanto, um traço marcante do Estado de Goiás é a intensidade em que isto ocorreu, sobretudo na constituição da infra-estrutura econômica.

Em recente pesquisa realizada pelo IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP(1999) a região Centro-Oeste foi classificada como sendo um exemplo típico de fronteira agrícola, fortemente impulsionada pela ação estatal, transformando a sua base produtiva e consolidando em área de produção agroindustrial tecnologicamente avançada. Segundo o texto da pesquisa, “... o suporte dado pelo setor público foi fundamental tanto para a ocupação como para a transformação produtiva recente do Centro-Oeste, com destaque para, além dos investimentos em infra-estrutura de transportes, energia e armazenagem, as políticas de crédito rural subsidiado e de preços mínimos, bem como os programas de colonização (PIC) e de incentivo a agropecuária, e, principalmente, o programa de incentivos às frentes comerciais (...), além disso, a política de preço único de combustíveis para todo o território nacional, e de preço subsidiado do óleo diesel, reduziu os custos de transporte de cargas para a produção do interior e, em particular, o custo do combustível para a mecanização rural”.

Em função da natureza de sua base produtiva, os rumos do desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e do Estado de Goiás, sempre estiveram intimamente associados às transformações na base técnica da produção agropecuária. A modernização da agricultura representa um aspecto chave do modelo de desenvolvimento regional, com a incorporação de equipamentos mecânicos tecnologicamente avançados e de insumos de origem industrial. As características físicas da região, solos ácidos com deficiência de nutrientes, serviram de base para a aplicação de técnicas intensas em uso de insumos industrializados.

Neste contexto de passagem para um novo patamar técnico, a “Revolução Verde” no campo foi alavancada por diversas instituições tais como bancos, via crédito rural, órgãos de pesquisa, de assistência técnica, na sua maioria estatais, dentro de um projeto nacional que visou à expansão de formas de produção especificamente capitalistas no campo. O sentido maior era o de reservar à agricultura o papel de superar os grandes problemas nacionais da economia – baixo crescimento, inflação e estrangulamento externo -, atendendo à demanda interna de alimentos, a diversificação e aumento das exportações de commodities, no contexto dos programas de “Corredores de Exportação”.

A partir da década de 90, houve uma clara mudança na natureza da política pública federal, com o desmantelamento dos principais mecanismos estatais de alavancagem. A referência dada pela política econômica centralizada nas mesmas dimensões setoriais das políticas agrícola e industrial, que desde o final dos anos 60 vinham sendo implementadas na esfera federal, deixou de existir. A ênfase neste âmbito passou a ser a regulação da economia, através das Agências Setoriais, e, sobretudo a busca de “fundamentos” sólidos dados pela estabilização monetária, pelas contas públicas e balanço de pagamentos “equilibrados”. A responsabilidade pela alavancagem dos investimentos e da produção ficou a cargo dos estados, engendrando o que é hoje conhecido como “guerra fiscal”.

Entendemos que essas mudanças tiveram efeitos diferenciados nas diversas sub-regiões brasileiras. Dependendo da característica de produção local, isto é, dependendo da importância relativa da indústria, da agropecuária e dos serviços a intensidade da mudança é maior.

Neste capítulo será avaliado o comportamento do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil e do Estado de Goiás, verificando suas diferenças e/ou semelhanças. Em uma primeira aproximação, na seção 2, mostraremos que houve uma grande flutuação dos dados do PIB brasileiro nos anos 80 e 90 se comparados com os países avançados. Essa flutuação teve a ver com a incapacidade demonstrada pelo Governo em controlar a inflação, o que acabou por fragilizar o Estado e aumentar de sobremaneira, os problemas inerentes ao padrão de desenvolvimento.

Na seção 3 é mostrado como os recursos públicos foram os propulsores do desenvolvimento do Estado de Goiás, que através de ações visou a diminuir as desigualdades regionais. É posto que foram usados diversos instrumentos tais como incentivos fiscais, financeiros, crédito rural subsidiado, etc. Estas ações promoveram um significativo desenvolvimento, o setor mais afetado por esse desenvolvimento foi o setor primário e dentro da indústria o setor agroindustrial, que se especializou na transformação de produtos primários.

Outro ponto importante apontado é a consolidação da agroindústria do Estado de Goiás. Ela sempre foi o setor de maior significado da indústria estadual, porém, ela se consolida a partir da chegada de grandes empresas, muitas internacionais, na década de 80.

Esta consolidação logrou afetar o setor primário que passou a cada vez mais se especializar em produtos por ele beneficiado. Fica patente o crescimento do setor primário quando é visto a participação crescente do setor na renda interna do Estado de Goiás.

Ainda dentro da seção 3 é mostrado que após a inserção das medidas neoliberais ocorreu uma expansão do setor primário e sua especialização em produtos agroindustrializáveis e exportáveis. A evolução das principais culturas é mostrada, e dentre elas se destacam a soja e o milho, que são as duas culturas mais importantes do setor primário.

As agroindústrias são mostradas como sendo o setor mais importante da indústria estadual, historicamente, entretanto, na década de 90 ocorre uma maior especialização na indústria goiana, no segmento agroindustrial. É mostrada uma pesquisa que aponta este gênero como sendo o de mais abertura de empresas ao longo da década de 90.

Na seção 4 são apresentadas as diferenças entre os determinantes e os resultados dos PIB's do Estado de Goiás e Brasil. É mostrado que a composição da renda goiana é bastante diferente da brasileira, resultado de sua menor diversificação, contudo, é apontada uma expansão do setor primário após o Plano Real, também verificada na composição do emprego formal, assim como é evidenciado um crescimento populacional maior ao longo da década.

O emprego formal confirma a expansão do setor primário goiano, as taxas anuais crescimento do emprego formal, em todos os setores do Estado de Goiás são superiores às do Brasil, evidenciando que a mudança no estilo de desenvolvimento brasileiro afetou beneficemente o emprego em Goiás.

A intenção neste capítulo é a de mostrar que a economia goiana foi distinta da do Brasil, determinadas atividades, no caso o setor primário e as agroindústrias se expandiram mostrando que estes setores dependem mais das políticas públicas e por isso são mais afetados.

I. 2: Variações do PIB como efeito de mudanças estruturais na Economia Brasileira

Com o final da década de 90 e a divulgação dos dados da economia brasileira no ano de 1999, torna-se factível uma avaliação do desempenho de espaços subnacionais. A renda dos municípios, microrregiões e até mesmo mesorregiões mostra diferenças em suas participações relativas na renda nacional, o que se pode constituir em uma mudança mais de fundo. Há evidências de que o processo de abertura comercial e desregulamentação empreendida pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso produziram alterações estruturais na economia (ALMEIDA FILHO, 1998). Consideramos ser possível caracterizá-las com uma mudança de estilo de desenvolvimento, que ocorre pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento, que emerge da transição ao capitalismo no Brasil (ALMEIDA FILHO, 1994).

Esse novo estilo de desenvolvimento é inspirado numa perspectiva de vida e de consumo de Primeiro Mundo, com acesso da classe média a produtos importados e abertura comercial e financeira ao capital internacional, flexibilização dos contratos de trabalho, enxugamento do Estado, etc. (CANO, 2000: 230). As mudanças advindas desse processo afetaram de maneira diferenciada os diversos estados, municípios e microrregiões de nosso país.

Em recente estudo do IPEA sobre os fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras, cujo interesse era o de verificar a importância que as migrações tiveram no crescimento observado nas cidades médias no período de 1980/96, concluíram que as condições de trabalho são preponderantes para que haja migração e que as

regiões metropolitanas atraíram mais migrantes que os outros centros, porém as cidades médias constituíram-se também em importantes focos de atração locacional desses fluxos migratórios.

Nossa hipótese principal, a ser confirmada pelos dados apresentados no capítulo 2, é de que as alterações estruturais na economia do Sudoeste de Goiás foram mais profundas do que no restante do Estado de Goiás e mesmo no Brasil. Esta hipótese é decorrente de estudos que mostram que a política econômica brasileira, de inspiração neoliberal, vem afetando de maneira diferenciada os espaços subnacionais.

As oscilações que ocorreram nas taxas de variação do PIB brasileiro, principalmente nos últimos 20 anos, tiveram uma amplitude maior que a dos “países desenvolvidos”. Podemos inclusive admitir que a flutuação menor dos países desenvolvidos teve a ver com um crescimento médio inferior ao que existia após a II Guerra Mundial, o chamado “período de ouro” do capitalismo. Isto, em parte pode ser atribuído a uma queda no crescimento médio desses últimos países. A tabela 1 mostra os dados recentes dos países da OCDE.

Em contraste com os países avançados, tabela I.1, a economia brasileira passou e ainda vem passando por momentos de instabilidade e mudanças estruturais, isto decorre da mudança de estilo do desenvolvimento que prevaleceu após a II Guerra Mundial e teve seu ápice nos anos 70. Desta forma, as variações anuais do PIB que captam o nível de atividade da economia, acabam por espelhar mudanças de maior profundidade. Estas mudanças podem se apreendidas pelas alterações nas proporções internas ao PIB da indústria, agricultura, extração mineral e dos serviços. A indústria, em particular, apresenta mudanças significativas na importância relativa dos ramos industriais. O resultado é uma nova inserção internacional da economia.

Uma característica marcante da política econômica liberal é a ênfase, quase que exclusiva, na estabilização e na perseguição de fundamentos sólidos, isto é, contas públicas equilibrada baixa inflação e balanço de pagamentos ajustado. Esta característica da política econômica potencializou uma instabilidade estrutural da economia brasileira.

Tabela I.1: PIB de países da OCDE selecionados

Países Selecionados	PREÇOS A CÂMBIO DE 1995					VOLUME 1999 — 1998 ann. %	PREÇOS A CÂMBIO CORRENTE			
	1995	1996	1997	1998	1999		1996	1997	1998	1999
	Bilhões de dólares						Bilhões de dólares			
Canadá	579.2	588.1	613.9	634.2	663.3	4.6	601.6	624.1	598.3	634.9
México	286.2	300.9	321.3	337.2	349.5	3.7	332.3	400.9	420.9	483.2
EUA	7338.4	7600.4	7937.4	8283.9	8627.6	4.2	7751.1	8239.0	8699.2	9192.0
Austrália	376.7	390.9	409.4	427.9	446.7	4.4	417.6	420.0	372.7	403.7
Japão	5137.4	5396.8	5482.9	5345.3	5356.1	0.2	4599.3	4212.3	3808.1	4346.9
Coréia	489.3	522.3	548.5	511.8	566.3	10.7	520.2	476.5	317.1	406.9
N.Zelândia	60.0	61.6	62.8	62.8	65.6	4.4	65.3	64.8	52.9	54.4
Austria	235.6	240.3	243.1	250.1	255.3	2.1	231.7	206.7	210.9	208.2
Bélgica	275.7	278.5	288.3	296.0	303.6	2.5	268.2	243.5	250.4	248.4
República Checa	52.0	54.0	54.2	52.9	52.8	-0.2	57.9	53.0	56.4	53.8
Dinamarca	180.2	184.8	190.6	195.4	198.7	1.7	183.0	168.4	173.7	174.3
Finlândia	129.3	134.5	142.9	150.8	156.8	4.0	127.5	122.4	129.3	129.7
França	1553.1	1570.3	1600.2	1649.4	1697.6	2.9	1554.4	1406.1	1447.0	1432.3
Alemanha	2458.3	2476.8	2512.8	2566.8	2604.3	1.5	2383.1	2114.5	2150.5	2112.0
Grécia	117.6	120.3	124.5	129.0	133.3	3.4	124.4	120.9	121.5	125.1
Hungria	44.7	45.3	47.3	49.6	51.9	4.5	45.2	45.7	47.0	48.5
Irlanda	66.4	71.5	79.2	85.9	94.4	9.8	73.0	80.0	86.3	93.4
Itália	1097.2	1109.2	1129.3	1146.6	1163.0	1.4	1232.9	1164.8	1190.9	1171.0
Luxemburgo	18.3	18.8	20.2	21.2	22.8	7.5	18.2	17.5	18.3	19.3
Holanda	414.8	427.4	443.6	459.8	476.3	3.6	411.8	376.6	391.3	393.7
Noruega	146.6	153.8	161.0	164.2	165.7	0.9	157.6	155.0	147.0	152.9
Polónia	126.3	134.0	143.1	156.1	162.4	4.0	143.0	143.1	158.1	154.2
Portugal	107.4	111.2	115.4	119.4	122.9	3.0	112.5	105.8	110.9	112.1
Espanha	584.2	597.9	620.8	645.3	669.5	3.7	608.8	558.6	582.1	595.9
Suécia	240.2	242.8	247.6	254.9	264.5	3.8	261.9	237.5	237.8	238.7
Suiça	307.3	308.2	313.4	319.9	325.3	1.7	296.0	256.0	262.1	259.1
Turquia	169.3	181.2	194.8	200.8	190.8	-5.0	181.5	189.9	200.3	184.7
Grã-Bretanha	1126.7	1155.5	1196.1	1227.7	1253.6	2.1	1179.6	1318.5	1410.4	1441.8
OECD-Total	23725.3	24484.5	25252.1	25753.2	26449.1	2.7	23946.8	23529.5	23659.7	24879.7

Fonte: OCDE, on-line statistic.

Recordemos que ao longo de toda a década de 70 houve uma ambigüidade entre os planos de curto e longo prazo, entre a estratégia de desenvolvimento e a gestão da economia.¹ A ausência de uma hierarquia ou opção entre esses dois planos sustentava-se na tensão entre os objetivos de aprofundamento do desenvolvimento conformado até o período

¹ - A política econômica é aqui entendida como a política pública de intervenção/coordenação/produção da economia. Pode ser desdobrada em uma política de desenvolvimento, voltada para os objetivos de longo prazo, e em uma política macroeconômica, mais ligada à gestão de curto prazo que cumpre a função de ajustar, em "sintonia fina", o movimento estrutural econômico de longo prazo às várias conjunturas. Trata-se evidentemente de uma separação analítica. O comportamento real conjuga aspectos de curtos e longos prazos, imbricados no tempo. As políticas setoriais guardariam uma certa subordinação em relação a essas duas instâncias, funcionando como desdobramentos de uma estratégia mais ampla.

do “Milagre” e as políticas macroeconômicas determinadas por conjunturas internacionais de grandes instabilidades e transformações.

Para países de inserção subordinada, como os da América Latina, a política macroeconômica sugerida era de ajustamento recessivo. Isto significava uma incorporação dos novos preços internacionais do petróleo e uma contenção da inflação pelo estancamento da economia, utilizando a taxa de juros e o controle de crédito como mecanismos de diminuição do nível de atividade. Além disso, os investimentos públicos deveriam ser contingenciados, permitindo uma administração adequada da dívida pública.

De 1980 em diante, os objetivos de longo prazo são abandonados em função do risco crescente de acirramento da escalada da inflação, sobretudo após o Plano Cruzado. Passa a prevalecer tecnicamente à idéia de que a estabilização é o passo inicial necessário para se retomar o desenvolvimento, constituindo-se, portanto, num aspecto funcional à lógica mais geral de “empurrar para frente” as transformações sociais, aqui entendidas amplamente o suficiente para incorporar mudanças institucionais na economia. A frustração das metas de curto prazo, isto é, a incapacidade da gestão econômica de controlar a inflação, fragilizou o Estado, agudizando os problemas inerentes ao padrão de desenvolvimento. Estes últimos consistiam dos problemas relacionados às opções de inserção na divisão internacional do trabalho oriundas do período de transição ao capitalismo. (ALMEIDA FILHO, 1994: 146).

O Brasil historicamente se inseriu de forma atrasada, segundo Cano(1993), a inserção à primeira revolução industrial aconteceu nos anos 30 e a segunda revolução industrial só foi completada nos anos 70 com o II PND. Porém, neste período já se desenvolviam as tecnologias da terceira revolução industrial no primeiro mundo.

A bem da verdade todos os esforços para a estabilização não lograram êxito, o que contribui para uma piora significativa nas condições sociais da população brasileira. Este processo instável da economia refletia nas condições sociais, a cada novo plano econômico refletiam impactos cada vez maiores nas condições sociais e com isso aumentava a instabilização.

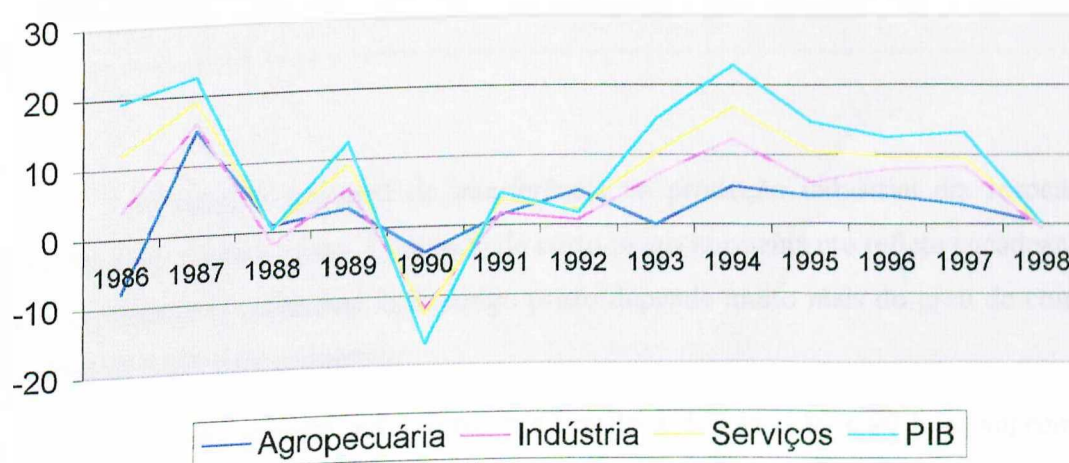
Com o início dos anos 90, mais especificamente a partir do governo Fernando Collor, o país adota a política econômica preconizada pelos organismos multilaterais financiadores. Essa política econômica tinha como principais medidas a disciplina fiscal,

liberalização financeira, liberalização comercial, abertura ao investimento direto estrangeiro, privatizações e desregulamentação da economia. Essas medidas foram caracterizadas por Almeida Filho(1998;2000) como estruturais, principalmente as que foram implementadas após o Plano Real, em 1994, o que resultou na configuração do estilo de desenvolvimento do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Essas qualificações ajudam a entender a flutuabilidade dos dados do PIB brasileiro nos anos 80 e 90. O gráfico 1 apresenta o detalhamento dos setores primário, secundário e terciário.

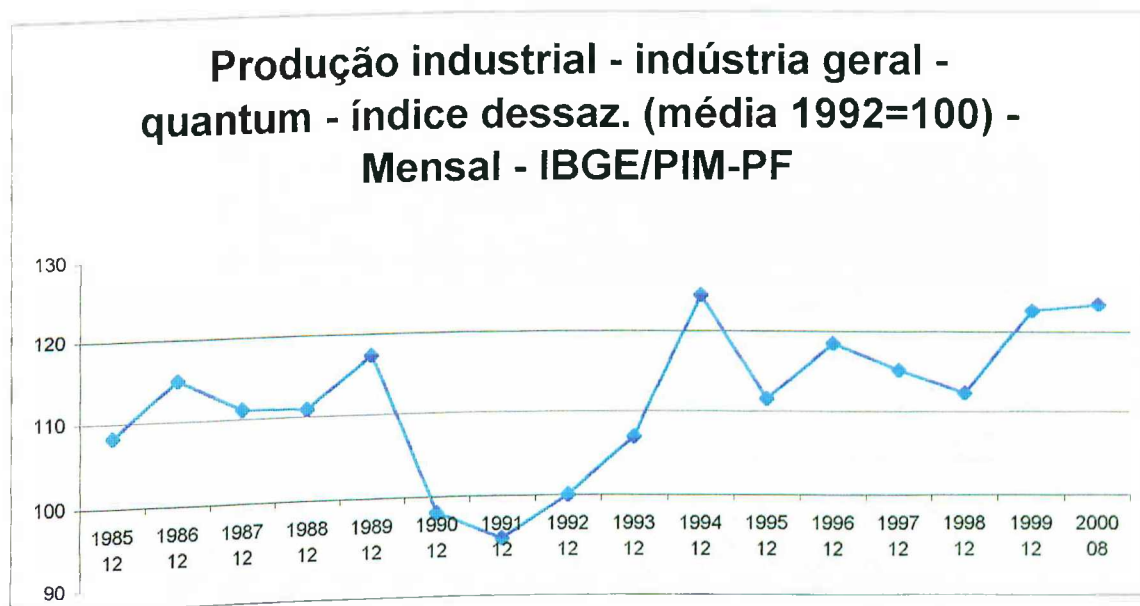
Gráfico 1

Taxa de variação (%) do PIB e seus setores



O comportamento do PIB e de seus componentes denota as dificuldades de gerenciamento da economia. É possível verificar que o desempenho global acompanha, com amplitude inferior, os dados da indústria. A comparação aparece no gráfico 2. Esta aderência dos dados da economia nacional à indústria permite que uma análise mais limitada a este setor seja representativa da dinâmica global, o que não ocorre necessariamente em nível dos Estados e Municípios.

GRÁFICO 2



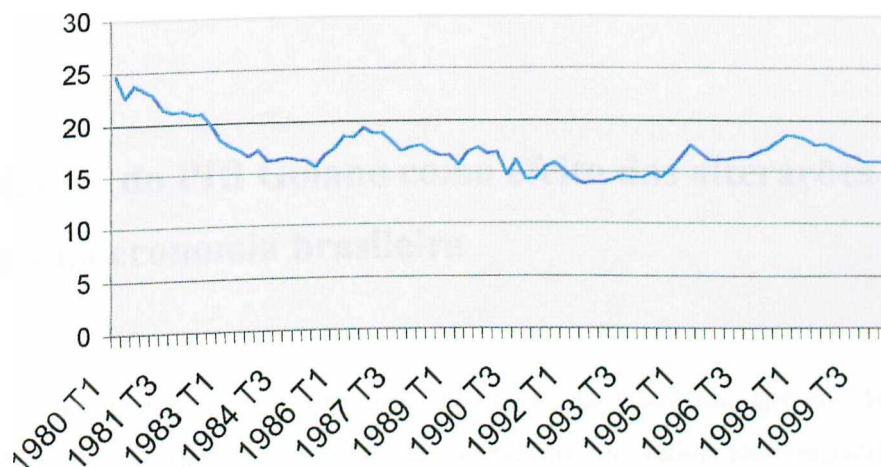
O aspecto principal de interferência na produção industrial diz respeito aos cenários de curto e longo prazo. O cenário de curto prazo normalmente reflete encadeamentos setoriais já existentes, entretanto, o de longo prazo depende muito mais do grau de confiança dos agentes na solidez da economia.

É neste aspecto que a economia brasileira dos anos 80 e 90 foi comprometida. Análises de desempenho dos anos 80, por exemplo, mostraram que a instabilidade econômica tinha um efeito relevante sobre o nível do investimento.

O gráfico 3 abaixo mostra a queda na taxa do investimento no período considerado. Verifica-se uma queda acentuada na primeira metade dos anos 80, mantendo-se o nível após 1989. Este é muito inferior à média dos anos 70 que foi superior a 20%.

GRÁFICO 3

Taxa de investimento (preços 1980) (% PIB) -
Trimestral - IPEA -



A importância desta consideração a respeito dos resultados globais da economia brasileira para nossa investigação está relacionada ao fato de que uma taxa de crescimento persistente em nível de uma sub-região precisa ser explicada. A comparação provavelmente mostrará um conjunto de determinantes da dinâmica regional diferente. Isto será feito a seguir.

I. 3: Variações do PIB Goiano como efeito das alterações estruturais da economia brasileira

As transformações estruturais da economia brasileira, apreendidas pelo PIB, representam diferenças conforme o nível de agregação ou delimitação espacial. Assim as participações dos setores primário, secundário e terciário capturadas em nível de Estados, microrregiões e municípios apresentam diversidades significativas, mostrando o grau em que as sub-regiões nacionais são afetadas pelas transformações estruturais.

O Estado de Goiás foi profundamente afetado pelas mudanças da política pública federal, que ocorreram na passagem dos anos 80 para os anos 90, ganhando intensidade a partir do Plano Real. Portanto, uma das formas de se entender os determinantes das mudanças em nível do Estado é investigar as alterações na natureza da política econômica.

Entender o desenvolvimento do Estado de Goiás quanto aos aspectos de sua integração econômica ao mercado nacional e no que tange a aspectos da fragmentação da nação, envolve levantar caminhos que foram traçados no modelo de desenvolvimento e ações políticas adotados no Brasil, dadas a imensa diferença entre as regiões em termos de capacidades instaladas, vantagens comparativas e força efetiva para influenciar o sistema econômico.

A gestão pública do desenvolvimento do país tem criado políticas que tratam os problemas brasileiros de forma completamente isoladas da conjuntura nacional. Há uma busca por soluções rápidas que descaracterizam qualquer plano governamental que tenha

comprometimento com o desenvolvimento econômico do país. A integração que se apresenta para o País hoje depende mais de incentivos a serem dados para que a iniciativa privada, na forma de capitais voláteis, possa ingressar no País. A ausência de mecanismos redistributivos para compensar as forças de mercado em expansão acaba por acentuar ainda mais as diferenças entre as regiões, até mesmo intra-estado.

I. 3.1: Os recursos públicos como propulsores do desenvolvimento do Estado de Goiás

O Estado de Goiás está inserido no Centro-Oeste, que até o início dos anos 60 era tipicamente de “fronteira”, cujo desenvolvimento foi sustentado pela ação estatal, transformando sua base produtiva e consolidando-a como uma moderna área de produção agro-industrial.

Para apreender o processo de desenvolvimento de Goiás, devemos recordar que este processo no país, principalmente, das ações que tiveram como finalidade diminuir as desigualdades regionais, teve como principal agente o papel indutor do Estado. Para isso foram implementadas diversas políticas de desenvolvimento regional, dentre as quais se destacam o II PND, implementado a partir da segunda metade da década de 70 que, segundo TAVARES(1999), foi de fato uma tentativa de se levar adiante um projeto nacional de desenvolvimento.

Segundo CANO(1998), a economia paulista era o centro dinâmico e o núcleo da acumulação produtiva do país. Sendo assim quando sua economia crescia imprimia crescimento às outras regiões do país, embora de forma diferenciada, já que as demais regiões eram complementos econômicos de São Paulo. Quando houve a consolidação da nossa matriz industrial, entre 1970 e 1985, verificou-se ser necessário uma articulação mais intensa entre a periferia e o centro, já que os maiores recursos naturais localizavam-se na periferia e os grandes projetos (hidrelétricos, não-ferrosos, químicos e petroquímicos) foram lá instalados, somando-se a isso os resultados das políticas de desenvolvimento regional que foram

implementadas desde meados da década de 60, culminando num processo de desconcentração industrial regional.

Os principais determinantes desta desconcentração produtiva apontada por CANO(2000: 314) foram:

- O próprio processo de integração do mercado nacional, comandado pela economia paulista, tanto em sua fase mercantil (1930/60) quanto principalmente a partir de sua fase de acumulação desconcentrada (pós 1960), teve, predominantemente, efeitos de estímulo sobre as bases produtivas periféricas, impondo-lhes transformações estruturais que geraram efeitos cumulativos de longo prazo, desconcentrando segmentos produtivos. Convém lembrar que isso se deu, em parte, independentemente das políticas de desenvolvimento regional pós-1960.
- A expansão da “fronteira” agrícola, com “paulistas, mineiros, baianos e sulistas” colonizando o Paraná, Goiás e Mato Grosso entre 1930 e 1970, as áreas rurais estimuladas pelo Plano de Metas (com as rodovias para o Norte e Centro-Oeste e a criação de Brasília) a partir de fins da década de 50 e, a partir da década de 70, a colonização da Amazônia e o aumento das migrações para o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, propiciando assim que mais tarde surgissem ali uma agroindustrialização e uma urbanização.
- As políticas de desenvolvimento regional que, a partir de 1960, criaram incentivos (fiscais, financeiros, cambiais, etc.) ao capital, primeiro para o Nordeste (SUDENE), depois para a Amazônia (SUDAM E SUFRAMA) e para o Espírito Santo. Tais incentivos intensificaram a migração do capital produtivo para aquelas regiões, acelerando transformações em suas estruturas produtivas, modificando suas pautas exportadoras e, assim, desconcentrando a produção nacional.
- As políticas de incentivo às exportações, formuladas a partir da segunda metade da década de 60, que, juntamente com as novas bases do crédito rural, promoveram grande modernização (embora socialmente conservadora) principalmente no agro e na agroindústria. De início atuando mais no Sul, em São Paulo e no Centro-Oeste e mais tarde beneficiando também Minas Gerais e algumas áreas do Nordeste

(notadamente partes do Vale do São Francisco), elas descentralizaram e desconcentraram parte da produção nacional daqueles segmentos.

- Incentivos e alguns investimentos (os bem sucedidos) no âmbito do II PND, cujos objetivos eram “completar” a estrutura industrial brasileira, substituir importações de insumos básicos e bens de capital e contornar os problemas cambiais decorrentes da crise do petróleo (projetos de carvão, não ferrosos, álcool de cana, energia elétrica e petróleo). Esses projetos, implantados a partir da segunda metade da década de 70 impuseram maior uso de suas bases periféricas de recursos naturais, alterando as estruturas produtivas e de exportação e, com isso, desconcentrando ainda mais essa produção.
- A intensificação do processo de urbanização nas regiões NO, NE e CO (exclusive DF), que passam da taxa média de urbanização de 42% em 1970, para respectivamente 58%, 61% e 73% em 1991. Essa acelerada urbanização, como se sabe, exige e estimula a criação e a diversificação de serviços e também de indústrias leves, de âmbito local.
- A crise da década de 80, que parece ter afetado mais a economia paulista, aumentando a desconcentração muito mais pelas quedas mais altas da produção paulista do que por “maiores altas” na produção periférica, constituindo, talvez, uma desconcentração mais de caráter estatístico.

Para o Estado de Goiás, dentro destes determinantes podemos apontar que a criação de Brasília e as construções de rodovias para a Região Norte e Centro-Oeste, inseridas no Plano de Metas de JK, aliados a políticas de desenvolvimento regional com incentivos fiscais, financeiros, cambiais, comerciais e a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural transformaram o mundo rural, promovendo uma modernização na agricultura e pecuária, fatos que induziram o desenvolvimento goiano.

No Estado de Goiás o POLOCENTRO, plano desenvolvido no âmbito de planejamento do II PND, que operava com a idéia de “pólos”, cujo objetivo era o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da Região Centro-Oeste e do oeste de Minas Gerais. Esse plano pretendia incorporar ao processo produtivo da

agropecuária, cerca de 3,7 milhões de hectares de cerrados, dos quais 1,8 milhões com lavouras, 1,23 milhões com pecuária e 0,7 milhão com florestamento/reflorestamento.

O Polocentro atuou em quatro áreas, no período de 1975/79, Gurupi, Pirineus, Piranhas e Rio Verde e resultou em 3.713 projetos, num montante aproximado de US\$ 630 milhões, destes projetos 71,3 % foram aprovados para a Região Centro-Oeste e Goiás teve o maior número de projetos aprovados, com 38,1 % dos projetos e em se tratando de áreas incorporadas o Estado de Goiás teve 42 % de sua área total incorporada ao processo produtivo.

A produção agrícola do Estado de Goiás sofreu um importante avanço com este conjunto de incentivos, a produção dos principais produtos agrícolas foi aumentada substancialmente, a soja passou de uma produção de 10.219 toneladas no ano de 1970 para 847.510 toneladas, em 1985, o milho cresceu de 547.432 toneladas em 1970 para 1.719.918 toneladas em 1985, a cana-de-açúcar passou de 219.530 toneladas para quase 5.000.000 de toneladas em 1985 beneficiada pela evolução da produção de álcool a partir de 1982 e o algodão também aumentou de produção, porém teve momentos de crise no decorrer da década de 70 voltando a crescer a partir de 1985.

SISBI/UFU
202246

I. 4: O desenvolvimento do setor primário e da agroindústria goiana

Poderíamos empobrecer a compreensão do desenvolvimento do Estado de Goiás se simplesmente explicássemos que o mesmo se deu pela mudança na base técnica da agricultura não levando em conta que o desenvolvimento é resultado de uma articulação começada na própria expansão do mercado nacional, da grande participação do Estado como provedor do desenvolvimento regional, aliados à capacidade de atração de investimentos privados, na década de 80 e mais recentemente.

Com todo o incremento na produção agrícola verificamos que o PIB do Estado de Goiás pouco alterou sua participação no PIB nacional, ele passou de 1,7 % no ano de 1970 para 1,8 % no ano de 1980, entretanto sua composição interna se altera, o setor primário vai cedendo lugar ao secundário.

Em 1970, a composição do PIB goiano era o seguinte: 35,4 %, Setor Primário, 13,2 %, Setor Secundário e 51,4 % para o Setor Terciário. No ano de 1980 tivemos a seguinte composição: 30,2 % Setor Primário, 19,1 % Setor Secundário e 50,7 % para o Setor Terciário. Em média o PIB histórico, referente ao período, ficou assim distribuído: 33,1 % para o Setor Primário, 16,6 % para o Setor Secundário e 50,3 % para o Setor Terciário.

Conforme percebemos, de 1970 a 1980, a participação do Setor Secundário no PIB do Estado de Goiás cresce relativamente 5,9 pontos percentuais, enquanto que o Setor Primário tem um decréscimo relativo de 5,2 pontos percentuais.

Tabela I. 2: Participação (%) dos setores na composição do PIB do Estado de Goiás
 – 1970 a 1980 –

ANO	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
1970	35,4	13,2	51,4
1971	35,0	14,7	50,3
1972	33,5	14,4	52,1
1973	41,4	13,4	45,2
1974	36,7	15,2	48,1
1975	33,7	17,6	48,7
1976	29,9	18,9	51,2
1977	25,4	20,7	53,9
1978	25,7	20,8	53,5
1979	32,2	18,2	49,6
1980	30,2	19,1	50,7

Fonte: IBGE, SEPLAN/GO

A expansão do setor secundário é verificada pelo aumento de sua participação na renda goiana, dentro do setor industrial a distribuição dos gêneros da indústria já demonstrava a predominância da indústria de transformação de produtos agropecuários, tanto em quantidade de pessoal empregado, quanto no valor da produção.

As agroindústrias que beneficiavam os produtos agropecuários, gênero da indústria de Produtos Alimentares, Bebidas e Fumo, não tinham grande incorporação de tecnologia e utilizavam bastante mão de obra, elas representavam 35,87 % da mão de obra da indústria de produtos alimentares, bebidas e fumo no ano de 1975 e o faturamento delas, neste mesmo ano, foi bastante superior a todos os outros gêneros industriais, o valor da produção das indústrias de produtos alimentares, bebidas e fumo foi 66,93 % do total de toda a produção industrial goiana no ano de 1975.

Tabela I. 3: Pessoal ocupado e valor da produção da Indústria Goiana em 1975 por gênero da indústria

GENERO DA INDUSTRIA	PESSOAL	(%)	PRODUÇÃO(1)	(%)
Produtos Alimentares, Bebidas e Fumo	8.623	35,87	3.188.716,00	66,93
Transf. de Produtos Não Metálicos	4.718	19,63	55.963,00	11,65
Metalúrgica e Mecânica	2.431	10,11	169.037,00	3,55
Madeira e Mobiliário	1.929	8,02	102.660,00	2,15
Indústrias Extrativas	1.755	7,30	227.772,00	4,78
Editorial e Gráfica	1.309	5,45	94.681,00	1,99
Vestuário, Calçados e Artef. De Tecidos e Têxtil	942	3,92	65.645,00	1,38
Química, Prod. Farm. e Vet., Perf. Sabões e Velas	646	2,69	210.764,00	4,42
Material de Transporte	562	2,34	35.209,00	0,74
Borracha	247	1,03	29.976,00	0,63
Material Elétrico e de Comunicações	229	0,95	24.612,00	0,52
Papel e Papelão	212	0,88	26.629,00	0,56
Prod. de Matéria Plástica	189	0,79	14.312,00	0,30
Couros, Peles, Artef. p/ Viagem	141	0,59	14.012,00	0,29
Diversas	107	0,45	5.592,00	0,12
TOTAL	24.040		4.764.580,00	

Fonte: FIBGE - Pesquisa Industrial - 1981

(1)Cr\$ 1.000,00

As indústrias do gênero de Produtos Alimentares e Bebidas se caracterizam pela transformação/beneficiamento de produtos agropecuários, sendo assim consideradas agroindústrias e como mostrado na tabela I.3 eram elas as que mais empregavam e tinham maior faturamento. Os outros setores que utilizavam bastante mão de obra na indústria eram a Transformação de Produtos não Metálicos e a Indústria Metalúrgica e Mecânica, entretanto, as agroindústrias foram as que mais faturaram naquele ano (66,93 % da produção).

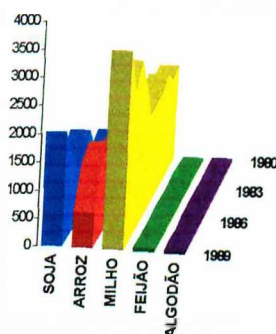
As transferências de plantas produtivas para o Estado de Goiás estimularam um desenvolvimento bastante acentuado no setor, durante a década de 80 consolidou-se o complexo grãos-carne que induziu uma nova orientação na produção agropecuária. Pode ser dividido em três fases o desenvolvimento agroindustrial ocorrido, numa primeira fase se deu a adaptação da soja ao cerrado, nos anos 70, em que se verificavam atividades de

Sela Gino Lizano Pazim

beneficiamento de grãos em Goiás, na segunda fase podemos qualificá-la como sendo a expansão da soja e do milho para áreas de alta produtividade, porém com deficiências em infra-estrutura do Centro-Oeste e, na terceira fase, após a metade dos anos 80, com o deslocamento de grandes conglomerados agroindustriais, que transferiram fábricas de beneficiamento de grãos e atividades relacionadas à integração na criação e abate de pequenos animais (CASTRO & FONSECA, 1995: 02).

Gráfico 4

Produção dos principais culturas em Goiás - 1980 a 1989



A chegada destes grandes conglomerados agroindustriais afetou o setor primário levando-o a uma maior especialização em culturas agroindustrializáveis, principalmente, como o milho, a soja e algodão.

A produção da soja passa de 455.794 toneladas em 1980 para 2.051.768 toneladas em 1989, com um rendimento médio na década de 1.789 kg/há enquanto que o Brasil teve um rendimento médio no mesmo período de 1.706 kg/há, o arroz tem uma peculiaridade de ser uma cultura que serve para “amansar” as terras do cerrado, ele é usado logo após a derrubada do cerrado e a seguir ele é substituído por outras culturas.

Em 1980 a produção de arroz foi de 1.455.406 toneladas e no final da década, em 1989, sua produção já era menos que a metade, 646.690 toneladas, a produção do milho tem um crescimento acentuado ela passa de 1.751.507 toneladas em 1980 para 3.550.000 toneladas e, o seu rendimento também é crescente na década ficando com um rendimento médio de 2.438 kg/há no período 1980/89, enquanto que no Brasil este rendimento foi de

1.830 kg/há, o algodão e o feijão tiveram produções bem menores se comparadas com a soja, o milho e o arroz.

A cultura do milho é tradicional em Goiás e a sua expansão, segundo ESTEVAM(1998: 175), deveu-se a estímulos concedidos quanto ao seu valor e também o seu uso na transformação industrial alimentar. A soja, entretanto, teve a sua implantação com a vinda de migrantes da região sul do país, aliados ao desenvolvimento tecnológico das pesquisas que possibilitaram a sua adaptação ao cerrado, e ao crédito subsidiado concedido pelo governo federal através, principalmente, do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR.

I. 5: Consolidação da Agroindústria de Goiás

Notadamente houve um aumento da importância da agroindústria de transformação alimentar na economia goiana, este aumento deveu-se à instalação de empresas de capital nacional e internacional em Goiás. CASTRO & FONSECA(1995: 52) observaram um aumento nas empresas agroindustriais, em 1985 atuavam em Goiás 2 empresas internacionais e 6 de capital nacional. O período seguinte da pesquisa, ano de 1991, ocorreu uma ampliação na participação das empresas nacionais e internacionais, as nacionais passaram a ser 13 empresas e as internacionais em número de 8. As pesquisadoras chamam a atenção para que as empresas internacionais localizam-se nos setores mais importantes da agroindústria goiana, compreendendo o complexo grãos-carne. Por fim concluíram que os dados sugestionavam o avanço do complexo grãos-carne sobre os setores tradicionais da agroindústria goiana, visto que, a participação deste complexo na arrecadação do ICMS das empresas agroindustriais goianas no ano de 1991 foi de 84,57 %, como também a participação no valor da produção do Estado de Goiás, segundo o Censo de 1985, foi de 69,56 %.

A agroindústria goiana pode ser caracterizada nos Censos Econômicos de 1980 e 1985 como sendo os Gêneros da Indústria de Produtos Alimentares e de Bebidas. No Censo de 1985 podemos observar que o setor utiliza mais empregados que os demais, 29,54 % do total, entretanto, a grande diferença se dá quando comparamos os valores da produção dos diversos gêneros da indústria goiana, a agroindústria representou 55,61 % da produção total da indústria do Estado de Goiás.

O censo de 1985 aponta para um pequeno aumento do número de pessoas trabalhando na agroindústria, havendo uma pequena redução na participação do setor no valor da produção total, porém a importância deste setor na indústria goiana continuou sendo predominante.

A evolução dos outros setores da indústria goiana que mais se destacaram, vistos através do Censo Industrial de 1985 foram a Transformação de Produtos Minerais não Metálicos que se manteve como um importante gênero da indústria goiana, ele deteve 15,46 % do pessoal ocupado e 12,39 % do valor da produção industrial do estado, a Indústria Química teve sua participação melhorada devido ao crescimento das destilarias de produção de álcool hidratado no estado, com 4,4 % do pessoal ocupado e 7,84 % do valor da produção total.

A Indústria Têxtil e de Vestuário muito embora não apresente um valor de transformação industrial elevado ela é grande utilizadora de mão de obra e empregou na oportunidade 11,43 % do pessoal ocupado e teve uma participação de 6,2 % do valor da produção total da indústria, o setor madeireiro entra em declínio devido ao desmatamento feito sem controle nas florestas nativas, levando com isso a sua devastação.

Levando-se em conta o valor da transformação industrial verificamos que o ramo dos Produtos Alimentares é que amplamente liderou o valor da transformação, 33,94 % do valor total, seguido da produção de Minerais não Metálicos, Química, Metalúrgica e Ind. Extrativas, estes segmentos representaram 80,23 % de toda transformação industrial verificado no Censo Industrial de 1985 (tabela I.4), mas não podemos nos esquecer que o Censo mostrou uma realidade num lapso de tempo e que o desenvolvimento econômico de Goiás se encontrava em plena expansão, para ESTEVAM (1998:198) o Censo Industrial de 1985 deve ser tomado apenas como uma etapa, uma vez que a realidade econômica de Goiás encontrava-se em franca transformação.

A concentração de investimentos em setores específicos da economia, resultado da abertura comercial, trouxe como conseqüência o advento da chamada “guerra fiscal”, que na verdade foi estimulada pelo próprio governo quando implementou essas medidas, nas quais os Estados Federativos promoveram um leilão de ofertas, traduzidos na forma de subsídios e incentivos, para atração desses investimentos, o que acabou ocorrendo também em Goiás.

Tabela I. 4: Indústria Goiana por Gênero, número de estabelecimento, pessoal ocupado e valor da produção – 1980 e 1985

GÊNERO DA INDÚSTRIA	1980					1985				
	estab.	Pessoal	(%)	produção (1)	(%)	estab.	pessoal	(%)	produção (1)	(%)
TOTAL	6.309	55.131	100	69.960.040	100	5.938	61.425	100	8.628.592.668	100
Ind. Extrativas	205	3.683	6,68	4.223.879	6,04	82	4.387	7,14	567.175.478	6,57
Transf. de Prod. Não Metálicos	1.489	11.047	20,04	10.808.487	15,45	982	9.495	15,46	1.069.461.562	12,39
Metalúrgica	365	4.055	7,36	2.659.385	3,8	357	3.112	5,07	548.932.820	6,36
Mecânica	107	1.655	3	765.407	1,09	171	2.104	3,43	80.237.735	0,93
Mat. Elet. e de Comunicações	37	900	1,63	979.396	1,4	38	533	0,87	75.501.767	0,88
Mat. de Transporte	85	1.195	2,17	736.346	1,05	85	1.119	1,82	48.768.740	0,57
Madeira	837	3.822	6,93	1.426.912	2,04	669	2.973	4,84	76.444.103	0,89
Mobiliário	447	2.206	4	656.482	0,94	515	2.884	4,7	90.479.406	1,05
Papel e Papelão	11	258	0,47	345.797	0,49	11	291	0,47	35.200.315	0,41
Borracha	24	358	0,65	359.875	0,51	29	378	0,62	35.662.080	0,41
Couros, peles, art. p/ viagem	31	248	0,45	356.576	0,51	29	301	0,49	66.022.268	0,77
Química	53	981	1,78	1.402.285	2	71	2.602	4,24	676.633.869	7,84
Prod. Farmac.s e Vet.	21	694	1,26	534.184	0,76	22	907	1,48	92.311.739	1,07
Perf., sabões e velas	7	60	0,11	47.158	0,07	10	121	0,2	12.112.011	0,14
Prod. de Mat. Plástica	19	295	0,54	316.444	0,45	23	316	0,51	29.962.073	0,35
Têxtil	18	1.214	2,2	2.335.025	3,34	16	1.796	2,92	308.917.296	3,58
Vestuário, Calçados e Art. de Tec.	388	2.825	5,12	1.271.084	1,82	524	5.230	8,51	226.028.678	2,62
Produtos Alimentares	1.858	14.969	27,15	36.878.351	52,71	1.998	18.555	30,21	4.254.507.643	49,31
Bebidas	48	1.315	2,39	2.025.690	2,9	36	1.476	2,4	219.954.760	2,55
Fumo	10	201	0,36	44.415	0,06	3	154	0,25	2.581.905	0,03
Editorial e Gráfica	165	1.931	3,5	967.996	1,38	187	2.172	3,54	96.794.214	1,12
Diversas	84	956	1,73	501.728	0,72	80	516	0,84	14.902.206	0,17

Fonte: Censo Econômico de 1985 - IBGE

Importa-nos fundamentalmente, é que houve uma expansão nas atividades agroindustriais juntamente com o crescimento das especializações no setor primário. Ocorre que estes setores dependem mais das políticas públicas, sendo portanto mais sensíveis a estas. No período em que nos concentramos – 1985/1999 – apresenta neste sentido duas fases. A primeira fase, 1985-1989, há um claro esgotamento das condições de financiamento público, particularmente nos âmbitos federal e estadual, porque os municípios ainda se beneficiavam da implementação da Constituição de 1988. As políticas setoriais perdem efetividade, sem que se tenha uma reorientação significativa de ênfase. Entretanto, na segunda fase, 1990-1999, há uma modificação de natureza, com uma alteração na abrangência das políticas setoriais. Neste período, acontece a solução pelo mercado, buscando a política econômica intensamente a estabilização.

Luiz Roberto Lázaro Pereira

Não obstante as diferenças entre estas duas fases, o ponto em comum ao período completo é a perda da importância dos recursos públicos e da ação do Estado no direcionamento do desenvolvimento econômico nos subespaços nacionais. O Estado de Goiás é particularmente afetado, a grande mudança estrutural, que ainda está em curso, afeta a natureza dos fluxos de capitais.

Os dados apresentados abaixo servem para qualificar as diferenças/semelhanças que existem na renda goiana e brasileira, a grande mudança estrutural, ainda em curso, afeta a natureza dos fluxos de capitais. Devemos analisar se essas condições de crescimento são estruturais e tendem a se reproduzir ou deduzir se elas emergem de um novo padrão de desenvolvimento induzido pelas ações do mercado, cremos que as respostas dependerão de um esforço de análise mais consistente.

A comparação entre as taxas de variação do PIB brasileiro e goiano servirá para que possamos apreender, num esforço de análise, como foi o comportamento de suas economias no período de análise, vejamos.

Tabela I. 5: Taxas reais de variação (%) do PIB e seus setores – Brasil e Goiás – 1986 a 1997

ANO	TAXAS REAIS DE VARIAÇÃO (%)							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		PIB Total	
	BRASIL	GOIÁS	BRASIL	GOIÁS	BRASIL	GOIÁS	BRASIL	GOIÁS
1986	- 8,0	3,0	11,7	27,3	8,1	22,1	7,5	16,9
1987	15,0	11,1	1,0	- 2,8	3,1	- 4,5	3,5	0,1
1988	0,8	12,2	- 2,6	0,01	2,3	0,4	- 0,1	1,4
1989	2,8	10,7	2,9	- 7,3	3,5	2,4	3,2	3,0
1990	- 3,7	- 13,5	- 8,2	- 8,40	- 0,8	1,73	- 4,3	- 2,03
1991	1,4	17,2	0,3	- 0,23	2,0	1,23	1,0	3,70
1992	4,9	- 17,1	- 4,2	- 2,19	1,5	2,49	- 0,5	- 1,30
1993	- 0,1	15,52	7,0	3,71	3,2	1,17	4,9	3,85
1994	5,5	10,93	6,7	2,94	4,7	12,89	5,9	11,35
1995	4,1	7,13	1,9	0,02	4,5	6,40	4,2	5,72
1996	4,1	6,48	3,7	3,87	1,9	4,74	2,8	4,90
1997	2,7	5,19	5,5	3,86	1,2	6,36	3,7	5,88

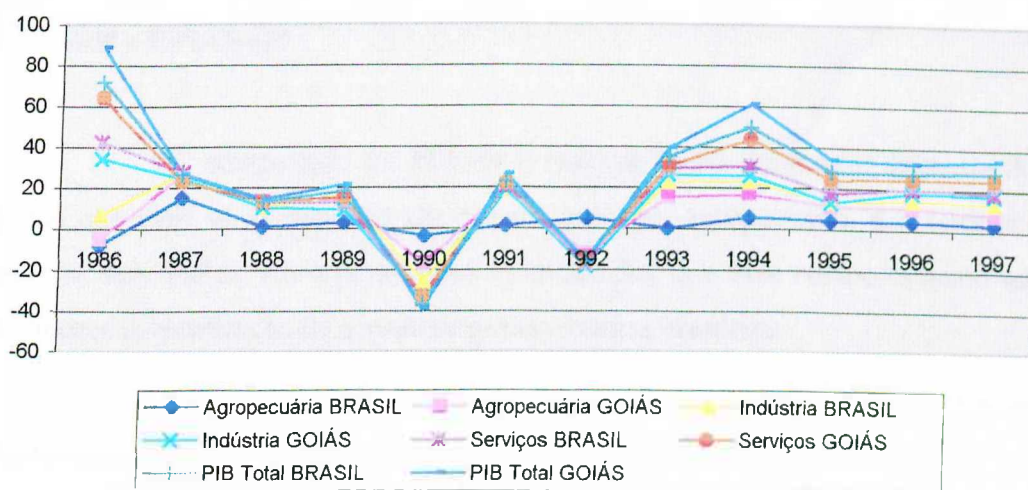
Fonte: IBGE, SEPLAN-GO

A comparação das taxas de crescimento do PIB goiano e brasileiro apresenta particularidades diferentes na série histórica dos dados, o período compreendido de 1986 a 1997, em oito observações, de uma série de doze, Goiás apresentou níveis superiores ao do Brasil. Isto não ocorreu nos anos de 1987, 1989, 1992 e 1993, nestes anos em que o

desempenho goiano foi inferior ao do país, ocorreram circunstâncias particulares, em 1987 após a implantação do Plano Cruzado no ano anterior, se verificou um aumento circunstancial nas atividades industriais, decorrentes do aumento de consumo e como consequência houve um esgotamento da capacidade produtiva instalada, em seguida foi implementado o Plano Cruzado II e o Plano Bresser, em 1989, foi a vez de outro plano denominado Plano Verão, cujos objetivos, assim como os demais era o de conter a escalada inflacionária, em 1992/93 se dão às reformas neoliberais com a abertura comercial, principalmente no ano de 1992, que afeta sobremaneira, o desempenho da agropecuária goiana, fato esse que repercutiu nos outros setores da economia estadual, no ano de 1993 houve crescimento em todos os setores da economia goiana, ficando seu desempenho pouco abaixo do nacional: 3,85% em comparação com 4,9%.

Gráfico 5

Taxas reais de variação (%) - Brasil e Goiás - PIB Total e Setores



É importante observar que o comportamento cíclico da indústria no Estado de Goiás não é o mesmo que no Brasil, acreditamos que advém do fato de que a atividade industrial, em Goiás, é estreitamente ligada à agricultura, ocorrendo uma interdependência forte e com isso sofrendo reflexos das mudanças nessa atividade.

A aderência dos dados da economia nacional à indústria possibilitou uma análise mais limitada ao setor, o que permitiu uma representação da dinâmica global,

entretanto, em se tratando do Estado de Goiás acreditamos não ser possível tal representação devido à composição da renda goiana ser bastante diferente da brasileira.

Tabela I. 6: Participação percentual do PIB por setor de atividade

- Brasil e Goiás -

	1985	1985	1985	1986	1986	1986	1987	1987	1987
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Brasil	10,20	40,20	49,50	10,40	42,00	47,70	8,70	39,80	51,50
Goiás	22,9	17,7	59,4	25,5	19,8	54,7	28,7	19,4	51,9

	1988	1988	1988	1989	1989	1989	1990	1990	1990
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Brasil	8,8	37,9	53,3	6,9	34,5	58,6	9,1	34,3	56,7
Goiás	30,2	16,1	53,7	18,2	12,9	68,9	22,3	15,8	61,9

	1991	1991	1991	1992	1992	1992	1993	1993	1993
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Brasil	7,79	36,16	68,93	7,72	38,7	77,5	7,56	41,61	81,82
Goiás	22,3	15,8	61,9	18,2	10,2	71,6	18,4	11,2	70,4

	1994	1994	1994	1995	1995	1995	1996	1996	1996
	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.	Agrop.	Ind.	Serv.
Brasil	9,85	40,00	64,25	9,01	36,67	60,72	7,98	35,48	61,27
Goiás	27,6	10,0	62,4	28,2	12,0	59,8	27,5	12,6	59,9

Fonte: IBGE e SEPLAN-GO

A composição do PIB do Estado de Goiás é bastante diferente do Brasil, os setores que mais se diferenciam são o setor primário, agropecuário, e o setor secundário, a indústria. Isto indica, em uma primeira aproximação, que esse comportamento está ligado a uma menor diversificação da economia goiana frente à brasileira.

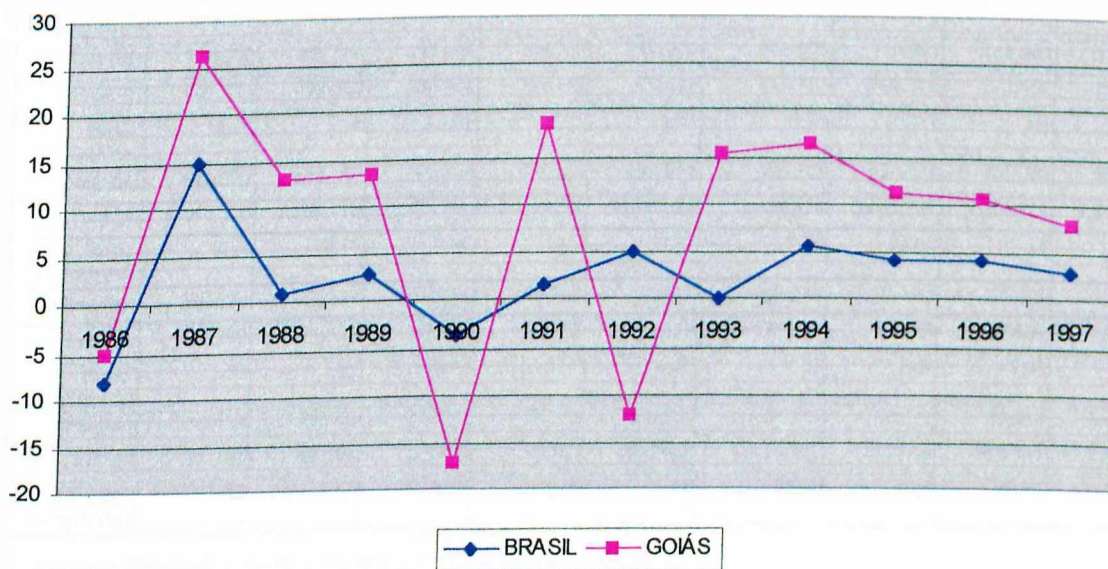
A participação do setor primário em 1985 foi de 10,2% para o Brasil e 22,9% para Goiás, na outra extremidade da série, em 1996 essas participações foram de 7,98% para o Brasil e 27,5% para Goiás. Verifica-se um aumento da importância do setor primário para a renda do Estado de Goiás, em contrapartida há uma diminuição da participação na renda nacional do setor primário.

I. 6: A especialização do setor primário e das agroindústrias do Estado de Goiás

O setor primário goiano, em períodos turbulentos como em 1986/87 e nas crises da inflação galopante de 1989/90, esteve sempre muito mais instável que o brasileiro. O contexto macroeconômico que ora induzia, via subsídios, o setor primário a produzir voltado as exportações e ora retirava todos os subsídios corroborava para este cenário, é evidente que sendo menor a diversificação da economia goiana isto ocorre por sua vez no setor primário, que se especializa em atividades que são enormemente influenciadas pelas medidas econômicas governamentais. O gráfico 6 ilustra bem a instabilidade do setor primário goiano comparado com o brasileiro.

Gráfico 6

Taxas anuais de variação (%) da Agropecuária - Brasil e Goiás



Sebastião Lázaro Pereira

A partir do ano de 1989 começou uma nova etapa em nosso país, o avanço do neoliberalismo, que ocorreu com o aprofundamento das crises econômicas ocorridas até então, que conduziu à abertura comercial e desregulamentação econômica, iniciada por Collor e intensificada por Fernando Henrique, ainda como ministro, que como presidente a consolida. Este processo provocou alterações estruturais na economia brasileira e particularmente na goiana.

O setor primário goiano é afetado de maneira muito significativa, gráfico 6, suas taxas de variação a partir de 1993 passam a ser menos voláteis e sua amplitude é sempre maior que a do país, o que mostra que a abertura comercial foi importante para os resultados apresentados pelo setor.

A indústria goiana, a partir da abertura comercial e desregulamentação da economia, passou por um processo de especialização mais concentrado em agroindústrias, mais especificamente em produtos exportáveis. A produção dos principais produtos agrícolas, mais especificamente em produtos exportáveis. A produção dos principais produtos agrícolas, na década de 90, revela que foram os ligados à agroindústria que aumentaram significativamente sua produção.

Tabela I. 7: Evolução da área e da produção das principais culturas selecionadas – Goiás – 1990 a 1998

	ANOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Soja	Área (há)	972.430	797.740	822.860	982.023	1.110.543	1.121.399	913.633	1.016.388	1.375.466
	Prod. (t)	1.258.440	1.661.260	1.797.670	2.001.872	2.309.979	2.146.700	2.017.703	2.451.163	3.393.240
	Partic. GO/BR (%)	6,33	11,12	9,37	8,82	9,27	8,33	8,07	9,27	10,19
	Área (há)	296.070	328.411	415.358	304.510	300.336	263.095	189.703	136.042	126.224
Arroz de sequeiro	Prod. (t)	307.770	524.599	586.662	384.142	470.084	419.913	302.788	223.164	198.958
	Partic. GO/BR (%)	4,15	5,55	5,88	3,79	4,48	3,74	3,11	2,4	2,47
	Área (há)	873.650	881.090	799.610	726.694	913.394	875.313	924.794	746.620	456.417
	Prod. (t)	1.848.350	2.886.410	2.777.250	2.546.945	3.175.536	3.418.554	3.665.886	3.056.711	1.866.625
Milho	Partic. GO/BR (%)	8,68	12,16	9,06	8,47	9,77	9,38	11,61	10	7,49
	Área (há)	180.770	177.281	147.754	143.262	152.113	133.278	53.995	16.473	18.564
	Prod. (t)	125.200	121.532	118.441	125.218	144.635	131.610	45.173	27.104	30.328
	Partic. GO/BR (%)	5,59	4,42	4,17	5,05	4,44	4,59	1,67	1,93	3
Feijão	Área (há)	35.459	42.940	53.772	38.172	53.773	69.437	69.533	83.234	186.121
	Prod. (t)	59.760	83.650	83.710	94.560	101.368	156.761	157.031	189.744	258.912
	Partic. GO/BR (%)	3,37	4,11	4,53	8,39	7,51	10,41	10,9	22,82	21,01
	Área (há)									

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1995 e EMATER-GO – 1998

A soja, beneficiada pelas pesquisas que a adaptaram ao cerrado e aumentaram sua produtividade, teve um aumento significativo em sua produção (tab. I. 7). Podemos afirmar que a abertura comercial foi particularmente importante para essa cultura, a partir de 1993 ela teve ganhos substanciais na sua produção. Somente a soja, seja *in natura* ou seus derivados, foi responsável, em média, por 46,8 % das exportações totais do Estado de Goiás nos anos de 1998 e 1999, segundo levantamento da Federação da Agricultura de Goiás – FAEG, em 1998, a soja representou 15,87 % da participação agricultura no PIB do Setor Primário de Goiás, a participação da agricultura representou 58,57 % do setor primário e o restante foi a pecuária.

O milho é outra cultura importante para a economia goiana, e a sua produção é tradicional no Estado de Goiás. Essa cultura, segundo ESTEVAM(1998: 175), participava do sistema de renovação de pastagens e constituía em uma cultura de unidade familiar. A sua produção foi aumentada a partir do desenvolvimento de pesquisas que aumentou de forma substancial a sua produtividade, nos anos 90 e principalmente a partir de 1994 (tabela I.7) sua produção foi afetada pela abertura comercial com ganhos crescentes. Sua importância para a economia goiana somente perde para a cultura da soja, em 1997, o milho representou 9,58 % da participação da agricultura no PIB do Setor Primário de Goiás.

O processo de especialização em agroindústrias no Estado de Goiás, na década de 90, pode ser verificado nas aberturas de novas indústrias no estado. Em uma pesquisa realizada em 1999 a Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG tabulou as aberturas de indústrias conforme o capital social, de 1990 a 1998, junto à Junta Comercial de Goiás – JUCEG, por subextratos compreendidos de microempresas, que tinham capital social até de US\$ 3.000, pequenas empresas, capital social até US\$ 10.000, médias empresas, capital até US\$ 40.000 e grandes empresas que tivessem capital acima de US\$ 40.000, os resultados foram os seguintes:

- Com relação ao total geral de aberturas por Capital Social o ramo da indústria de Alimentação e Bebidas foi o que mais teve aberturas, 30,86 % do total geral, seguido pelo ramo de Têxtil e Vestuário, com 28,61 %, Madeira e Mobiliário, 8,99 %, Metalurgia, Mecânica e Materiais Elétricos, com 7,09, Minerais não Metálicos, 6,91 e os demais ramos somados perfazem um total de 17,54 %;

- No subextrato que compreende a abertura de Grandes Empresas, com Capital Social acima de US\$ 40.000, a grande maioria dos investimentos ocorreu no gênero da indústria de Alimentação e Bebidas, 33,65 %, seguidos por Minerais não Metálicos, 11,60 %, Têxtil e Vestuário, com 9,89 %, Metalurgia, Mecânica e Materiais Elétricos, 9,51 %, Química, Produtos Farmacêuticos e Veterinários, 6,27 %, Madeira e Mobiliário, 4,56 % e a soma dos demais ficou em 17,49 %;
- Nas Médias Empresas, cujo Capital Social era de US\$ 10.000 até US\$ 40.000, o resultado também teve como principal participação o ramo das Indústrias de Alimentação e Bebidas, 32,56 %, Têxtil e Vestuário, 29,17 %, Madeira e Mobiliário, 9,19 %, Minerais não Metálicos, 7,86 %, Metalurgia, Mecânica e Materiais Elétricos, 6,36% e os demais setores com 14,86 %;
- Entre as Pequenas Empresas, em que o Capital Social era de US\$ 3.000 até US\$ 10.000, as aberturas também tiveram a predominância das Indústrias de Alimentação e Bebidas, 32,94 %, seguidos de Têxtil e Vestuário, 29,66 %, Madeira e Mobiliário, 9,34 %, Metalurgia, Mecânica e Materiais Elétricos, 7,46 %, Minerais não Metálicos, 7,38 % e os demais setores, 13, 22%;
- Somente entre as Microempresas, aquelas que têm o Capital Social até US\$ 3.000, é que a Indústria de Alimentação e Bebidas não tem predominância, a Indústria Têxtil e Vestuário teve, neste subextrato, 31,26 % e a Indústria de Alimentação e Bebidas 31,21 %, uma diferença de somente 0,05 %, seguidos da Indústria de Madeira e Mobiliário, 9,70 %, Metalurgia, Mecânica e Materiais Elétricos, 7,47 %, Minerais não Metálicos, 6,55 % e os demais setores 13,81 %.

O gênero da indústria que mais atraiu investimentos na área industrial foi o da Alimentação e Bebidas, gênero esse que são agroindústrias. O resultado da pesquisa não mostra se as indústrias permaneceram abertas ou não, ela serve para apontar a predominância da agroindústria nos novos investimentos em Goiás.

Os investimentos industriais, vistos na pesquisa da FIEG, revelaram a predominância nas agroindústrias e podemos apreender que este setor é o mais importante da indústria goiana quando olhamos para a participação que ele tem na produção e no número de pessoal que ele utiliza.

As agroindústrias são o gênero da indústria que fabricam produtos alimentares e bebidas e elas representaram, em 1994, 38,03 % do pessoal ocupado, faturando 57,83 % da receita total gerada pela indústria e pagando 37,71 % dos salários (tabela I.8).

Tabela I. 8: Participação (%) do Pessoal Ocupado, Receita Total e Salário Total, por Gêneros da Indústria de Goiás – 1994

	PESSOAL OCUPADO	RECEITA TOTAL	SALÁRIO TOTAL
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	38,03	57,83	37,71
Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	13,00	3,50	7,13
Fabricação de Produtos Minerais não Metálicos	0,90	7,16	8,36
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e Produção de Alcool	6,53	4,09	7,41
Fabricação de Produtos Químicos	6,38	6,52	9,51
Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	5,02	2,21	6,09
Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	5,00	2,01	2,90
Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	4,46	2,49	2,60
Fabricação de Produtos Têxteis	3,98	1,79	3,07
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	3,82	2,17	1,83
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	2,88	2,14	2,16
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	2,45	0,81	2,19
Metalurgia Básica	1,96	2,25	2,17
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	1,76	0,68	1,73
Fabricação de Produtos de Madeira	1,05	0,24	0,36
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	0,95	0,62	1,65
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0,63	0,20	0,48
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	0,59	0,77	1,98
Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	0,33	0,05	0,14
Fabricações de Produtos de Fumo	0,15	2,47	0,52
Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de Precisão Óticos, Equipamentos para Automação Industrial, Cronômetros e Relógios	0,06	0,01	0,02
Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	0,02	0,01	0,01

Fonte: Censo Cadastro/94 – IBGE – FIEG

Os outros gêneros da indústria, quando comparados com as agroindústrias, tem uma participação bastante reduzida. Na verdade o que queremos mostrar é que o setor agroindustrial expandiu-se de maneira mais vigorosa que os demais setores industriais, na década de 90. Isso tem a ver com a implantação das medidas neoliberais a partir de 1993, cujos reflexos na indústria goiana foi justamente na expansão das agroindústrias.

Como houve concentração de investimentos em setores específicos da economia, resultado da abertura comercial, trouxe como consequência o advento da chamada “guerra fiscal”, que na verdade foi estimulada pelo próprio governo quando implementou essas medidas, na qual os Estados Federativos promoveram um leilão de ofertas, traduzidos na forma de subsídios e incentivos, para atração desses investimentos, o que acabou ocorrendo também em Goiás.

O Estado de Goiás participa com 0,5 %, em média, das exportações brasileiras, sendo que essas exportações resumem-se em produtos básicos minerais, o chamado complexo soja e a carne bovina, quando esta é liberada para exportações, juntos este três componentes representam cerca de 90 % do comércio exterior goiano.

A soja representou o principal item nas exportações, seja *in natura* os seus derivados, ela correspondeu a 46,8 % em média dos anos 1998 e 1999 da pauta de exportações do Estado de Goiás e as agroindústrias foram as empresas que mais exportaram, no mesmo período, dentre as 20 principais empresas exportadoras 16 eram agroindústrias.

As agroindústrias e o setor primário do Estado de Goiás sofreram alterações após a implantação das medidas neoliberais adotadas na década de 90, estes dois setores sofreram uma expansão em suas atividades. O PIB sendo um indicador de atividade econômica aponta para uma diferenciação existente entre as rendas do Estado de Goiás e do Brasil. As taxas de variação do setor primário e dos setores que compõem o PIB do Estado de Goiás (tab. I.2, I.5, I.6, graf. 5 e 6) juntamente com a evolução da produção agrícola (tab. I.7) e da consolidação das agroindústrias (tab. I.8, I.2 e I.4) mostram que estes setores foram os mais afetados pelo novo estilo de desenvolvimento o que resultou em uma mudança na estrutura produtiva do Estado de Goiás.

I. 7: Diferenças entre os determinantes e resultados dos PIB's de Goiás e Brasil

Os principais determinantes do desenvolvimento do Estado de Goiás foram os recursos públicos, que aplicados em grande monta a partir da década de 70 alavancaram o setor produtivo primário e induziram a montagem de um parque agroindustrial muito atuante no Estado. Neste período houve no país estratégias de desenvolvimento regional, as quais tiveram importantes desdobramentos para Goiás, dentre elas podemos citar as políticas de incentivo às exportações aliadas ao crédito rural subsidiado, os investimentos no âmbito do II PND, etc.

A partir de 1980, com a escalada da inflação, os objetivos de longo prazo, em que estão inseridas as políticas de desenvolvimento regional, são abandonadas, as políticas econômicas orientaram-se segundo pressões estritamente de curto prazo, e o comportamento do PIB nacional reflete a instabilidade vivida no período. O país passa por enormes dificuldades de gerenciamento de sua economia, isto tem rebatimentos importantes para Goiás. A necessidade do Brasil em gerar superávits em sua balança de transações correntes faz com que sejam implementadas políticas macroeconômicas que venham ao encontro da necessidade de geração de dólares em volume compatível para pagamento dos juros da dívida externa, como o país é tradicionalmente exportador de produtos primários, há um incentivo maior para que sejam produzidos produtos agroexportáveis, o que para o Estado de Goiás foi muito importante, visto que ele está inserido em uma região que tem o setor primário como base em sua economia.

Pela análise que apresentamos do PIB do Estado de Goiás, em resumo, podemos concluir que ele difere bastante na sua composição interna, resultado de menor diversificação de sua economia. A participação do setor primário, em Goiás, é bem superior com relação ao país, a grande flutuação nas taxas de variações anuais das taxas de crescimento do setor primário, vem a explicar o comportamento do restante do PIB de Goiás, na qual a indústria tem uma forte dependência de sua produção.

Todavia, quando comparamos as taxas de variação anual tendencialmente elas seguem em uma trajetória ditada pelo PIB brasileiro, mas diferem no comportamento setorial, em que se dá uma maior fluatibilidade, visto que, a composição setorial dos PIBs são diferentes, resumidamente as diferenças entre as rendas goiana e brasileira são:

- O setor primário goiano é muito mais representativo para a renda interna de Goiás que o setor primário brasileiro, em 1997 ele representou 27,8 % da renda goiana enquanto que no país este percentual ficou em 7,49 %;
- A renda que a indústria goiana representa no total também se comporta diferentemente da participação que indústria nacional tem no total da renda nacional, em 1997 sua participação, para Goiás, ficou em 12,8 % e, para o Brasil, este percentual ficou em 33,14 %;
- A fluatibilidade nas taxas de crescimento do setor primário goiano são muito maiores que a brasileira, resultado da conformação do desenvolvimento por que passou o Estado de Goiás;
- Na série histórica analisada de doze anos, 1985 a 1997, as taxas de crescimento do estado de Goiás foram superiores às do Brasil em oito observações, denotando uma melhor performance comparativa;
- Outro item que julgamos importante é o comportamento cíclico da indústria goiana ser diferente do Brasil, demonstrando a nosso ver que a atividade industrial no Estado de Goiás é tenazmente ligada à agropecuária, e com isso acaba refletindo as mudanças que ocorrem no setor;

- Além de que o setor primário tem uma participação maior na composição da renda goiana, na série histórica analisada verificamos que ele aprofunda ainda mais sua importância na formação da renda, ele passa de 22,9 % , em 1985 para 27,5 % do PIB Total do Estado de Goiás em 1996.

Portanto, para o entendimento das diferenças entre o PIB do Estado de Goiás e o do Brasil, na década de 90, foi a nosso ver necessário à compreensão de que num primeiro momento o desenvolvimento goiano se deu pela ação estatal, no período seguinte que para muitos foi a “década perdida”, trouxe também impactos significativos na atividade econômica do estado, neste período consolida-se sua agroindústria.

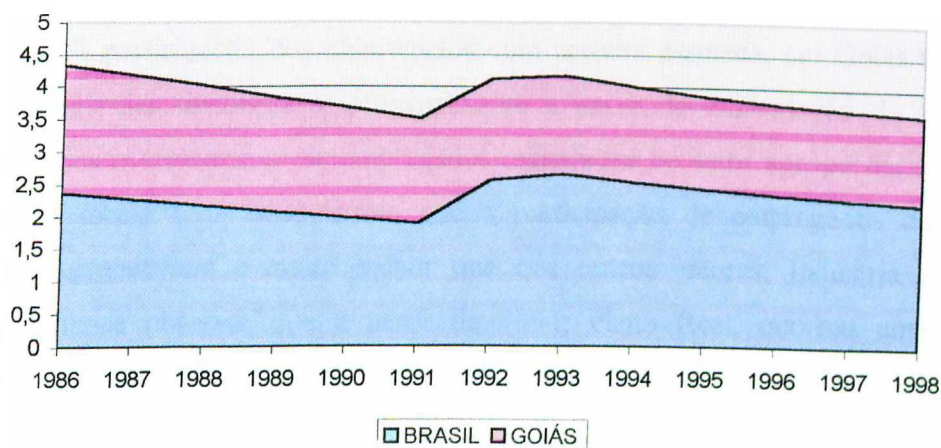
O terceiro momento conforma-se pela implementação de políticas neoliberais, caracterizadas pela retirada do Estado, na visão de Almeida Filho(2000), do papel de “instância deliberativa” das questões estratégicas, que se traduzem para Goiás em uma especialização cada vez maior em sua base produtiva.

O uso do PIB para estabelecer semelhanças ou diferenças entre a renda e o comportamento da atividade econômica do Brasil e do Estado de Goiás, ao longo de um período determinado, serviu-nos para mostrar que o comportamento da economia goiana foi diferente da brasileira, resultado de sua menor diversificação, porém, devemos analisar outros aspectos que podem ajudar a confirmar a mudança estrutural ocorrida em Goiás.

A expansão da economia gera, conseqüentemente, mais postos de trabalho e isso pode ser notado pelo aumento da população local e logicamente pelo número maior de trabalhadores. Verificamos que houve em Goiás um aumento significativo em sua população notadamente na década de 90. A década de 90 foi marcada por uma mudança no estilo de desenvolvimento, o aumento populacional ocorrido em Goiás deve-se a esta mudança, visto que, quando comparamos a variação anual de crescimento da população do Estado de Goiás e Brasil (graf. 6) fica patente a grande diferença entre as taxas, principalmente a partir de 1992/93 quando em Goiás há um súbito aumento nas taxas, denunciando ser alvo de um grande processo migratório.

Gráfico 7

Variação anual (%) da população de Goiás e Brasil - 1985 a 1998



Em toda a série analisada – 1985 a 1998 – as taxas de variação anual do Estado de Goiás são superiores às do Brasil, os padrões de redistribuição espacial da população mostram que processos de concentração e desconcentração de populações obedecem às especializações econômicas, o que ocorreu em Goiás.

O Estado de Goiás teve um crescimento de 2,28 % a.a. no período de 1985 a 1998 e o Brasil 1,58 %, se nos concentrarmos especificamente nos anos 90 esse crescimento foi de 2,40 % para Goiás e 1,43 % para o Brasil, o que demonstra que na década de 90 houve uma maior diferença no crescimento goiano. A população goiana teve um crescimento de 17,15 % na década de 90 enquanto que a população brasileira cresceu 10,93 %.

Tabela I. 9: População do Estado de Goiás e Brasil

- 1985 a 1998 -

ANO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
GOIÁS	3.528.656	3.612.242	3.694.635	3.775.322	3.853.923	3.930.620	4.005.422
BRASIL	131.639.272	134.228.492	136.780.739	139.280.140	141.714.953	144.090.756	146.407.892

ANO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
GOIÁS	4.108.422	4.217.953	4.325.071	4.430.587	4.535.355	4.639.785	4.744.174
BRASIL	148.684.120	15.932.566	153.142.782	155.319.940	157.481.665	159.636.413	161.790.311

Fonte: IBGE/IPEA

Os dados sobre a população evidenciam que ocorreram, em Goiás, alterações estruturais, posto que o comportamento da população, seu crescimento, foi bastante diferente do país. A conjunção de outros dados, como o emprego formal, irá corroborar estas evidências.

A participação dos empregados com carteira assinada, em Goiás e no Brasil, apontam divergências importantes, principalmente a partir da implantação do Plano Real, onde se solidifica o crescimento de empregados registrados no setor agropecuário. Os dados verificados na tabela I.10, demonstram que a participação de empregados com carteira assinada na Agropecuária é muito menor que nos outros setores, Indústria e Serviços, entretanto, pode-se observar que a partir de 1994, Plano Real, ocorreu uma expansão significativa nessa participação referente ao setor primário.

No início da série histórica, em 1990, a participação da Agropecuária no emprego era 1,61% para o Brasil, e, 1,74% para Goiás, antes da implementação do Plano Real, em 1993, a participação era de 2,18% e 2,16% para o Brasil e Goiás, respectivamente, já no ano seguinte essa participação passa para 4,23% para o Brasil e 3,95% para Goiás.

Podemos observar que no final da série, em 1997, ocorreu um aumento maior na participação do setor agropecuário do Estado de Goiás em comparação com o Brasil, 5,83% em Goiás e 4,14 % no Brasil.

As participações no emprego nos setores da Indústria e dos Serviços para o ano de 1997 foram as seguintes: na Indústria para o Brasil, 26,15%, para Goiás, 26,56%, nos Serviços para o Brasil a participação foi de 69,58 % e para Goiás 62,51%. Analisando a série histórica por completo não encontramos grandes desvios em relação a essas participações.

A grande diferenciação que verificamos nos empregados com carteira assinada refere-se justamente ao grande crescimento do setor agropecuário em Goiás, após a implantação do Plano Real, essa constatação fica evidente quando observamos que a participação do setor primário no PIB estadual cresceu ao longo da década, ele passou de 22,3 % em 1990 para 27,5 % em 1996 (tab.I.8).

Tabela I. 10: Partic. dos Empreg. por Setor de Ativ. (em %)**- Brasil e Goiás – 1990/97**

		AGROPECUARIA	INDUSTRIA	COM/SERV.	OUTROS	TOTAL
1990	Brasil	1,61	29,65	63,40	5,34	100,00
	Goiás	1,74	21,02	71,92	5,32	100,00
1991	Brasil	1,59	28,37	62,48	7,57	100,00
	Goiás	1,97	20,24	69,44	8,36	100,00
1992	Brasil	2,11	27,17	60,09	10,63	100,00
	Goiás	2,27	20,60	68,49	8,64	100,00
1993	Brasil	2,18	26,28	57,87	13,66	100,00
	Goiás	2,16	19,34	67,21	11,30	100,00
1994	Brasil	4,23	28,35	62,34	5,09	100,00
	Goiás	3,95	21,87	69,23	4,95	100,00
1995	Brasil	4,24	27,20	67,47	1,08	100,00
	Goiás	4,92	20,97	72,62	1,49	100,00
1996	Brasil	4,17	26,82	68,62	0,39	100,00
	Goiás	5,49	22,42	71,51	0,58	100,00
1997	Brasil	4,14	26,15	69,58	0,12	100,00
	Goiás	5,83	21,56	72,51	0,11	100,00

Fonte: RAIS/CAGED –Elaboração própria

O crescimento dos empregados no setor industrial foi de 4,4 % a.a. para Goiás e ficou estacionado no Brasil, tampouco cresceu ou subiu, o setor de serviços de Goiás cresceu 3,85 % a.a. e o do Brasil 2,62 % a.a. e o setor primário cresceu 23,01 %, enquanto que o do Brasil ficou em 17,71 %.

O interessante a notar é que esses resultados confirmam nossa hipótese de que, na década de 90, houve alterações estruturais na economia goiana, decorrentes do novo estilo de desenvolvimento advindo das medidas neoliberais implementadas. Essas alterações afetaram o setor primário que passou por um processo de especialização em culturas ligadas a agroindústria e exportáveis, principalmente o complexo soja, dados a respeito e exportação demonstram que a soja é o principal item nas exportações goianas atualmente, e que sua produção foi aumentada significativamente após 1993.

As agroindústrias também confirmaram nossa hipótese de que elas representam o gênero industrial mais importante da indústria goiana e ela sempre foi predominante sobre os outros gêneros. Um fato marcante é a pesquisa que mostra que ao longo da década foi a agroindústria o gênero que mais expandiu em termos de aberturas de novas empresas no estado.

Portanto, o fato de ter havido uma mudança de rumo no estilo de desenvolvimento afetou a estrutura econômica do Estado de Goiás. Os setores mais afetados foram o Setor Primário, que teve sua participação na renda aumentada e no Setor Secundário houve um aumento no predomínio da agroindústria sobre os demais setores.

Concluindo, verificamos que no emprego se deu um diferencial importante potencializando a afirmação que ocorreu no setor primário goiano uma expansão importante. No próximo capítulo partiremos do emprego para verificar se intra-estado, a região do Sudoeste, teve comportamento diferente de Goiás, é nossa hipótese de há evidências que ela diferenciou-se do Estado.

CAPÍTULO II

Sudoeste de Goiás: um novo espaço dinâmico no Estado de Goiás

II. 1 : Introdução

No Capítulo I , mostramos a natureza do desenvolvimento da economia brasileira nos anos 80 e 90, indicando que o resultado global obscurecia realidades parciais bastante diferenciadas. Os espaços sub-regionais mostravam, e continuam mostrando, diferenças expressivas de resultados tanto no que diz respeito à produção de riqueza quanto a condições sociais. Atribuímos, em grande parte, estas diferenças à própria natureza e ritmo do desenvolvimento brasileiro, mas também, especificamente, à forma da política econômica, sobretudo ao papel indutor dos recursos públicos estatais.

Na passagem dos anos 80 para os anos 90, identificamos uma mudança de forma dessa política econômica, com diminuição relativa desses recursos públicos estatais. A mudança foi em grande parte determinada pelo esgotamento das condições de desenvolvimento da economia no estilo de desenvolvimento que vinha sendo adotado. Estas mudanças foram consideradas como estruturais por Almeida Filho (1998) e tiveram efeitos diferenciados, se avaliadas no âmbito das sub-regiões nacionais.

No Capítulo II, investigaremos, para atestar os distintos efeitos das mudanças estruturais em nível das sub-regiões, o desenvolvimento de uma das microrregiões do Estado de Goiás. Mostraremos que ocorreram alterações relevantes dos empregos primário e secundário da economia da microrregião do Sudoeste do Estado, resultado de uma concentração de investimentos de agroindústrias. Assim, teremos dados relativos à economia brasileira, ao Estado de Goiás e desta microrregião.

Dois aspectos merecem destaque. O primeiro é que, num país de grande extensão geográfica como o Brasil, as sub-regiões apresentam resultados diferenciados da economia nacional. Não é por outra razão que o tema diversidades regionais é um dos principais objetos

de estudos acadêmicos e preocupação das políticas governamentais. O segundo é que, no processo de transição entre estilos de desenvolvimento, há efeitos paradoxais sobre as sub-regiões, com progresso de algumas e retrocesso de outras. A comparação interna ao Estado de Goiás mostra que a microrregião do Sudoeste avança aceleradamente nos anos 90 em relação aos demais espaços do estado.

A base empírica de sustentação da investigação será o emprego formal, em razão de ser a única variável que permite uma comparação entre os níveis de agregação da economia brasileira, do Estado de Goiás e das microrregiões. Da mesma forma, o emprego formal permite uma comparação interna do desempenho das demais microrregiões. Além do emprego formal, utilizaremos dados da população residente, do consumo de energia elétrica e de arrecadação de ICMS.

Os resultados da análise mostram que, na década de 90, somente três microrregiões tiveram aumento na participação do ICMS estadual e que o Sudoeste Goiano, representado pelo município de Rio Verde, estava entre eles. A análise mostra ainda que houve desenvolvimento concentrado em poucas regiões internas ao Estado de Goiás, justamente aquelas com vantagens comparativas locais de infra-estrutura urbana e produção agrícola.

Neste sentido, considerando a mudança estrutural em favor das “forças do mercado” em detrimento da coordenação do Estado, e considerando o dinamismo da produção agroindustrial, houve mudanças de sinergia entre regiões (âmbitos federal, estadual e microrregiões).

Como veremos, o município de Rio Verde destaca-se na produção agrícola. A expansão de sua produção foi resultado do processo de extensão da fronteira agrícola de grãos para o interior do país, processo orientado e alavancado pelas políticas públicas federais dos anos 70. A inflexão desta política já nos anos 80, pela crise de financiamento do Estado e, sobretudo, nos anos 90, pela reorientação do desenvolvimento, tornou o município espaço privilegiado de novos investimentos agroindustriais. Mostraremos que estas mudanças projetam a manutenção do crescimento diferenciado.

O Capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira, discutimos o emprego formal, estabelecendo um parâmetro de comparação entre os três níveis de agregação propostos: economia brasileira, Estado de Goiás e microrregião do Sudoeste Goiano. Na segunda,

investigamos o consumo de energia elétrica para o Estado de Goiás e suas microrregiões. O objetivo é destacar as microrregiões mais importantes. Na terceira seção, discutimos as variações da renda de cada uma das microrregiões. Finalmente, na quarta seção, investigamos a evolução da agricultura do Sudoeste Goiano.

II. 2: A evolução do emprego formal no Sudoeste de Goiás

O emprego formal é uma das principais variáveis de apreensão dos efeitos da mudança estrutural que descrevemos no Capítulo I. De fato, o esgotamento do padrão de desenvolvimento histórico que emerge da transição ao capitalismo no Brasil tem como um dos sintomas mais importantes a queda dos investimentos e, portanto, do emprego. Os dados relativos à economia brasileira nos anos 80 não deixam dúvida a respeito da estagnação produtiva e queda do emprego formal. Já nos anos 90, pela própria mudança de natureza da política econômica, mantém-se a estagnação da produção, porém agrava-se o efeito sobre o emprego formal, tanto pelo processo de reestruturação do Estado quanto pela mudança relativa da participação dos três tipos de capital – estatal, privados nacional e estrangeiro – sobre as fontes de geração da riqueza interna. Há um aumento das atividades informais, sem que se possa avaliar adequadamente a dimensão relativa à atividade formal.

No entanto, o emprego formal é ainda uma variável que permite comparações verticais (níveis de agregação) e horizontais (entre setores e ramos). Estes dados nos permitem comparar, com as devidas qualificações acima, os resultados da economia brasileira, do Estado de Goiás e de suas microrregiões.

O crescimento da participação do setor primário na renda goiana, na década de 90, aponta para que regiões que são importantes produtoras tenham tido um desenvolvimento econômico mais significativo que o do próprio estado. Este desenvolvimento pode ser denunciado pelo aumento do número de empregados com carteira assinada e a visualização de quais setores que mais se destacaram oferecendo postos de trabalho. É importante verificar se a participação dos trabalhadores no total de trabalhadores do Estado de Goiás tenha

aumentado, apontando que esta ocorrência tenha sido significativa para mostrar que houve alterações importantes na economia do Sudoeste de Goiás.

O emprego no Estado de Goiás teve alterações importantes no setor primário, no período de 1990 a 1997, quando comparados com o Brasil, entretanto, o comportamento do emprego formal do Sudoeste de Goiás comparado com a evolução ocorrida em Goiás mostra um comportamento ainda mais distinto.

O crescimento do emprego formal do Sudoeste de Goiás foi significativo no período analisado, segundo os dados da RAIS/CAGED, houve um crescimento anual de 6,15 % no período, enquanto que Goiás, no mesmo período teve um crescimento anual de 3,25 %. Estes dados, a princípio, apontam para um comportamento diferente da economia da microrregião, contudo, devemos observar como se comportaram os setores desagregados do emprego formal para aprendermos quais setores foram determinantes para essa diferenciação ocorrida no total do emprego.

Para que possamos fazer as comparações necessárias em nossa pesquisa, utilizaremos os dados da RAIS/CAGED que usa denominações e detalhamentos diferentes daqueles usados pelo IBGE para cálculo do PIB. Para a denominação do setor primário encontramos os dados sobre o emprego formal na RAIS/CAGED que ela denomina como Agropecuário, o setor secundário é composto pelos empregados da Indústria e Construção Civil, que chamaremos mais simplificada de Indústria e o setor terciário é formado pelo setor de serviços com o comércio, dentro da metodologia da RAIS/CAGED utilizaremos a denominação de Serviços.

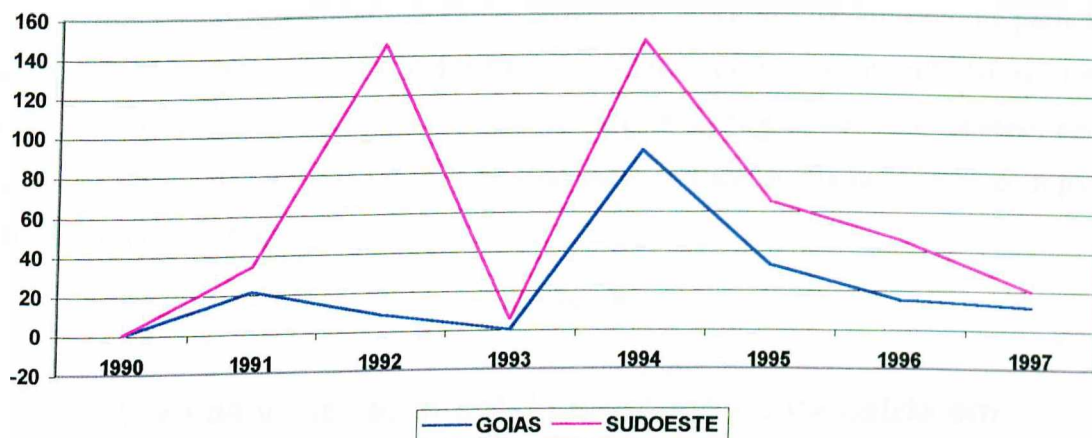
O setor de Serviços foi dentre todos os setores aquele que teve sua evolução semelhante ao Estado de Goiás, seu crescimento anual foi de 3,57 % e o do Estado de Goiás foi de 3,85 % a.a., mantendo uma participação de 5,30 % em média ao longo do período sem grandes alterações significativas.

As grandes alterações ocorreram nos setores Agropecuária e Indústria, revelando que neste período a economia do Sudoeste de Goiás passou por alterações significativas em sua estrutura. A agropecuária, no Sudoeste de Goiás, cresceu a uma taxa de 32,25 % a.a., superior à taxa de crescimento do mesmo setor do Estado de Goiás, 23,01 % a.a., sua participação no emprego total da agropecuária estadual expandiu-se, ela teve um

crescimento de 9,25 % a.a., no início da série histórica, em 1990, a microrregião participava com 9,79 % dos empregos no setor e, no final da série ela participava com 18,87 %.

Gráfico 8

Taxa de crescimento anual do emprego na Agropecuária de Goiás e Sudoeste Goiano - 1990/97 (%)



A expansão do setor primário – Agropecuária – no Sudoeste de Goiás está relacionada às alterações estruturais resultantes da abertura comercial e desregulamentação implementados na década de 90. A abertura comercial mostrou-se favorável à agricultura praticada no Sudoeste de Goiás que, tem sua produção, principalmente a soja, voltada à exportação e a agroindústria.

Podemos verificar no gráfico 7 que após o início do processo de abertura comercial, iniciado no Governo Collor e consolidado pelo governo Fernando Henrique, as taxas de crescimento da Agropecuária tem alterações significativas, existindo picos nos anos de 1992 e 1994, no Sudoeste de Goiás, maiores que as verificadas no Estado de Goiás.

Esses resultados do emprego formal do setor primário, cujo setor foi o de melhor desempenho em sua participação na renda goiana na década de 90, corrobora para mostrarmos que houve uma expansão significativa deste setor, resultado da abertura comercial e desregulamentação econômica somadas ao novo estilo de desenvolvimento que emergiu a partir daí.

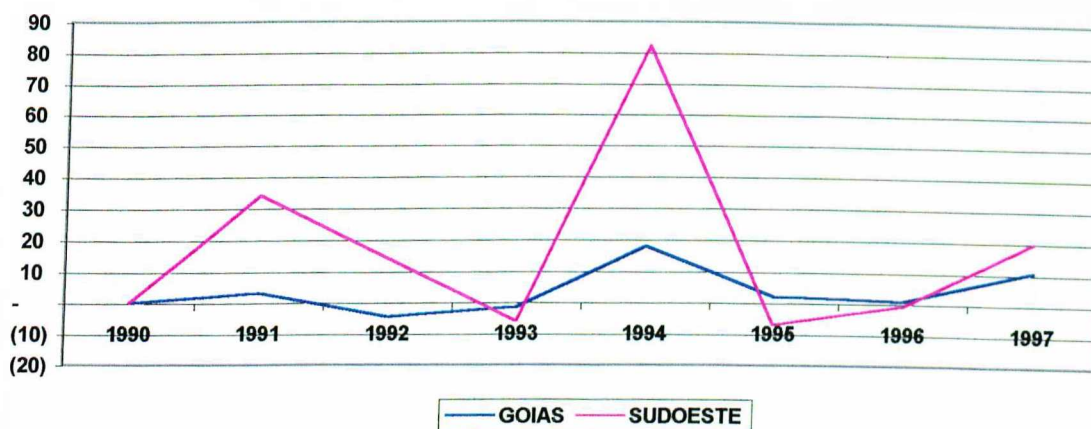
A participação do Sudoeste de Goiás foi importante para o desempenho goiano no setor primário. Os dados do emprego formal apontam para o crescimento maior deste setor

no Sudoeste de Goiás do que se tomado o Estado como um todo, outros dados a respeito da produção ajudarão a aprender como o Sudoeste de Goiás ajudou o Estado a ter uma performance significativa no setor primário.

O emprego no setor secundário – Indústria - do Sudoeste de Goiás também teve um desempenho significativo no período analisado. A taxa de crescimento anual do emprego na Indústria do Sudoeste de Goiás foi de 12,058 % a.a. enquanto que, no mesmo período, esta taxa para o Estado de Goiás foi de 3,87 %. Houve um aumento na participação do número de empregados na Indústria do Sudoeste de Goiás em relação ao total de empregados na Indústria Goiana, esse aumento foi de 8,22 % a.a., no início da série, em 1990 a participação era de 2,08 %, no final da série essa participação era de 3,78 % com picos de 4,40 % no ano de 1994.

Gráfico 9

Taxa de variação anual do emprego na Indústria em Goiás e no Sudoeste de Goiás - 1990/97



A instabilidade apresentada pelo setor (gráfico 9) foi semelhante ao setor primário, ambos foram afetados pela abertura comercial e desregulamentação da economia e pelo novo estilo de desenvolvimento, entretanto, a indústria existente no Sudoeste de Goiás e especializada em agroindústrias que beneficiam produtos agroexportáveis, principalmente as do complexo soja e frigoríficos.

Portanto, o Sudoeste de Goiás teve um crescimento significativo no número de empregados com carteira assinada após a implementação das políticas neoliberais,

principalmente no que se refere à abertura comercial e desregulamentação da economia, cujos resultados no emprego formal se refletiram no aumento de empregos no setor primário – Agropecuária – e no setor secundário – Indústria -. O aumento na participação dos empregados do setor primário, 9,25 % a.a., e no setor secundário, 3,28 % a.a., corroboram na afirmação de que estes dois setores foram os mais beneficiados, no Sudoeste de Goiás, no período analisado.

A verificação de que houve crescimento no emprego formal dos setores primário e secundário pode ser associada a outros indicadores, como aumento da produção agrícola e aumento no consumo de energia elétrica industrial que servirão para confirmar o desenvolvimento significativo havido nestes setores, no período em questão.

II. 3: Evolução do consumo de energia elétrica no Sudoeste Goiano

Na década de 90 vimos que houve alterações estruturais na economia goiana e, vários indicadores foram usados para confirmar esta afirmação. Quando verificamos que houve significativa diferença na evolução do emprego formal do Sudoeste de Goiás comparado com o Estado de Goiás torna-se necessário mostrar que outros indicadores também apontam na mesma direção.

A modernização do setor industrial goiano antecedeu aos dos demais estados da Região Centro-Oeste, o PIB goiano demonstra que sempre possuiu significativa participação na região, tanto na agropecuária como no setor industrial. A renda da indústria goiana participava com 0,4 % da nacional e 44,4 % da região, em 1970, já no ano de 1985 essa renda participou com 1,2 % da renda nacional e 42,8 % do Centro-Oeste e no ano de 1995 ela participou com 1,8 % da renda nacional e com 50,0 % da renda da indústria na Região Centro-Oeste. (ESTEVAM: 1998: 190).

Os dois maiores diferenciais referentes ao emprego formal aconteceram no setor primário e secundário do Sudoeste de Goiás, cujo desempenho foi superior ao do Estado de Goiás.

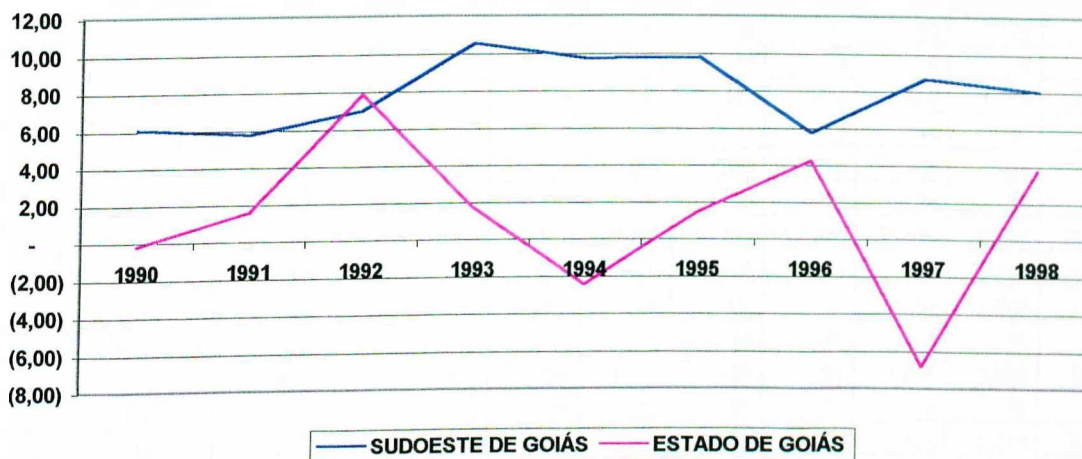
Podemos utilizar outros indicadores como o consumo de energia elétrica industrial para aferir se o Sudoeste de Goiás teve uma evolução diferente do estado. Constatamos que esse consumo apresentou taxas de crescimento maiores.

Apresentaremos ainda em outra seção dados sobre a produção agrícola que servirão para demonstrarmos como foi o comportamento deste setor. Começaremos com os dados referentes ao consumo de energia elétrica industrial.

A expansão do setor industrial goiano pode ser vista através do aumento no consumo de energia elétrica industrial. Na década de 90, o crescimento no consumo de energia elétrica industrial, gráfico 10, para o Estado de Goiás, foi de 1,21 % a.a., enquanto que para o Sudoeste de Goiás esta taxa foi de 9,98 % a.a., tendo, portanto a região um crescimento superior bastante significativo.

Gráfico 10

Evolução da taxa de variação anual (%) do consumo de energia elétrica do Estado de Goiás e do Sudoeste de Goiás - 1990/99



Outro fato que chama a atenção no Sudoeste de Goiás é o crescimento do consumo do município de Rio Verde. Dentro do Sudoeste de Goiás quatro municípios são os maiores consumidores de energia elétrica industrial, Rio Verde – Jataí – Santa Helena de Goiás – Mineiros, juntos em 1999 eles consumiram 88,78 % da energia elétrica industrial da região, sendo que somente a cidade de Rio Verde representou 34,11 % do total da região e 50,50 % se consideramos os quatro municípios. A taxa de crescimento anual de Rio Verde foi de 21,30 % a.a. enquanto que o consumo em Jataí, Santa Helena de Goiás e Mineiros foram, respectivamente, 7,21 % a.a., 12,68 % a.a. e 6,19 % a.a.

O município de Rio Verde tem sido preferido para a instalação de novas empresas industriais, este fato pode ser notado pelo aumento do número de consumidores de energia elétrica industrial. O Sudoeste de Goiás em 1990 tinha 346 consumidores, no final de nossa série histórica, em 1999, esse número aumentou para 787 consumidores, para os quatro

municípios que mais consomem energia elétrica industrial esses números foram de 269 consumidores em 1990 e 572 consumidores em 1999.

Tabela II. 1 : Consumo de energia elétrica industrial dos municípios do Sudoeste de Goiás - 1990 - 1999

	ANO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Ap. Rio Doce	MWH	105	99	95	83	76	103	97	127	123	66
	N. CONS.	6	6	8	7	10	11	11	12	12	13
Aporé	MWH	27	59	349	650	846	693	654	724	904	623
	N. CONS.	3	4	6	4	6	6	5	9	9	11
Caiapônia	MWH	393	363	407	505	471	435	487	457	575	518
	N. CONS.	23	22	21	26	27	24	24	27	33	38
Castelândia	MWH	78	146	164	152	137	148	197	169	176	54
	N. CONS.	2	5	5	8	9	10	9	9	9	12
Chap. Do Céu	MWH	193	97	117	264	262	414	409	503	1.119	1.224
	N. CONS.	1	1	4	5	6	7	8	11	11	11
Doverlândia	MWH	186	193	196	237	305	303	319	395	425	484
	N. CONS.	5	7	7	24	26	25	24	24	25	31
Jataí	MWH	11.541	16.700	18.652	18.637	19.295	14.759	17.042	25.410	26.805	26.790
	N. CONS.	94	106	99	109	120	125	134	138	139	148
Maurilândia	MWH	1.858	2.608	2.725	1.287	799	982	547	783	1.535	1.243
	N. CONS.	8	10	15	16	15	16	16	18	16	16
Mineiros	MWH	1.186	1.168	1.312	1.754	1.808	1.795	1.791	1.857	1.982	2.002
	N. CONS.	28	36	45	45	52	69	72	79	79	83
Montividiu	MWH	1.523	725	2.218	2.673	2.205	1.124	1.904	2.425	2.048	2.113
	N. CONS.	9	17	18	19	19	19	19	20	19	20
Palestina	MWH	13	20	31	30	36	33	33	61	162	178
	N. CONS.	2	8	8	9	9	9	10	11	12	13
Perolândia	MWH	1.454	1.354	2.234	2.221	2.099	655	675	1.318	1.156	1.028
	N. CONS.		3	3	3	4	3	4	5	6	8
Rio Verde	MWH	4.203	4.282	6.304	8.822	9.823	13.776	16.208	18.394	19.314	28.023
	N. CONS.	97	114	128	136	151	172	180	205	222	250
Sta Helena	MWH	6.169	5.574	7.967	7.374	8.014	12.677	12.648	15.147	15.133	16.111
	N. CONS.	50	54	52	56	60	64	65	75	81	91
Sta. Rita Araguaia	MWH	12	9	8	14	6	24	35	57	60	94
	N. CONS.	3	3	5	6	4	6	6	8	8	7
Portelândia	MWH	1.344	1.946	2.012	1.987	3.270	1.379	1.125	890	739	862
	N. CONS.	7	8	8	9	10	10	11	14	13	14
Sto. Ant. Barra	MWH	14	14	33	126	125	112	122	78	37	41
	N. CONS.	2	2	4	4	4	4	4	4	3	3
Serranópolis	MWH	195	207	597	565	365	428	434	468	359	690
	N. CONS.	6	7	7	7	10	11	13	15	15	18
TOTAL	MWH	30.494	35.564	45.421	47.381	49.942	49.840	54.727	69.263	72.652	82.144
	N. CONS.	346	413	443	493	542	591	615	684	712	787

Fonte: CELG: Depto. de Planejamento e Sistema.

Todavia, no município de Rio Verde houve um crescimento de 153 consumidores de 1990 a 1999, tabela II.1, o que representa 34,69 % do número de consumidores novos do Sudoeste de Goiás e 50,50 % dos novos consumidores dos quatro maiores municípios consumidores de energia elétrica industrial.

A taxa de crescimento anual de novos consumidores para o Sudoeste de Goiás foi de 8,56 % a.a. e dos quatro maiores municípios, Rio Verde – Jataí – Santa Helena de Goiás – Mineiros, foram 10,01 % a.a., 5,03 % a.a., 6,4 % a.a. e 11,99 % a.a. Entre as taxas de crescimento anuais sobressaíram Rio Verde e Mineiros entre os demais municípios, entretanto, a quantidade de novos consumidores de energia elétrica industrial foi significativamente maior no município de Rio Verde, 153 novos consumidores, que no município de Mineiros, 55 novos consumidores.

Portanto, na análise do consumo de energia elétrica industrial podemos aprender que o Sudoeste de Goiás teve um crescimento significativamente maior que o Estado de Goiás. Internamente, no Sudoeste de Goiás temos quatro municípios que são os maiores consumidores de energia elétrica industrial e entre eles o que se sobressai é o município de Rio Verde que no ano de 1999 foi o que mais consumiu energia elétrica, e dentre a série histórica – 1990 a 1999 – foi o que teve o maior crescimento no número de consumidores de energia elétrica industrial.

Devemos atentar para o Sudoeste de Goiás que teve um crescimento anual maior no número de empregados com carteira assinada na Indústria, mais do que o Estado de Goiás no mesmo período, todavia, ao analisarmos o consumo de energia elétrica industrial verificamos que internamente na microrregião do Sudoeste de Goiás a cidade de Rio Verde aumentou de modo significativamente superior o número de consumidores industriais das demais cidades componentes do Sudoeste de Goiás, evidenciando que este município foi o que mais recebeu novas indústrias na região.

II. 4: Crescimento da renda nas microrregiões do Estado de Goiás: o comportamento do Sudoeste de Goiás

O novo estilo de desenvolvimento apresentado pela política econômica do governo federal seguindo uma orientação de caráter neoliberal influenciou de maneira diversa os diferentes espaços intra-estado. As diversas microrregiões que compõem o Estado de Goiás tiveram comportamento diferenciado quando expostas a esta política.

Vários fatores são determinantes para este resultado diferenciado, sendo os principais os padrões locacionais, as especializações no setor primário e a infra-estrutura mais desenvolvida. O aumento da renda nas microrregiões, principalmente no municípios, mostra que o desenvolvimento se dá onde esses determinantes são mais acentuados.

Utilizaremos, para comparação do crescimento da renda nos municípios o Índice de Participação dos Municípios do Estado de Goiás, no período de 1990 a 1998. Este índice é elaborado pela Secretaria Estadual da Fazenda que o constrói de forma proporcional a distribuição do ICMS dos municípios goianos. O índice é estruturado tendo 10 % do ICMS distribuído de forma igualitária entre os municípios e 90 % do total é distribuído de forma proporcional entre os municípios que o geraram.

Para efeitos de comparação entre os municípios separamos o índice dos municípios de maior população de cada uma das dezoito microrregiões, conforme o IBGE, do estado no período de 1990 a 1998 e utilizamos o modelo de regressão para calcular o crescimento do índice de cada um deles.

As microrregiões selecionadas estão no gráfico 11 e os municípios selecionados foram:

- Microrregião 1 – SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA – município de São Miguel do Araguaia
- Microrregião 2 - RIO VERMELHO – município de Goiás
- Microrregião 3 – ARAGARÇAS – município de Aragarças
- Microrregião 4 – PORANGATU – município de Porangatu
- Microrregião 5 – CHAPADA DOS VEADEIROS – município de Campos Belos
- Microrregião 6 – CERES – município de Goianésia
- Microrregião 7 – ANÁPOLIS – município de Anápolis
- Microrregião 8 – IPORÁ – município de Iporá
- Microrregião 9 – ANICUNS – município de São Luiz de Montes Belos
- Microrregião 10 – GOIÂNIA – município de Goiânia
- Microrregião 11 – VÃO DO PARANÃ – município de Posse
- Microrregião 12 – ENTORNO DE BRASÍLIA – município de Luziânia
- Microrregião 13 – SUDOESTE DE GOIÁS – município de Rio Verde
- Microrregião 14 – VALE DO RIO DOS BOIS – Palmeiras de Goiás
- Microrregião 15 – MEIA PONTE – município de Itumbiara
- Microrregião 16 – PIRES DO RIO – município de Pires do Rio
- Microrregião 17 – CATALÃO – município de Catalão
- Microrregião 18 – QUIRINÓPOLIS – município de Quirinópolis

Dentre os dezoito municípios selecionados das microrregiões três tiveram crescimento no índice de participação dos municípios, tabela II. 2, Goiânia, Luziânia e Rio Verde, quatro mantiveram suas participações constantes no período, Aragarças, Catalão, Goianésia e Posse, e os demais tiveram sua participação diminuída no período.

É interessante ressaltar que no período analisado, 1990 a 1998, cinco municípios entre os dezoito tiveram distritos emancipados e como consequência queda de receita oriunda do ICMS, já que o tributo gerado não mais contará a seu favor na distribuição

estadual. Os municípios cujos distritos foram emancipados foram: Rio Verde, Luziânia, Itumbiara, Goiânia e Porangatu, sendo que Luziânia teve três distritos emancipados, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás, Rio Verde teve dois distritos, Castelândia e Santo Antonio da Barra e Itumbiara, Goiânia e Porangatu tiveram um distrito emancipado no período.

Tabela II. 2 : Índice de participação dos municípios com maior população das microrregiões do Estado de Goiás – 1990 a 1998 –

MUNICÍPIOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Anápolis	7,257028	7,5051888	7,1477911	5,6014877	4,8494508	5,0222624	4,4532203	5,0559176	6,0669424
Aragarças	0,0805375	0,0836309	0,1014004	0,101071	0,0930463	0,0913691	0,0832395	0,0919448	0,1000107
Campos Belos	0,1537229	0,137325	0,1316162	0,1360448	0,1224551	0,1163032	0,1066364	0,0934853	0,0901145
Catalão	2,3397841	1,9164237	1,5493906	1,6240088	1,848941	2,2590156	2,3335543	2,1084698	1,987519
Goianésia	1,3801927	1,2880667	1,0225473	0,9606386	1,1041416	1,1405806	1,0001795	1,1234922	1,3114313
Goiânia	25,0778982	28,1077353	30,68511684	29,1796807	27,0310731	28,3112908	28,9373209	29,3822776	29,289275
Goiás	0,3444463	0,3590791	0,3721475	0,3861596	0,3717715	0,3121733	0,2751376	0,2685919	0,2775974
Iporá	0,3843372	0,4009467	0,4156772	0,3774726	0,3228925	0,3003038	0,2784566	0,2807826	0,2863155
Itumbiara	3,3666103	4,2169717	4,0675458	2,9107379	3,5442429	3,8318068	2,8477675	2,936589	3,276062
Luziânia	0,643529	1,1506637	1,5768711	1,5492499	1,2626404	1,3696074	1,3983936	1,2813458	1,2341969
Palmeiras de Goiás	0,7921353	0,5394624	0,3357756	0,3801509	0,407369	0,3898719	0,3026801	0,2927092	0,3420092
Pires do Rio	1,0895314	0,8416346	0,5424132	0,6994194	0,6416024	0,4661803	0,6221449	0,8141762	0,6407282
Porangatu	0,816169	0,7271117	0,6620907	0,6376729	0,5927673	0,5209688	0,4498048	0,4722758	0,4675127
Posse	0,1102314	0,1238297	0,1432472	0,1217874	0,1196233	0,1333349	0,1160942	0,1155293	0,1251122
Quirinópolis	1,2521681	1,2045027	1,2067823	1,0766192	1,0638849	1,1721957	1,111085	1,1159792	1,067849
Rio Verde	3,3014284	3,3824039	3,2143874	3,5820041	3,815235	3,7648727	3,8149469	3,6859384	3,5669225
São L. de Montes Belos	0,6211921	0,5951649	0,5557792	0,4727926	0,4105361	0,3591826	0,3335029	0,3525644	0,3730833
São M. do Araguaia	0,5532762	0,471282	0,4379595	0,4504727	0,4715063	0,4608914	0,392473	0,4460472	0,4326061

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás
Comissão de Elaboração dos Índices de Distribuição do ICMS COINDICE/ICMS
Secretaria Executiva

Para efeito de comparação somamos as participações desses distritos na participação do distrito sede e os resultados continuaram inalterados, mostrando que os distritos não tiveram influencia significativa na série analisada.

A taxa de crescimento dos três municípios que tiveram crescimento positivo aponta para uma melhor performance do município de Luziânia (gráfico 12) com um taxa de crescimento de 4,7 % a.a., seguido de Rio Verde com 1,6 % a.a. e Goiânia com 1,01 % a.a.

Entretanto, devemos observar que a participação desses três municípios no ICMS estadual é significativamente diferente, Goiânia é a capital do Estado de Goiás e o

maior município goiano em população, assim sendo, detém a maior parcela na distribuição do ICMS, a participação do município de Rio Verde é três vezes superior que a do município de Luziânia, demonstrando ser este município, apesar de menor população, bastante representativo na geração do ICMS estadual.

Gráfico 11: Estado de Goiás e Microrregiões

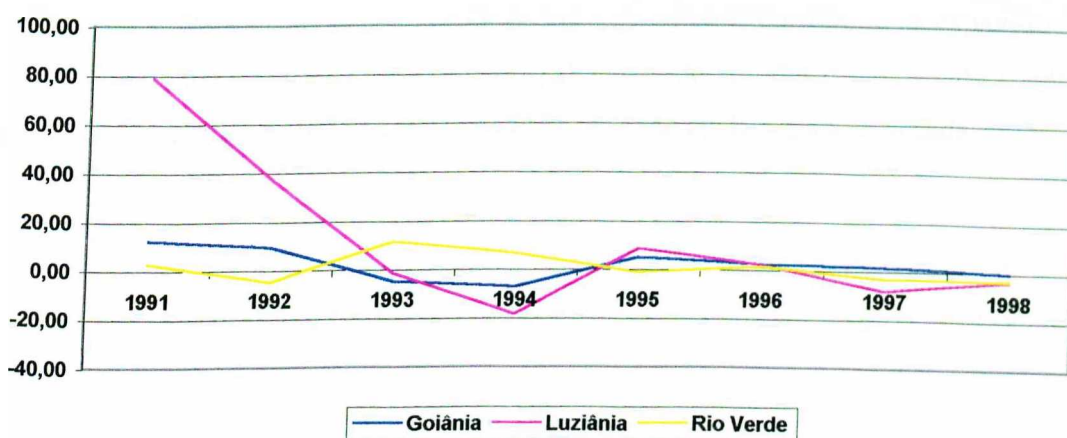


Analisando a série histórica das taxas anuais de variação podemos verificar que as taxas que sustentaram o crescimento de Goiânia e Luziânia, no período, foram anteriores a 1993 e para Rio Verde deu-se após o ano de 1993. O ano em questão, 1993, foi quando o país teve uma mudança no seu estilo de desenvolvimento com a nova orientação da política econômica do governo federal, o que afetou os espaços subnacionais.

As três cidades apresentam características diferentes, Goiânia é a maior cidade e capital do Estado de Goiás, possuindo uma maior diversificação em sua economia que as demais cidades do estado, e a cidade de Luziânia é fortemente influenciada pelo Distrito Federal, considerada cidade dormitório de Brasília, ficando justamente na Microrregião denominada Entorno de Brasília. Sua parcela na participação do ICMS estadual em 1998 foi 1,23 %, enquanto que Goiânia foi de 29,29 % e Rio Verde 3,57 %.

Gráfico 12

Taxas anuais de variação (%) - Goiânia, Rio Verde e Luziânia - 1990 a 1998



Podemos observar que o município de Rio Verde apresenta significativas taxas de crescimento em sua participação no ICMS estadual a partir do ano de 1993, sinalizando ter sofrido este município impactos positivos após a abertura comercial e desregulamentação da economia implementada com o governo Collor e posteriormente complementado com o governo Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, podemos apreender a partir dessa participação no ICMS estadual que o comportamento do município de Rio Verde e, estendido de uma forma geral para a Microrregião do Sudoeste de Goiás apresentou uma melhor performance, na década de 90, que as demais regiões, excetuando-se a Microrregião de Goiânia e a do Entorno de Brasília. Contudo, devemos investigar outros fatores que contribuíram para o crescimento da renda do Sudoeste de Goiás e de Rio Verde.

O Sudoeste de Goiás apresentou este crescimento da arrecadação de ICMS devido a sua economia ter-se expandido no período analisado. Essa expansão tem a ver com os impactos da política econômica adotada pelo governo federal, visto que, a região apresenta um desenvolvimento significativo no seu setor primário, e devido ao novo estilo de desenvolvimento adotado pela imposição de medidas neoliberais por parte do Estado. Essa medida neoliberal que atingiu positivamente a região tem a ver com a abertura comercial que incentiva as exportações, principalmente de *commodities*, à preferência dos novos investimentos pelo padrão locacional da região, e o conjunto de incentivos fiscais, tanto do governo federal como o estadual, beneficiou o Sudoeste de Goiás que apresentou um crescimento na arrecadação de ICMS.

Apresentaremos a seguir dados que possam corroborar a expansão do setor primário do Sudoeste de Goiás, principalmente de produtos agro-industrializáveis e exportáveis e dados sobre novos investimentos recebidos pela região na década de 90.

II. 5: O desenvolvimento da agricultura no Sudoeste de Goiás, com destaque para o município de Rio Verde

O desenvolvimento do Sudoeste de Goiás está relacionado com a forte presença do Estado quando este desenvolveu políticas de desenvolvimento regional, recordemos o Plano de Metas de JK com a criação de Brasília e a construção de rodovias, principalmente a rodovia BR 153 ligando Goiânia a São José do Rio Preto, a BR 060 que interligou Goiânia ao Sudoeste de Goiás e a BR 262 ligando o Sudoeste de Goiás diretamente à BR 153 com destino a São Paulo, lograram dar um forte desenvolvimento na região que então era carente de infra-estrutura.

Entretanto, para o Sudoeste de Goiás foi importante a expansão ocorrida no início dos anos setenta quando a região recebeu uma série de políticas, gerais e específicas, que tiveram sérios impactos na sua economia.

Podemos destacar algumas políticas gerais, de âmbito nacional, como o crédito rural subsidiado, que possibilitou a expansão e a mecanização do setor primário nacional, e particularmente a do Sudoeste de Goiás, a política de preços únicos de combustíveis e principalmente do preço subsidiado do óleo diesel que possibilitou a redução dos custos do frete de cargas oriundos do interior do país juntamente com a redução dos custos da produção agrícola através da mecanização.

A principal política específica que atuou no Sudoeste de Goiás foi o POLOCENTRO, que foi instituído em 1975 pelo Decreto 75.320 de 29.01.1975, cuja idéia principal baseava-se na concepção de pólos de desenvolvimento, para tanto o Polocentro

selecionou no Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais áreas dotadas de infra-estrutura e com um potencial para a expansão agropecuária.

Era pretensão do Polocentro incorporar ao processo produtivo da agropecuária, no período de 1975/79, cerca de 3,7 milhões de hectares de cerrados, dos quais 1,8 milhão com lavouras, 1,2 milhão com pecuária e 0,7 milhão com florestamento/reflorestamento, para isso foram definidas 12 áreas de atuação, sendo três em Minas Gerais e nove no Centro-Oeste. Em Goiás foram selecionadas duas regiões: Piranhas e Rio Verde.

Os projetos aprovados pelo Polocentro, em sua duração, foram em número de 3.373 projetos, num montante aproximado de US\$ 600 milhões, ficando o Centro-Oeste com 71,3 % do número e 74,1 % do valor total dos projetos (MUELLER, 1990: 55). Em Goiás, especificamente nas áreas de Piranhas e Rio Verde, foram recebidos 38,1 % dos projetos aprovados para o Centro-Oeste.

O que queremos afirmar é que este programa, o Polocentro, foi significativamente importante para o desenvolvimento do Sudoeste de Goiás, não especificamente o município de Rio Verde ou de Piranhas, visto que, para medir o impacto deste programa sobre a agricultura seria necessário realizar a delimitação das áreas geográficas onde ele atuou, e como as fronteiras das áreas beneficiadas pelo Polocentro não coincidem com as fronteiras municipais, acabam por dificultar comparações.

Todavia, podemos estimar que o Polocentro teve uma atuação bastante intensa nas microrregiões onde ele atuou, segundo estimativas da Fundação João Pinheiro(1985: 56), a incorporação induzida pelo Programa no Centro-Oeste foi de 2,06 milhões de hectares e o Estado de Goiás, regiões de Piranhas e Rio Verde, com 42,3 % desse total, perfazendo um total de 871.380 hectares, com 69,7% da área sendo incorporada para agricultura.

A produção agrícola com todo este incentivo aumentou significativamente, principalmente de produtos ligados a agroindústria e a exportação, como a cana-de-açúcar, o milho, o algodão e a soja, tabela II.3. A cana-de-açúcar passou de uma produção de 99.842 toneladas em 1970 para 941.755 toneladas em 1985, a produção de milho cresceu de 41.756 toneladas em 1970 para 183.590 toneladas em 1985 e a soja que teve uma produção pequena em 1970, 3.956 toneladas, aumentou significativamente sua produção no ano de 1985, 371.825 toneladas.

Tabela II. 3 : Quantidade produzida, em toneladas dos principais produtos agrícolas no Sudoeste de Goiás – 1970 a 1985 -

PRODUTO	1970	1975	1980	1985
café	165	120	555	1.987
algodão	57.404	31.076	21.171	27.430
arroz	96.747	131.049	243.351	132.065
feijão	2.865	1.324	1.564	1.677
mandioca	22.023	3.489	4.479	21.710
milho	41.756	193.282	135.754	183.590
soja	3.956	7.526	69.664	371.825
cana	99.842	111.950	179.951	941.755

Fonte: IBGE

A partir dessa evolução da produção agrícola induzida pela ação estatal o Sudoeste de Goiás passou a ter uma grande participação na produção total Estado de Goiás sobre os principais produtos agrícolas, soja, milho, sorgo, feijão, etc. A expansão na produção de grãos da tabela II.2 mostra que esses produtos que se expandiram são agroindustrializáveis e exportáveis.

A partir dos anos 90 ocorre uma maior especialização na agricultura do Sudoeste de Goiás, a abertura comercial e desregulamentação da economia que produziu um efeito concentrador no setor primário em produtos exportáveis e agroindustrializáveis, tendo como consequência a expansão da atividade agrícola e agroindustrial do Sudoeste de Goiás. Dentro desse novo estilo de desenvolvimento os governos estaduais disputam novos investimentos privados criando mecanismos de atração cujo vetor principal é a redução do ICMS, segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (1999), o Sudoeste de Goiás teve 1.094 projetos aprovados para a criação de 653 novas empresas industriais no período de 1990 a 1999, dentro de um programa criado especificamente para essa finalidade, o Fomentar.

Dentro deste novo cenário, a soja, o milho, o algodão e a cana-de-açúcar têm a sua produção significativamente aumentada, e mais recentemente o sorgo granífero, que é utilizado na ração animal e também como forragem para silagem foi introduzido na região, sua produção já é bastante expressiva.

Os produtos agrícolas mais plantados no Sudoeste de Goiás são a soja e o milho que têm rentabilidade maior sobre as demais culturas e o mercado liderado pelas agroindústrias compram toda a produção.

A soja tem uma particularidade importante, ela é usada para exportação e, geralmente é negociada por um preço melhor, sendo assim, ela é o produto mais importante na formação da renda do produtor. Sobre este aspecto, ela tornou-se a atividade mais importante na produção de grãos no Sudoeste de Goiás.

A produção do milho vem logo depois da soja como a preferida pelos produtores rurais do Sudoeste de Goiás, a sua produção juntamente com o feijão e o sorgo, segundo Couto(1999: 183), “seguem de perto os passos da soja e tem o seu plantio em escala comercial, aonde a soja vai bem, porque, não sendo tão importante como fontes de renda, funcionam como estabilizador da mesma nos anos maus de soja e na ocupação de áreas onde já se cultiva soja por mais tempo e há necessidade de uma rotação para o equilíbrio biológico do solo”.

A produção de grãos, no Sudoeste de Goiás tem a soja e o milho como os principais produtos, entretanto, com a introdução da irrigação no período da seca e o sistema de plantio direto houve ampliação na produção de outras culturas, principalmente o feijão, sorgo granífero, tomate e trigo (tabela II.4), excetuando o tomate, todas as demais culturas usam os mesmos equipamentos básicos para a sua produção, variando apenas alguns componentes da mesma máquina ou algum implemento específico para determinada operação, o que serviu para aumentar a participação que o Sudoeste de Goiás tem na produção estadual nestas culturas.

O aumento ou diminuição de qualquer destas culturas depende basicamente das condições de mercado, uma vez que as máquinas e implementos agrícolas para plantio, tratos culturais e colheita são praticamente os mesmos ou com pequenas alterações de alguns componentes para culturas específicas.

O Sudoeste de Goiás lidera a produção de cinco das nove principais culturas do Estado de Goiás, no ano de 1998 e anteriormente (tab. II.4), principalmente da soja e do milho. É importante salientar que o Sudoeste de Goiás também lidera a produção de algodão, trigo e sorgo e é a terceira região produtora de cana-de-açúcar e a segunda de feijão, todas estas culturas ou são agroindustrializáveis ou exportáveis.

Tabela II. 4 : Participação (%) do Sudoeste de Goiás na produção goiana

– 1990 a 1998 –

	ALGODÃO	CANA	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	SORGO	TOMATE	TRIGO
1998	38,25	19,19	17,42	4,79	43,07	51,52	71,97	9,03	52,35
1997	50,50	20,49	15,57	5,20	37,29	55,72	88,30	2,43	18,47
1996	50,13	19,13	7,67	3,36	33,16	53,62	78,35	1,47	15,66
1995	48,65	20,35	5,54	15,22	38,92	51,69	84,77	1,98	7,20
1994	40,73	20,24	4,72	17,89	39,90	48,88	87,51	6,92	17,24
1993	42,12	19,56	8,34	19,92	36,16	51,02	70,22	4,77	25,56
1992	34,94	18,05	7,80	14,44	31,20	51,04	72,21	1,79	52,32
1991	33,80	21,44	8,18	9,96	30,47	51,02	63,65	4,74	100
1990	35,81	22,46	8,96	11,12	29,18	55,97	50,63	0,79	51,09

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A grande concentração da produção no Sudoeste de Goiás está ligada a agroindústrias e a exportação, e como resultado desta especialização a região passou a liderar a produção destas culturas no Estado de Goiás, a tabela II.5 mostra as participações das microrregiões na produção goiana.

A soja e o trigo produzidos no Sudoeste correspondem a 51,52 % e 52,35 %, respectivamente, de toda a soja e trigo cultivados no estado, isto é mais da metade da soja e do trigo produzidos no estado, o milho e o algodão produzidos representam 43,97 % e 38,25 %, respectivamente, de todo o montante produzido no estado.

O sorgo é praticamente todo produzido no Sudoeste de Goiás, a outra região que mais produz participa somente com 12,69 %. O Sudoeste ainda produz 19,19 % da cana-de-açúcar, 17,42 % do feijão e 9,03 % do tomate produzidos no Estado de Goiás (tabela II.5).

As agroindústrias instaladas no Sudoeste de Goiás incentivam ganhos de produtividade e aumento na produção local, principalmente as agroindústrias de moagem de milho, esmagamento de soja, fábricas de ração animal e mais recentemente a industrialização da carne e subprodutos.

Portanto, podemos aprender que o Sudoeste de Goiás teve o seu desenvolvimento induzido por forte ação estatal que, para isso, utilizou diversas políticas de incentivo, algumas de âmbito geral, como o SNCR e infra-estrutura rodoviária, e outras de âmbito específico, como o Programa Polocentro, que lograram estimular na região agricultura

tecnicamente moderna, e aliado a esses incentivos federais o governo estadual estimulou a agroindustrialização através de programas que tinham como base a redução do ICMS.

Tabela II. 5 : Participação das Microrregiões goianas na produção total do Estado de Goiás – 1998 –

	ALGODÃO	CANA	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	SORGO	TOMATE	TRIGO
Anápolis	0	6,21	7,83	9,19	4,44	0,22	0	7,44	0
Anicuns	0,11	7,08	1,77	5,88	2,37	0,07	0	2,03	0
Aragarças	0	0,03	0,42	2,58	0,30	0,02	0	0	0
Catalão	0,94	3,29	3,74	8,15	3,49	8,37	1,44	0	18,90
Ceres	0	22,05	3,56	10,24	4,78	0,14	0	15,05	0
C. Vead.	0	0,23	0,66	2,34	0,92	0,47	0	0,02	11,91
E. Brasília	0,28	4,26	30,94	8,96	12,63	8,97	0,16	17,67	16,84
Goiânia	0,45	0,85	0,79	9,30	1,64	0,44	0,04	19,92	0
Iporá	0	0,01	0,07	5,02	0,78	0,06	0	0	0
M. Ponte	19,55	14,58	10,39	6,03	8,97	15,56	12,69	10,82	0
P. Rio	0	0,13	4,66	3,70	3,66	3,59	0,66	7,59	0
Porangatu	0	0,24	0,94	10,36	2,88	0,70	0	0	0
Quirinópolis	4,61	0	0,82	1,65	2,79	2,43	3,34	0	0
R. Vermelho	0	0,02	8,67	3,20	0,54	0,04	0,18	0	0
S.M. Araguaia	0	0,03	0,42	3,70	0,35	0	0	0	0
V. R. Bois	35,81	21,56	6,83	2,77	5,38	7,30	9,52	10,42	0
V. Paraná	0	0,22	0,07	2,14	1,03	0,10	0	0	0
Sud. Goiás	38,25	19,19	17,42	4,79	43,07	51,52	71,97	9,03	52,35

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Entretanto, dentro da própria Microrregião do Sudoeste de Goiás encontramos municípios cuja economia mais se destacam entre os dezoito municípios que compõem o Sudoeste de Goiás. Os municípios que compõem a microrregião são: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antonio da Barra e Serranópolis.

O desenvolvimento do Sudoeste de Goiás foi fortemente induzido pelo programa Polocentro, que atuou no Estado de Goiás em duas áreas, Rio Verde e Piranhas. Os impactos desse programa ultrapassaram os limites físicos destes dois municípios, porém, nestes municípios sedes do Polocentro ocorreram os maiores benefícios a que o programa se destinava.

O município de Rio Verde, como sede de uma das duas áreas de atuação do Polocentro no Estado de Goiás, teve um desenvolvimento significativo em sua agricultura. A sua atividade econômica é baseada na produção intensiva de grãos e sua localização é privilegiada dentro do Sudoeste, constituindo-se atualmente no maior produtor de soja, feijão, sorgo granífero e tomate, do Sudoeste de Goiás, sendo que da produção de sorgo granífero o município produz mais da metade da produção (tabela II.6). O município é ainda o terceiro maior produtor de algodão milho e trigo, com 23,89 %, 14,10% e 24,37%, respectivamente, da produção do Sudoeste de Goiás

Rio Verde é um entroncamento rodoviário, o município fica as margens da BR 060, que liga Goiânia a Cuiabá, e as margens da BR 452 (liga Rio Verde a BR 153), e da GO 174 (liga Rio Verde ao Mato Grosso Goiano e a BR 364 com destino a São Paulo), dessa forma o município foi escolhido por diversas agroindústrias para sua instalação já que ele é dotada de boa infra-estrutura locacional e disponibilidade de grãos, basicamente soja e milho.

Os dados apresentados sobre a produção foram os referentes ao ano de 1998, logicamente, esses percentuais variam ano a ano conforme condições de mercado, já que diversos produtos utilizam os mesmos maquinários para plantio, tratos culturais e colheita, entretanto esses dados servem para mostrar o dinamismo da agricultura do município de Rio Verde dentro do Sudoeste Goiano.

Os dados da tabela II. 6 mostram também que o município de Rio Verde tem uma produção agrícola mais homogênea, ele tem boa participação em praticamente todas as culturas, excetuando somente a cana-de-açúcar, enquanto que os demais municípios geralmente se especializaram em uma ou duas culturas.

Embora a mudança na política econômica, por concepção, tenha diminuído os recursos de investimentos do Estado, aqueles que se identificarem com as novas diretrizes tem o seu desenvolvimento mantido e até expandido. As principais diretrizes da política econômica são relacionadas à infra-estrutura, base da atratividade dos investimentos, e o município de Rio Verde se encaixa dentro destas novas diretrizes.

A infra-estrutura do município de Rio Verde foi objeto de procura por diversas empresas agroindústrias que atuando dentro dos novos parâmetros da política econômica governamental, resultando em ser este município o escolhido para a instalação de suas fábricas.

Tabela II. 6 : Participação (%) dos municípios na produção agrícola do Sudoeste de Goiás – 1998 –

	ALGODÃO	CANA	FEIJÃO	MILHO	SOJA	SORGO	TOMATE	TRIGO
Ap. Rio doce	0	0	0	0,09	0	0	0	0
Aporé	0	0	0,07	0,51	0,05	0	0	0
Caiapônia	0	0,01	8,88	3,10	3,76	0,59	0	0
Castelândia	28,76	0	0	20,29	10,98	4,53	0	0
Doverlândia	0	0,06	0,05	0,31	0	0	0	0
Jataí	0,15	0,08	1,90	27,64	19,31	15,84	0	47,85
Maurilândia	2,77	26,96	0	0,27	0,27	0,37	0	0
Mineiros	1,51	0,03	0	8,86	15,22	24,52	0	1,79
Montividiu	5,97	0	41,23	10,27	11,16	18,57	39,73	26,00
Palestina	0	0	0,02	0,22	0	0	0	0
Perolândia	0,27	0	1,09	5,32	6,60	3,71	0	0
Portelândia	0	0,03	0	1,69	3,07	3,34	0	0
Rio Verde	23,89	6,01	42,38	14,10	24,18	27,86	53,76	24,37
Santa Helena	32,46	61,41	4,31	2,00	1,87	0,65	6,51	0
Sta Rita Araguaia	0	0,01	0	0,09	0,04	0	0	0
Sto. Antonio Barra	3,01	0	0	0,55	0,24	0	0	0
Serranópolis	0	0,03	0,09	4,52	3,06	0	0	0

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Recentemente duas empresas se instalaram no município de Rio Verde, Perdigão e Gessy Lever. A primeira empresa, Perdigão, é uma das empresas líderes do segmento de aves e suínos do país e o investimento no novo projeto é de um valor significativo, algo em torno de US\$ 300 milhões, enquanto que a segunda, Gessy Lever transferiu uma de suas fábricas de atomatados da cidade de Jundiáí-SP para Rio Verde.

Em um estudo do BNDES (1999), foi analisado o projeto de investimentos da empresa Perdigão, cuja denominação foi Projeto Buriti. Este projeto teve como início o ano de 1998, com perspectiva de conclusão de três anos, consistindo na implantação de um sistema complexo de integração avícola e suinícola no Sudoeste de Goiás, baseado no município de Rio Verde.

O projeto previa uma série de construções, vejamos:

- Um frigorífico de aves com capacidade para abater 281 mil cabeças/dia;

- Um frigorífico de suínos com capacidade para abater 3.500 cabeças/dia;
- Uma fábrica de rações de 60 mil toneladas/mês;
- Duas granjas de matrizes de aves para posturas de 1.738.000 ovos/semana;
- Um incubatório de aves com capacidade de 1.460.000 pintos/semana;
- 810 módulos de integração de aves/suínos.

O estudo analisando a escolha do local apontou que os principais fatores determinantes foram: disponibilidade de grãos (basicamente soja e milho), oferta e qualidade de mão de obra, proximidade do mercado consumidor, disponibilidade de carne bovina, incentivos fiscais, condições climáticas e infra-estrutura.

A escolha do local obedeceu às novas características de desenvolvimento resultantes da mudança de orientação na política econômica, isto levou a uma mudança no estilo de desenvolvimento.

O padrão indutor do estado é retirado e as regiões e/ou municípios que se beneficiam são aqueles que já possuem infra-estrutura e produzem matéria-prima relacionada com o que a empresa deseja transformar.

No caso da Perdigão, a opção por Rio Verde fica bem clara a importância dos fatores locacionais, conjugados com a política econômica e a disponibilidade de grãos, que levou a empresa a procurar o Sudoeste de Goiás e o município de Rio Verde, por ser o maior produtor, com foi demonstrado.

O custo do frete constituiu fator crítico para a decisão da localização da fábrica de ração da empresa, que segundo ela comprava parte dos grãos necessários para suas rações no Sudoeste e o mandava para a sua sede, distante cerca de 1.000 Km.

Outros itens muito importantes para a decisão da empresa se instalar no Sudoeste de Goiás e mais especificamente em Rio Verde foi a disponibilidade de mão de obra que, em função do tamanho do empreendimento seria necessário uma cidade com pelo menos 100 mil habitantes para abastecer a unidade industrial com mão de obra e os incentivos fiscais que pesaram muito na decisão final, o diferimento do ICMS concedido pelo Estado de Goiás através de seu programa Fomentar foi fundamental para isso.

Para a decisão da empresa Gessy Lever, controladora da Cica, também pesaram as mesmas diretrizes, o padrão locacional do município de Rio Verde, a sua infraestrutura, os incentivos fiscais, a proximidade com a matéria prima, etc.

Os resultados da mudança na orientação da política econômica, que acabou gerando um novo estilo de desenvolvimento, é que aumentara ainda mais as desigualdades regionais, beneficiando ainda mais as regiões que apresentam melhor infra-estrutura, que são mais bem localizadas e até aquelas que possuem tudo isso, contudo, oferecem mais benefícios, sejam fiscais ou até materiais.

No estado de Goiás, o Sudoeste de Goiás apresentou condições melhores para essa mudança de estilo de desenvolvimento, sua infra-estrutura é boa, sua localização é privilegiada dentro do Estado de Goiás e é a região maior produtora de grãos, isto é diferencial entre as outras regiões e acaba por canalizar os investimentos que aqui encontram, sob este novo estilo de desenvolvimento, os melhores requisitos de instalação, os incentivos fiscais são iguais para todas as regiões do estado.

Por conseguinte, estes novos investimentos produziram alterações na população residente no Sudoeste de Goiás e no município de Rio Verde. Eles foram objeto de migração que, segundo os geógrafos, deslocam-se à procura de melhores condições de trabalho.

O Sudoeste de Goiás apresentou, tabela II.7, um crescimento em sua população do ano de 1991 a 2000 de 16,55 % e o município de Rio Verde apresentou, neste período, um crescimento de 17,37 %, sua participação na população da região, em 1991, era de 33,54 % do total e, em 2000, esse percentual permaneceu quase o mesmo, 35,87 %, mas o que se percebe com clareza é que o município de Rio Verde permanece sendo o mais populoso da região.

Portanto, verificamos que os recursos públicos foram fundamentais para a conformação inicial de estrutura econômica do Estado de Goiás, estimulando a produção característica do setor primário. Parte do estímulo dos recursos públicos foi dado pela expansão da rede de rodovias, que viabilizou o escoamento da produção, sem custos diretos seja para o Estado de Goiás e, mais importante, para o setor privado. Neste sentido, os investimentos foram feitos pela coordenação e direcionamento do Estado.

Tabela II. 7 : População residente nos municípios do Sudoeste de Goiás

- 1991, 1996 e 2000 -

	1991	% PARTIC.	1996	% PARTIC.	2000	% PARTIC.
Aparecida do Rio Doce		-	2.220	0,72	2.399	0,70
Aporé	4.979	1,73	3.396	1,10	3.427	1,00
Caiapônia	13.915	4,85	14.223	4,60	14.648	4,26
Castelândia		-	3.653	1,18	3.882	1,13
Chapadão do Céu		-	2.630	0,85	3.773	1,10
Doverlândia	10.213	3,56	7.472	2,42	8.551	2,48
Jataí	65.957	22,97	69.192	22,37	75.408	21,91
Maurilândia	7.321	2,55	8.824	2,85	8.989	2,61
Mineiros	31.144	10,85	33.743	10,91	38.881	11,30
Montividiu	5.595	1,95	6.300	2,04	7.710	2,24
Palestina de Goiás	3.174	1,11	3.358	1,09	3.310	0,96
Perolândia		-	1.808	0,58	2.784	0,81
Portelândia	3.021	1,05	3.148	1,02	3.694	1,07
Rio Verde	96.309	33,54	100.586	32,52	116.559	33,87
Santa Helena de Goiás	33.142	11,54	32.985	10,66	34.523	10,03
Santa Rita do Araguaia	4.534	1,58	5.141	1,66	5.080	1,48
Santo Antônio da Barra		-	3.939	1,27	4.054	1,18
Serranópolis	7.855	2,74	6.707	2,17	6.449	1,87
Sudoeste de Goiás	287.159	100,00	309.325	100,00	344.121	100,00

Fonte: IBGE

Os dados para o ano 2000 são preliminares.

Entretanto, a inflexão da política econômica nos anos 80 e, sobretudo, nos anos 90 não deixou de alcançar favoravelmente Goiás, porém focalizou-se em alguns espaços internos ao estado, que passaram a concentrar os investimentos. É aí que se destaca a região do Sudoeste Goiano, particularmente o município de Rio Verde, onde irão se instalar grandes unidades de capital.

Nesta nova etapa da regulação econômica federal, a interferência dos estados e municípios no processo de desenvolvimento local está essencialmente ligada à concessão de benefícios fiscais. Numa primeira fase dos anos 90, esta interferência foi menor porque os estados e municípios mais importantes apostaram nos fatores locacionais tradicionais, tais como infra-estrutura e recursos naturais. No entanto, já a partir de 1993, há uma clara intensificação da atuação dos estados e municípios, caracterizando a chamada “guerra fiscal”.

Nossa conclusão é que no novo ambiente que se estabelece nos anos 90, estados e municípios que se tenham especializado em atividades econômicas nas quais o Brasil tem vantagens comparativas, como é o caso das atividades típicas do setor primário, mantiveram-se em processo de desenvolvimento. A qualificação importante a fazer é que a inflexão da política econômica não diminuiu as disparidades regionais, antes mudando a sua forma. Nesta nova situação, espaços como o do Sudoeste Goiano ganham importância relativa na produção nacional de riqueza.

SISBI/UFU
202246

- CONCLUSÃO -

- CONCLUSÃO -

As transformações sociais brasileiras, sobretudo aquelas relacionadas à economia, foram bastante significativas nos últimos trinta anos. Desde a configuração plena da forma de desenvolvimento que emerge da transição ao capitalismo, passando pelo período de instabilidade aguda dos anos 90 e completando com o esforço de estabilização, sob a inspiração das políticas econômicas neoliberais, as transformações na institucionalidade e nas condições sociais foram de fato inúmeras.

Dessas transformações podemos destacar aquelas relacionadas à política pública, em função da importância que tinham para o objeto de investigação desta dissertação. A primazia para a estabilização, que nos anos 80 se evidencia pelas diversas tentativas fracassadas de políticas econômicas, aparece mais recentemente, desde o começo dos anos 90, pela busca da parte do Estado Brasileiro de construção de vantagens comparativas aos capitais privados estrangeiros, particularmente vantagens locacionais. Além disto, a consolidação da estabilização da inflação exigiu a busca de fundamentos macroeconômicos, típicos da atuação em nível federal. Essas vantagens locacionais foram perseguidas nos três níveis de governo, embora com características próprias, em razão das diferentes responsabilidades das esferas federal, estadual e municipal.

Essas transformações podem ser visualizadas de diversas formas e por diferentes indicadores. Ao longo desta dissertação, procuramos explorar os efeitos espaciais da geração da renda como indicador da riqueza produzida. Avaliamos inicialmente, como um aspecto a ser investigado, que as transformações dos anos 90 alteraram a geração de riqueza em algumas regiões, porque as mesmas apresentavam vantagens locacionais para os capitais privados. Isto foi apreendido pela variação dos PIBs.

Evidentemente, a avaliação dos PIBs apresenta dificuldade metodológica quando é feita em diferentes níveis de agregação que se superpõem. Mesmo assim, a comparação do PIB da economia brasileira, de estados e microrregiões fornece indicações importantes da movimentação espacial da produção, constituindo-se, portanto, em indicador do processo de desenvolvimento.

A comparação que fizemos dos PIBs da Economia Brasileira e do Estado de Goiás para o período de 1985 a 1999 mostrou que as mudanças da política econômica, com a diminuição de intensidade da ação estatal de coordenação e alavancagem da produção agrícola, produziram efeitos evidentes.

O PIB do Estado de Goiás comportou-se diferentemente do PIB do Brasil, na década de 90 e também na de 80. A comparação entre as rendas goiana e brasileira denota alguns pontos em comum, o principal é o papel do Estado na determinação do crescimento e da renda, entretanto eles diferem na intensidade de como isso ocorreu.

O Estado de Goiás recebeu vultosos recursos públicos para seu desenvolvimento e, foi na forma que se aplicaram esses recursos ocorreu à moldagem da estrutura de sua renda interna.

Os recursos aplicados pelo Estado caracterizaram-se na forma de subsídios para a agricultura, garantias de preço mínimo, programas de desenvolvimento como o POLOCENTRO, subsídios para o preço único de combustíveis no território nacional, investimento em infra-estrutura com abertura de rodovias, energia e armazenagem, etc., foram os dinamizadores do desenvolvimento goiano.

Este processo evidencia uma desconcentração das atividades produtivas baseadas essencialmente na complementaridade das economias regionais à economia paulista, o que contribuiu sobremaneira para alavancar o desenvolvimento das regiões que receberam tais benefícios, dentro de um projeto de desenvolvimento de longo prazo.

O nível de atividade ocorrido nas taxas de variação do PIB brasileiro oscilou muito mais, nos últimos 20 anos, quando comparado com os países ditos “desenvolvidos”. A economia brasileira passou e vem passando por períodos de instabilidade juntamente com uma mudança estrutural advinda de um novo padrão de desenvolvimento gestado pela nova política federal, que desmantelou os principais mecanismos de alavancagem. O cerne dessa nova atitude passou a ser a regulação da economia, através das Agências Setoriais, e, sobretudo pela busca da estabilização monetária através do equilíbrio das contas públicas e do

balanço de pagamentos, ficando reservado aos Estados a procura por novos investimentos induzindo a o que hoje conhecemos por “guerra fiscal”, diante do exposto fizemos uma comparação do PIB de outros países com o do Brasil e posteriormente comparamos com o PIB de Goiás.

A incapacidade do Estado em formular políticas cujos objetivos fossem de longo prazo, “crescimento sustentado”, optando pela busca imediatista do curto prazo marcou de forma indelével o período, década de 80, não só para o Brasil como para toda a América Latina. A escalada do processo inflacionário, aliada à incapacidade de solução por parte do Governo Federal aumentou os problemas relacionados ao padrão de desenvolvimento.

Esses fatos ajudam a entender a grande instabilidade dos dados do PIB brasileiro, nos anos 80, demonstrando a incapacidade de gerenciamento da economia por parte do governo, deixando uma abertura bastante perigosa para entrada de políticas “salvadoras da pátria”, como de fato ocorreu com a ascensão ao governo de Fernando Collor que iniciou o processo de implantação de políticas neoliberais no final dos anos 80.

Devemos atentar para o fato de que a procura por resultados de curto prazo, decorrentes da necessidade de geração de superávits em sua balança de transações correntes foi importante para a consolidação do parque agroindustrial goiano. O país sempre foi historicamente grande exportador de commodities e em Goiás já se sentia os resultados da modernização agrícola com o aumento da produção principalmente de produtos agro-industrializáveis e agro-exportáveis, soja, milho, cana-de-açúcar, etc., fato este que levou grandes conglomerados agroindustriais se deslocarem para o estado, transferindo fábricas de beneficiamento de grãos e atividades relacionadas à integração na criação e abate de animais, em que pese seus centros de decisão ou de condução de estratégias de empresariais terem permanecido nas suas matrizes, geralmente em São Paulo, ocorrendo uma desconcentração na base de operações, enquanto que o centro de decisão permaneceu concentrado.

Percebemos através da nossa pesquisa que mesmo com o país mergulhado num período de instabilização, comumente chamado de década perdida, o resultado para Goiás foi positivo, a taxa de crescimento do PIB do estado de Goiás foi superior (tabela 3), a instabilidade também foi maior, resultado de sua menor especialização na economia, o setor primário teve crescimento contínuo até 1989, o crescimento populacional sempre teve taxas anuais superiores às do Brasil (Gráfico 4), isso denota que apesar dos resultados negativos para o país, em nível de Estados houve um aumento das diversidades regionais com

alguns tendo resultados acima do país devido a seu tipo de especialização e outros com resultados negativos.

A partir dos anos 90, inicia-se a abertura comercial e desregulamentação da economia, num primeiro momento com o governo de Fernando Collor e posteriormente completado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste processo surgem novos requisitos locacionais, havendo um enfraquecimento da ação estatal que perde seu papel de articulador das questões estratégicas nacionais, delegando a iniciativa privada o seu papel. Esse fato gera uma reconfiguração das dinâmicas regionais, redefinem-se novos circuitos produtivos, onde se elegem pontos cada vez mais específicos, particularizados pelos seus atrativos locacionais e produtivos e, pelos seus incentivos fiscais, ALMEIDA FILHO(2000) caracterizou esse fenômeno com uma “desconstrução de regiões”.

Dentro desta nova forma de atuação do Governo Federal, ou podemos até interpretar como sua “não atuação”, consolida-se na composição da renda goiana o setor primário, ele passa de 22,9 % em 1985 para 27,5 % em 1996, demonstrando que a política macro-econômica do Governo Federal teve impacto positivo no setor. A comparação das taxas de crescimento do PIB total de Goiás com o Brasil mostra que o desempenho goiano foi superior ao brasileiro, em oito observações de uma série de doze (1985/1996), Goiás apresentou níveis superiores ao Brasil.

Alguns resultados que consideramos importantes foram: primeiro, a constatação de que o setor primário goiano é muito mais representativo que o brasileiro, em 1997 ele representou 27,8 % da renda goiana enquanto que o do Brasil ficou em 7,49%, segundo, a participação da indústria na renda goiana também difere expressivamente da brasileira, 12,8 % em 1997 para Goiás e 33,14 % para o Brasil e terceiro a fluabilidade nas taxas de crescimento do setor primário goiano são muito maiores que a brasileira, resultado da conformação do desenvolvimento por que passou Goiás.

É importante considerar que ocorre uma especialização na indústria goiana, em agroindústrias, que tem reflexo muito forte no setor primário. A indústria goiana, sendo basicamente formada por agroindústrias mostra que a diversificação da economia goiana é muito menor que a brasileira.

A população goiana apresentou taxas de crescimento superiores as taxas do Brasil, em todos os anos da série que analisamos (tabela 4), 1985/1998, tendo uma magnitude maior a partir de 1992, a teoria econômica neoclássica preconiza que os movimentos

populacionais de trabalhadores devem-se aos desequilíbrios na distribuição espacial das oportunidades econômicas, conjugados a outros determinantes da qualidade de vida, WOOD, CARVALHO(1994), sendo assim os fluxos migratórios são resultados de decisões individuais, que se baseiam numa avaliação dos benefícios que poderão advir da mudança, sem dúvida esse enfoque da teoria neoclássica capta de maneira coerente um aspecto que consideramos essencial para entendimento das migrações.

Ora, se Goiás teve taxas de crescimento populacional superiores às do Brasil e isso leva a uma constatação de que ele foi alvo de um forte fluxo migratório, sendo assim, podemos considerar que Goiás apresentou perspectivas de trabalho e de condições de vida atraentes para um contingente grande de trabalhadores, fato este que denota um comportamento estrutural diferente do país.

A nossa primeira hipótese foi confirmada pelos dados coletados na pesquisa, o PIB do Estado de Goiás teve comportamento diferente do PIB do Brasil, verificamos uma acentuação dessas diferenças principalmente a partir do emprego por parte do Governo Federal de políticas de cunho neoliberal, a abertura comercial e os incentivos à exportação foram e ainda são preponderantes para o desenvolvimento goiano. Elas acabam por consolidar o setor primário, que se especializa cada vez mais em produtos agro-exportadores e agro-industrializáveis, em um componente que diferencia fundamentalmente a renda goiana da brasileira, outro fato que denota ter tido um desempenho econômico acima do brasileiro foi a verificação da ocorrência de uma migração para Goiás de um expressivo contingente populacional.

A verificação de nossa segunda hipótese, de que o Sudoeste de Goiás tenha sido beneficiado pelo novo estilo de desenvolvimento emergido da mudança na política econômica, se confirma pelos dados obtidos através de nossa pesquisa.

Os dados referentes ao emprego formal mostram que o Sudoeste de Goiás foi mais aquinhoado em aumento do emprego que o Estado de Goiás, foi verificado que os setores que mais tiveram crescimento foi o setor primário e secundário, cujos desempenhos fizeram aumentar sua participação no total de empregos estadual.

A mudança na política econômica, conforme os dados da pesquisa, trouxe a partir de 1994, principalmente, resultados benéficos para a geração de empregos formais no Sudoeste de Goiás.

A confirmação da expansão dos empregos pode ser inferida quando é mostrado o crescimento no consumo de energia elétrica industrial e na expansão da agricultura, entretanto, os resultados da pesquisa apontaram para a evolução na taxa de variação anual do consumo de energia elétrica industrial do Sudoeste de Goiás foi significativamente superior ao do Estado de Goiás.

A pesquisa mostra que internamente ao Sudoeste de Goiás o município de Rio Verde foi o que apresentou a taxa anual de crescimento maior entre todas as cidades e também apresentou o maior crescimento no número de consumidores de energia elétrica industrial.

A conjugação desses dados indicava um aumento na atividade industrial do Sudoeste de Goiás e, em particular, do município de Rio Verde. Porém, foi necessária a constatação, mostrada na pesquisa, de que houve um aumento na renda do município de Rio Verde, que serviu de parâmetro de comparação com as demais regiões, visto que, a comparação foi feita com os municípios mais representativos de cada uma das dezoito microrregiões do Estado de Goiás.

A pesquisa mostra que somente três regiões tiveram crescimento no índice que calcula a participação dos municípios na arrecadação do ICMS, dentre essas três regiões se encontra o Sudoeste de Goiás e, comparando as taxas anuais de crescimento foram verificadas que, a partir de 1994, o Sudoeste apresentou as melhores taxas, o que é outro indicativo de que as mudanças ocorridas neste período foram benéficas ao Sudoeste.

O aumento no índice que distribui a arrecadação estadual do ICMS também reflete a situação do setor primário, que é à base da economia do Sudoeste de Goiás. O Sudoeste é o maior produtor de grãos da região e isso tem haver com as políticas públicas que geraram o desenvolvimento do Estado de Goiás, principalmente aquela de âmbito específica como o Polocentro que atuou no município de Rio Verde e região.

Ficou demonstrado que o município de Rio Verde é o maior produtor de grãos do Sudoeste de Goiás e pelos novos requisitos impostos pelo novo estilo de desenvolvimento o município passou a ser o mais aquinhoado pelos novos investimentos. As características locacionais, de infra-estrutura e por ser a maior cidade do Sudoeste e aliados aos incentivos fiscais deixam o município com vantagens sobre os demais, não sendo necessariamente dentre os municípios aquele que mais necessita de investimentos.

O investimento em agroindústrias recentemente instalado tem haver com a disponibilidade de grãos, melhor localização rodoviária, oferta de mão de obra, incentivos fiscais, infra-estrutura, etc.

Portanto, a pesquisa comprova que o novo estilo de desenvolvimento produziu alterações estruturais na economia goiana e particularmente no Sudoeste de Goiás. Esse novo padrão é caracterizado pela falta de investimento estatal, deixando ao mercado o processo decisório do investimento, sendo assim as localidades que já possuem as infra-estruturas desejadas pelo capital foram às beneficiadas pelos novos investimentos.

Há que se refletir se esta postura não levará a um aumento maior das diversidades regionais, acarretando problemas sociais nas localidades que justamente necessitam de maiores investimentos para seu desenvolvimento, fazendo com o Estado de Goiás tenha somente alguns pontos do seu território seja desenvolvido e o restante seja crescentemente carente de investimentos.

- BIBLIOGRAFIA -

- ALMEIDA FILHO, N. **Desigualdade e convergência das rendas regionais: uma revisão a partir dos dados empíricos de Minas Gerais**. In: VIII SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 1998, Diamantina. Anais...1998.
- ALMEIDA FILHO, N. **Mudanças na dinâmica regional: alterações estruturais na economia do Triângulo Mineiro 1985-1996**. Uberlândia: IE/UFU. (Relatório de Pesquisa FAPEMIG), 2000.
- ALMEIDA FILHO, N. **Os limites estruturais à política econômica brasileira nos anos 80/90. 1994. 285f.** Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade de Campinas – IE/UNICAMP, Campinas.
- CADASTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS 1998. Goiânia: FIEG, 1999.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930 - 1970 e 1970 - 1995**. 2 ed. rev. aum. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. (30 anos de economia – UNICAMP, 2).
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos**. In CANO, W. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95**. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, p.101-142, junho/95.
- CANO, W. **Para uma política de resgate ao atraso do Brasil na década de 90**. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 2, p. 97-124, agosto/93.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4 ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998 (30 anos de economia – UNICAMP, 1).
- CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- CASTRO, A.C.; FONSECA, M.G. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995.
- CONSIDERA, C.M.; MEDINA, M.H. **PIB por Unidade da Federação: valores constantes e correntes – 1985/96**. Texto para Discussão n. 610. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

- COUTO, F.A.A.; MONTEIRO, J.A. O cluster de grãos na região de Rio Verde no Sudoeste de Goiás. In HADDAD, P.R. (org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil**. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.
- DELGADO, G.C.; GASQUES, J.G.; VILLA VERDE, C.M.(org.). **Agricultura e políticas públicas**. 2. Ed. Brasília: IPEA, 1996.
- ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.
- FARIA, C.A.P. **Goiás Portfolio 1997**. Goiânia: Sebrae/GO, 1999.
- FURTADO, C. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 3, p. 37-42, setembro/94.
- FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, p. 5-58, agosto/92.
- GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Coordenação. **Agregados Econômicos regionais, Produto Interno Bruto em Goiás – 1970-84**. Goiânia, 1986. 76 p.
- GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Coordenação. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás - 1985**. Goiânia, 1986. 560p.
- GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Coordenação. **Perfil Sócio Econômico do Estado de Goiás**. Goiânia, 1985. 142 p.
- GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Cenário Sócio Econômico do Estado de Goiás: Mesorregião Sul Goiano**. Goiânia, 1995. 240 p.
- GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás - 1996**. Goiânia, 1996. 621p.
- GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Goiás em dados**. Goiânia, 1994. 70p.
- GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Goiás em dados 1999**. Goiânia, 1999. 141p.

GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Catálogo do informações sócio-econômicas dos municípios do Estado de Goiás – 1995**. Goiânia, 1996. 252 p.

GOIÁS (Estado). Tribunal de Contas dos Municípios. **Retrato dos municípios goianos: estatísticas e realidades das gestões municipais**. Goiânia, 1999. 171 p.

HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação no salário mínimo. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/IE, n. 11, p.199-221. Dezembro/98.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991: Situação demográfica, social e econômica: primeiras considerações: Estado de Goiás**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Econômicos – 1985, v. 5. Região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas Históricas do Brasil**. v. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. (Séries estatísticas retrospectivas).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste**. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Goiás e Tocantins: informações básicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores da Produção Agroindustrial 1981/1993**. n. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

IPEA. **O Brasil na virada do milênio: Trajetória do crescimento e desafios do desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 1997.

IPEA/IBGE/NESUR(IE/UNICAMP). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção Pesquisas 3). VI e V. 2.

- LAVINAS, L.; GARCIA, E.H.; AMARAL, M.R. **Desigualdades regionais: indicadores socio-econômicos nos anos 90**. Texto para Discussão n. 460. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.
- MALUF, R.S.J. **Um “mal necessário” – Comercialização agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil**. Texto para Discussão n. 12. Brasília: IPEA, 1992.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização conservadora agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**. v. 1. Brasília: IPEA n. 3, p. 03-44. Junho de 1990.
- MONTEIRO NETO, A.; GOMES, G.M. **Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste brasileiro: recursos públicos em ação**. Texto para Discussão n. 712. Brasília: IPEA, 2000.
- MUELLER, C.C. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no Centro-Oeste. **Planejamento e Políticas Públicas**. v. 1. Brasília: IPEA n. 3, p. 03-44. Junho de 1990.
- MUELLER, C.C.; MARTINE, G. Modernização Agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 80. **Revista de Economia Política**. v. 17. São Paulo: Ed. 34 n. 3 (67), p.85-104, julho/setembro/1997.
- PACHECO, C.A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: UNICAMP.IE, 1998.
- PEREIRA, P. **A década de 80 revisitada**. In ALBUQUERQUE, R.C. (org.). **O Brasil social: realidades, desafios, opções**. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.
- PEREIRA, S.L. Algumas considerações sobre as políticas de atração de investimentos. **RVEconomia**, Rio Verde, GO, ano 2, n. 3, p. 08-10, nov./1999.
- PIANCASTELLI, M.; PEROBELLI, F. **ICMS: Evolução recente e guerra fiscal**. Texto para Discussão n. 402. Brasília: IPEA, 1996.
- REIS, R.F. A recuperação econômica e o cenário para 2001: a indústria e a economia goiana. **Goiás Industrial**, Goiânia, GO, ano 32, n. 177, p. 16-19, maio/junho 2000.
- RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 1999. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Lisboa: Trinova Editora, 1999.

SILVA; A.B.O.; MEDINA, M.H. **Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-1998**. Texto para Discussão n. 677. Brasília: IPEA, 1999.

TAVARES, M.C. **A retomada da hegemonia norte-americana**. In TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, M.C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. Ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

TAVARES, M.C. Ajuste e reestruturação nos países centrais. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, p. 21-58, agosto/92.

TAVARES, M.C. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

TAVARES, M.C. **O presente como história**. In MAGALHÃES, J.P.A.; MINEIRO, A.S.; ELIAS, L.A. Vinte anos de política econômica. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1999.

TAVARES, M.C. **O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente**. In BELLUZZO, L.G.M.; COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil. 4 ED V.2. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

TAVARES, M.C.; MELIN, L.E. **Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana**. In TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

WOOD, C.H.; CARVALHO, J.A.M. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

- ANEXOS -

Anexo 1: Índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS do Estado de Goiás - 1990 a 1998

MUNICÍPIOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
ABADIA DE GOIÁS							0,0720795	0,074565	0,0811919
ABADIÂNIA	0,088655	0,0746337	0,0774465	0,086035	0,0860431	0,0786665	0,0694754	0,0809032	0,0975675
ACREÚNA	0,7384433	0,667092	0,6465319	0,6686086	0,6366654	0,6487419	0,6012038	0,5318222	0,5702916
ADELÂNDIA	0,073428	0,0717953	0,0800343	0,0801587	0,0710837	0,0681497	0,0660192	0,0663887	0,06635
ÁGUA FRIA DE GOIÁS	0,0849776	0,0742953	0,0768246	0,0872439	0,0945739	0,0874421	0,0876294	0,0944937	0,0890654
ÁGUA LIMPA	0,1254112	0,1000587	0,0862849	0,0714661	0,0704288	0,0792635	0,0672302	0,0626666	0,0753896
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS							0,0533015	0,0593227	0,0811709
ALEXÂNIA	0,1032842	0,1131601	0,132389	0,1274678	0,1562861	0,1579028	0,1131546	0,1127844	0,1136382
ALOÂNDIA	0,0831297	0,0846372	0,0875983	0,077714	0,0723172	0,0711509	0,069944	0,0690194	0,0693168
ALTO HORIZONTE				0,0431034	0,0663993	0,0624212	0,0570185	0,062406	0,0752698
ALTO PARAÍSO	0,0623128	0,0594584	0,0621668	0,0590999	0,067916	0,0730155	0,0724614	0,0725349	0,0665463
ALVORADA DO NORTE	0,1187334	0,1151434	0,1086311	0,1001463	0,1031563	0,1002737	0,0872044	0,0849545	0,08187
AMARALINA							0,0627156	0,0656659	0,0731972
AMERICANO DO BRASIL	0,0993153	0,0901989	0,086095	0,0955846	0,0976687	0,0944314	0,0849242	0,0733711	0,0803544
AMORINÓPOLIS	0,1033241	0,1073128	0,111172	0,101397	0,0893788	0,0947315	0,1010151	0,1000821	0,0985747
ANÁPOLIS	7,257028	7,5051888	7,1477911	5,6014877	4,849508	5,0222624	4,4532203	5,0559176	6,0669424
ANANGÜERA	0,0498572	0,0584586	0,06148	0,052168	0,0520902	0,0496034	0,0471389	0,0479996	0,0477836
ANICUNS	0,2681571	0,2631407	0,2935554	0,315314	0,3128855	0,3095306	0,2816652	0,2905852	0,3981548
AP. DE GOIÂNIA	0,6043779	0,8449025	1,3697456	1,9376496	2,2824587	2,6660675	2,3263874	1,7060059	1,7295157
AP. DO RIO DOCE				0,0431034	0,0795652	0,0955505	0,1006053	0,1117532	0,1035545
APORÉ	0,8419304	0,7031862	0,5657587	0,7466886	0,3919372	0,2741205	0,2371681	0,2870013	0,2794597
ARAÇU	0,1030998	0,1017021	0,0989913	0,0876019	0,0841468	0,081024	0,0696441	0,0703606	0,0684812
ARAGARÇA	0,0805375	0,0836309	0,1014004	0,101071	0,0930463	0,09113691	0,0832395	0,0919448	0,1000107
ARAGOIÂNIA	0,0920366	0,0887708	0,0903486	0,0871094	0,0881525	0,0821819	0,0650745	0,0722955	0,0816658
ARAGUAPAZ	0,2227985	0,1939566	0,1881944	0,1915406	0,2013131	0,1909722	0,1577313	0,1662496	0,1510713
ARENÓPOLIS	0,1425794	0,1442357	0,1576257	0,1403838	0,1118264	0,1201492	0,1186837	0,116036	0,1188344
ARUANÃ	0,2282423	0,2071399	0,2005285	0,1781095	0,1715176	0,1790732	0,1569755	0,1734229	0,1852122
AURILÂNDIA	0,1846111	0,1559446	0,1363785	0,1225656	0,1011683	0,0955854	0,0895727	0,0912089	0,1022104
AVELINÓPOLIS	0,0820718	0,0803471	0,0897631	0,0831323	0,0676823	0,0694522	0,0654416	0,0672185	0,0692453
BALIZA	0,0818387	0,0725105	0,0696114	0,0635736	0,0569285	0,0720143	0,0895831	0,0902673	0,088477
BARRO ALTO	0,2411075	0,1939697	0,162993	0,1561058	0,1522511	0,1459205	0,1041836	0,1139008	0,143
BELA VISTA DE GOIÁS	0,3733614	0,0365063	0,3539824	0,317325	0,2956462	0,2964363	0,2653685	0,2761921	0,3199385
BOM JARDIM DE GOIÁS	0,125499	0,121306	0,1213629	0,1301374	0,1175376	0,1156846	0,1365365	0,1541061	0,1618746
BOM JESUS DE GOIÁS	1,1406379	0,8578198	0,6508463	0,6962375	0,634606	0,6111326	0,5327515	0,5168294	0,5444736
BOMFINÓPOLIS	0,0628407	0,0573816	0,0572558	0,0629602	0,0643304	0,0628744	0,0671688	0,0693635	0,0693913
BONÓPOLIS							0,0563547	0,0571817	0,069199

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de Goiás
Comissão de Elaboração dos Índices de Distribuição do ICMS - COÍNDICE/ICMS
Secretaria Executiva

**Anexo 1: Índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS do
Estado de Goiás - 1990 a 1998**

continuação

MUNICÍPIOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
BRAZABRANTES	0,0616202	0,0588578	0,0637276	0,0593099	0,0647174	0,0845992	0,0694168	0,0574868	0,0589533
BRITÂNIA	0,198452	0,1835699	0,1710281	0,1656496	0,1787609	0,1787303	0,14522	0,1457318	0,15325
BURITI ALEGRE	0,2287258	0,208207	0,2190465	0,1800171	0,1509878	0,1607643	0,1382017	0,1448345	0,1483627
BURITI DE GOIÁS				0,0431034	0,0539978	0,0559761	0,0528902	0,0595678	0,0635831
BURITINÓPOLIS				0,0431034	0,0463297	0,0552342	0,0647499	0,061323	0,0490992
CABECEIRAS	0,1024397	0,1319271	0,1352211	0,1158581	0,1356946	0,1313574	0,1286963	0,1315866	0,1269013
CACHOEIRA ALTA	0,3565239	0,2905732	0,2719191	0,2703802	0,2272587	0,2086628	0,2058029	0,2569184	0,2972997
CACHOEIRA DE GOIÁS	0,0742638	0,0734373	0,0729475	0,0680384	0,0671956	0,0665246	0,0633954	0,0633537	0,0617433
CACHOEIRA DOURADA	0,2297805	0,190779	0,1621799	0,1696454	0,4486948	0,9326354	1,0052578	0,9734301	0,9214755
CAÇU	0,5519946	0,4808322	0,4983044	0,4586492	0,4125172	0,4219347	0,3523343	0,3715102	0,349778
CAIAPÔNIA	0,4697107	0,4187069	0,3985014	0,4079411	0,3163598	0,2966766	0,3934741	0,422178	0,417693
CALDAS NOVAS	0,2498135	0,2683722	0,2991675	0,3188418	0,3821744	0,4177676	0,3613894	0,3799922	0,4457504
CALDAZINHA				0,0431034	0,0458642	0,0508551	0,0522611	0,0532776	0,0556342
CAMPESTRE DE GOIÁS	0,1021373	0,0928542	0,0904393	0,0790412	0,0745844	0,0740479	0,0655229	0,0708252	0,0722198
CAMPINAÇU	0,0955198	0,0833319	0,0777774	0,0708613	0,1013043	0,0984894	0,0543343	0,0568465	0,0622997
CAMPINORTE	0,1075488	0,1053124	0,1080503	0,1113117	0,1132595	0,1040098	0,0895376	0,0965182	0,1024383
CPO. ALEGRE DE GOIÁS	0,1650857	0,1495623	0,1300033	0,1719812	0,2177654	0,2076322	0,2239192	0,2542987	0,2616266
CAMPOS BELOS	0,1537229	0,137325	0,1316162	0,1360448	0,1224551	0,1163032	0,1066364	0,0934853	0,0901145
CAMPOS VERDES	0,0768333	0,0773337	0,0879308	0,090467	0,0863906	0,0772996	0,0726861	0,0800084	0,0755462
CARMO DO RIO VERDE	0,2923382	0,2607755	0,1942492	0,1864956	0,1783154	0,134254	0,1099355	0,1239789	0,1354043
CASTELÂNDIA				0,0431034	0,0832185	0,092725	0,1026012	0,1132166	0,10795
CATALÃO	2,3397841	1,9164237	1,5493906	1,6240088	1,8484941	2,2590156	2,3335543	2,1084698	1,987519
CATURAÍ	0,1111409	0,1088643	0,0984054	0,0782589	0,0733762	0,0784301	0,0766371	0,0807774	0,0828885
CAVALCANTE	0,0556858	0,0612713	0,0647419	0,0566595	0,0695019	0,071651	0,0538031	0,0518668	0,0527523
CERES	0,4462234	0,4489245	0,4883844	0,4426094	0,4232709	0,3813306	0,2686983	0,3088224	0,3201063
CESARINA	0,7921352	1,0781142	1,0989471	0,927204	1,1740799	1,1778254	0,8711966	0,7831746	0,78435
CHAPADÃO DO CÉU				0,0431034	0,5277044	0,5941193	0,670241	0,6854857	0,7219617
CIDADE OCIDENTAL				0,0431034	0,1040208	0,1000667	0,0923372	0,0950821	0,1104722
COCALZINHO DE GOIÁS				0,0431034	0,04310633	0,4254887	0,3830877	0,2456372	0,3530259
COLINAS DO SUL	0,0524608	0,0638196	0,0649479	0,0525761	0,0537881	0,051416	0,0463018	0,0451392	0,0468425
CORREGO DO OURO	0,1234822	0,1121047	0,1032371	0,0962178	0,0845795	0,076925	0,0763738	0,0833472	0,0864032
CORUMBÁ DE GOIÁS	0,6900938	0,6992265	0,5601462	0,4569326	0,0900259	0,0814069	0,0788978	0,0743278	0,0691049
CORUMBAIBA	0,2232084	0,1911637	0,1650234	0,1727044	0,1729794	0,1507008	0,1389332	0,1559808	0,1616945
CRISTALINA	0,8614889	0,867017	0,7292602	0,7130454	0,7458061	0,7523555	0,7572734	0,7062667	0,7055295
CRISTIANÓPOLIS	0,065983	0,0673528	0,0709072	0,068844	0,0671162	0,06484	0,0661643	0,0724291	0,0766125
CRIXÁS	0,1790758	0,1702962	0,1717485	0,1739421	0,1749263	0,176975	0,2781434	0,5076733	0,6034118
CROMÍNIA	0,100691	0,1021767	0,1072072	0,1051508	0,01092718	0,1038061	0,1050545	0,1167293	0,0944246

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de Goiás
Comissão de Elaboração dos Índices de Distribuição do ICMS - COÍNDICE/ICMS
Secretaria Executiva

**Anexo 1: Índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS do
Estado de Goiás - 1990 a 1998**

continuação

MUNICÍPIOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
CUMARI	0,1125944	0,1141706	0,1179078	0,1007512	0,089835	0,0952487	0,0959421	0,0985636	0,0958657
DAMIANÓPOLIS	0,0538969	0,0532896	0,0583559	0,0522025	0,0505199	0,0509688	0,0447357	0,0457658	0,0480063
DAMOLÂNDIA	0,1152759	0,102224	0,0875783	0,0816362	0,078533	0,0627711	0,0517456	0,0543443	0,0557377
DAVINÓPLIS	0,0653752	0,064388	0,0665647	0,0635329	0,06718	0,0659522	0,0565419	0,0581337	0,0588528
DIORAMA	0,1122553	0,1013762	0,0967061	0,0984558	0,087085	0,0945622	0,1017567	0,0967278	0,09674788
DIVINÓPOLIS	0,0712754	0,0694691	0,0731621	0,0702986	0,0707516	0,0642997	0,0693779	0,0738275	0,0626598
DOVERLÂNDIA	0,1865283	0,1796458	0,1921086	0,2057045	0,183141	0,1733027	0,1901388	0,2184581	0,2329301
DEALINA	0,2137154	0,1547761	0,1229395	0,1371127	0,1419199	0,1474055	0,1331473	0,1301767	0,1408297
EDÉIA	0,4008278	0,3764199	0,3922824	0,3972214	0,3695622	0,3318849	0,3212278	0,3570927	0,3732134
ESTRELA DO NORTE	0,1448618	0,1306155	0,120338	0,0948042	0,0712225	0,0703982	0,0628787	0,061954	0,0623287
FAINA	0,1747017	0,1245999	0,0872373	0,0930546	0,1010055	0,0964589	0,0870506	0,0986213	0,0954407
FAZENDA NOVA	0,1922363	0,1639827	0,1475747	0,1382403	0,1076287	0,0987611	0,1097891	0,1204928	0,1341337
FIRMINÓPOLIS	0,1291546	0,1351519	0,1492293	0,1431317	0,1272375	0,1084196	0,1017989	0,1129003	0,1193194
FLORES DE GOIÁS	0,1321671	0,107037	0,111714	0,1379495	0,1534358	0,1388805	0,1215976	0,1286912	0,1152611
FORMOSA	0,7167021	0,6784283	0,643548	0,7393632	0,5737116	0,536454	0,5705252	0,544353	0,5425687
FORMOSO	0,1318282	0,1225254	0,1108456	0,1002718	0,0900601	0,0762878	0,07188614	0,0739712	0,0712366
GOIANÁPOLIS	0,0941978	0,0956791	0,109579	0,1179819	0,1200589	0,1308255	0,1871814	0,2160985	0,1694693
GOIANDIRA	0,1071661	0,0971579	0,0894173	0,0838186	0,08511392	0,0820991	0,0724645	0,0764221	0,080246
GOIANÉSIA	1,3801927	1,2880667	1,0225473	0,9606386	1,1041416	1,1405806	1,0001795	1,1234922	1,3114313
GOIÂNIA	25,0778982	28,1077353	30,6851684	29,1796807	27,0310731	28,3112908	28,9373209	29,3822776	29,289275
GOIANIRA	0,1153617	0,1168783	0,1361721	0,1405173	0,145934	0,1712182	0,1718948	0,1649358	0,1840191
GOLÁS	0,3444463	0,3590791	0,3721475	0,3861596	0,37177715	0,3121733	0,2751376	0,2685919	0,2775974
GOIATUBA	2,2608052	2,0561499	1,6953347	1,4558432	1,2064358	1,2698835	1,3731024	1,2817986	1,1494817
GOUVERLÂNDIA	0,3029516	0,2171916	0,1957509	0,2272952	0,2104899	0,2048212	0,191661	0,1995689	0,190189
GUAPÓ	0,1257579	0,1320025	0,1513251	0,1445101	0,1460287	0,1365428	0,1086775	0,1284196	0,1343761
GUARAÍTA				0,0431034	0,0538119	0,0545476	0,0590834	0,0515536	0,0512565
GUARANI DE GOIÁS	0,0659514	0,064024	0,0632543	0,056496	0,0555397	0,0642425	0,0592244	0,04997	0,0536734
GUARINOS	0,0710474	0,0612879	0,0529329	0,0499115	0,0479849	0,0523456	0,0507863	0,0470597	0,0482276
HEITORAÍ	0,1090386	0,1265844	0,1202937	0,0812084	0,0680856	0,0654707	0,0636425	0,0619051	0,0606225
HIDROLÂNDIA	0,1695549	0,164421	0,1761148	0,1681135	0,1836015	0,1978066	0,1544392	0,1696064	0,2035712
HIDROLINA	0,0916217	0,0918932	0,0921288	0,0822958	0,0768672	0,0713249	0,0649998	0,065484	0,06555
IACIARA	0,1195523	0,1167342	0,1276134	0,1239028	0,1070811	0,1019155	0,1074717	0,0977211	0,0911355
INACIOLÂNDIA				0,0431034	0,1360259	0,196907	0,2221922	0,22583	0,2142919
INDIARA	0,2256733	0,2527663	0,2836164	0,274923	0,2580841	0,261846	0,2283833	0,2212509	0,2497215
INHUMAS	0,9701157	0,8647025	0,7294872	0,8006111	0,7096826	0,5782042	0,5657312	0,5770229	0,5943204
IPAMERI	0,6432342	0,5747385	0,4480924	0,44519	0,4844243	0,4579926	0,4490627	0,4646638	0,483822
IPORÁ	0,3843372	0,4009467	0,4156772	0,3774726	0,3228925	0,3003038	0,2784566	0,2807826	0,2863155
ISRAELÂNDIA	0,0990411	0,0955844	0,0979059	0,0988832	0,0859752	0,0888301	0,0875131	0,0791494	0,0844883

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de Goiás
Comissão de Elaboração dos Índices de Distribuição do ICMS - COÍNDICE/ICMS

**Anexo 1: Índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS do
Estado de Goiás - 1990 a 1998**

continuação

MUNICIPIOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
ITABERAÍ	0,487672	0,4313732	0,4216017	0,4406619	0,4922056	0,4916047	0,3994163	0,3775174	0,3542821
ITAGUARI	0,07682	0,0713107	0,0734918	0,0758418	0,0803882	0,079924	0,0660836	0,0660258	0,0694833
ITAGUARU	0,0973188	0,1002104	0,1099858	0,0979209	0,08401	0,07837	0,0738649	0,076776	0,0787934
ITAJÁ	0,4045999	0,3644623	0,3835416	0,3779332	0,393866	0,3836303	0,4438298	0,466454	0,3097989
ITAPACI	0,2133658	0,2051694	0,192155	0,1970782	0,1768621	0,1618652	0,1628919	0,1598352	0,1583643
ITAPIRAPUÃ	0,2668302	0,2550756	0,2705062	0,2564825	0,2489825	0,2434595	0,2162379	0,2322133	0,2414763
ITAPURANGA	0,2802124	0,2664219	0,2776519	0,2887426	0,2843872	0,2386508	0,1817396	0,2124524	0,2305318
ITARUMÃ	0,503748	0,4246191	0,4002767	0,4045675	0,4126021	0,3958405	0,3406825	0,3733575	0,3280572
ITAUÇU	0,1741536	0,1675569	0,1593175	0,1387277	0,1255471	0,1190435	0,1048346	0,1046035	0,1116575
ITUMBIARA	3,3666103	4,2169717	4,0675458	2,9107379	3,5442429	3,8318068	2,8477675	2,936589	3,276062
IVOLÂNDIA	0,1158459	0,1113014	0,107608	0,1102676	0,1141223	0,1031942	0,0945605	0,1011632	0,1048454
JANDAIA	0,402451	0,3183636	0,3313348	0,3955332	0,3793008	0,3961533	0,3590024	0,3760935	0,4173079
JARAGUA	0,3743306	0,3471629	0,3686736	0,3993727	0,3615941	0,2888616	0,2396216	0,2838669	0,3016065
JATAÍ	1,6241622	1,6704321	1,8438174	2,2807985	2,8155807	2,9227752	2,5791066	2,2141971	2,0323642
JAUPACI	0,071725	0,0695312	0,073229	0,0764083	0,0725176	0,0689226	0,0704472	0,0774894	0,0790795
JESUPOLIS				0,0431034	0,0459119	0,0490155	0,0510858	0,0542174	0,0551748
JOVIÂNIA	0,2264568	0,2298518	0,2324757	0,2379488	0,2417582	0,2111122	0,1782926	0,1724619	0,1826303
JUSSARA	0,4999892	0,5036461	0,5519625	0,4788782	0,4826822	0,5252482	0,5036281	0,5025435	0,4372391
LEOPOLDO DE BULHÕES	0,0913589	0,0935854	0,106089	0,1114696	0,1216147	0,1409765	0,1417475	0,1433081	0,1423467
LUZIÂNIA	0,643529	1,1506637	1,5768711	1,5492499	1,2626404	1,3696074	1,3983936	1,2813458	1,2341963
MAIRIPOTABA	0,1087158	0,0970047	0,0860043	0,0806781	0,0789626	0,0810863	0,0724791	0,0748522	0,0810884
MAMBAÍ	0,0616743	0,0598732	0,0606276	0,0614184	0,0566221	0,0491206	0,0469046	0,048796	0,04883731
MARA ROSA	0,2427911	0,2153637	0,2156572	0,2214896	0,1819	0,1682496	0,1122175	0,1219946	0,1306506
MARZAGÃO	0,0824458	0,0727071	0,0634652	0,0573163	0,0555581	0,0540613	0,0543704	0,0560004	0,0545819
MATRINHÃ	0,1679593	0,1251686	0,1001097	0,131575	0,1589921	0,1703573	0,1586962	0,1502937	0,1508607
MAURILÂNDIA	0,5065641	0,275439	0,2628031	0,2343846	0,1792755	0,1475781	0,1671729	1,1939483	0,1753686
MIMOSO	0,0965433	0,0756581	0,0640147	0,0617399	0,0579287	0,0618623	0,0639499	0,0711614	0,0723833
MINAÇU	0,2317736	0,8632577	1,4755011	1,7405598	1,8053234	1,7001551	1,6569983	1,8397444	1,957749
MINEIROS	1,0287404	0,9195697	0,8263501	0,9801506	1,001733	0,8835509	0,9597928	1,0310587	1,0446989
MOIPORÁ	0,1236378	0,1113377	0,1064088	0,0870081	0,0731923	0,0722165	0,0689426	0,0770308	0,080774
M. ALEGRE DE GOIÁS	0,0926517	0,08377	0,0795342	0,0779697	0,0782657	0,0722711	0,0688957	0,0717095	0,0650442
M. CLAROS DE GOIÁS	0,3173481	0,2976384	0,3198633	0,2966636	0,247961	0,3150086	0,3465727	0,3379144	0,2993925
MONTIVIDIU	0,9859021	0,6490563	0,4596482	0,7752401	0,7401002	0,6257468	0,7393346	0,6838644	0,7025953
MONTIVIDIU DO NORTE				0,0431034	0,0531557	0,0614882	0,0611858	0,06464	0,0671859
MORRINHOS	0,6463624	0,6225834	0,6118644	0,6284563	0,6544695	0,6804461	0,6583621	0,6600348	0,6879011
MORRO AGUDO	0,1284839	0,0984245	0,0626259	0,0575873	0,058634	0,0567299	0,0511499	0,0485065	0,0504688

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de Goiás
Comissão de Elaboração dos Índices de Distribuição do ICMS - COÍNDICE/ICMS
Secretaria Executiva

**Anexo 1: Índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS do
Estado de Goiás - 1990 a 1998**

continuação

MUNICÍPIOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
MOSSÂMEDES	0,1515323	0,1301852	0,1190984	0,1211518	0,114952	0,1182896	0,0996824	0,0903651	0,0952871
MOZARLÂNDIA	0,281768	0,2760028	0,2589056	0,2267042	0,2220148	0,2194462	0,1977699	0,2110583	0,198948
MUNDO NOVO	0,3514592	0,284796	0,2454347	0,2294087	0,1885545	0,1744868	0,1564712	0,1648674	0,1624425
MUTUNÓPOLIS	0,1097579	0,1079985	0,1006773	0,1137006	0,1185864	0,0909405	0,0798752	0,0850072	0,0872126
NAZÁRIO	0,1389765	0,1346306	0,136032	0,1250979	0,1179885	0,1360296	0,1439282	0,146239	0,1406141
NERÓPOLIS	0,1574789	0,161584	0,157	0,1317757	0,1745521	0,2142478	0,2027214	0,2852966	0,3846851
NIQUELÂNDIA	1,8959856	1,5242701	1,1584574	1,2626112	1,3168043	1,084727	0,8630979	0,963406	1,0559657
NOVA AMÉRICA	0,0695055	0,0706125	0,0731983	0,0750098	0,0741122	0,0672528	0,0615329	0,0630492	0,0658875
NOVA AURORA	0,0950934	0,0855309	0,0737415	0,0635757	0,0668798	0,0715219	0,0671033	0,0639167	0,063317
NOVA CRIXÁS	0,6975749	0,5429529	0,482081	0,4804829	0,4490728	0,4233415	0,3626303	0,425284	0,462754
NOVA GLÓRIA	0,1414509	0,1363713	0,1525353	0,1513038	0,1743399	0,1909928	0,2390177	0,2711239	0,1962398
NOVA IGUAÇU DE GOIÁS				0,0431034	0,053685	0,0547588	0,0579654	0,0650933	0,0633319
NOVA ROMA	0,0729091	0,0705304	0,0791463	0,0759359	0,059951	0,0532778	0,0520678	0,0526784	0,0513538
NOVA VENEZA	0,0684293	0,0681976	0,07218	0,0652649	0,0629391	0,0630939	0,0633139	0,0732227	0,073678
NOVO BRASIL	0,1414047	0,1316487	0,1141542	0,0923993	0,0931385	0,0976793	0,0937983	0,0998761	0,0964422
NOVO GAMA							0,0526513	0,0516741	0,0802918
NOVO PLANALTO	0,22551359	0,1815499	0,1443416	0,1400994	0,1504162	0,1534871	0,1234163	0,1168651	0,1102253
ORIZONA	0,2034932	0,1964797	0,1901475	0,1959529	0,190565	0,1721675	0,1862959	0,2133904	0,2415782
OURO VERDE DE GOIÁS	0,0805609	0,0852381	0,0801074	0,065171	0,068195	0,0781291	0,0656843	0,0553273	0,0585604
OUVIDOR	0,7430129	0,66115748	0,5250788	0,4561726	0,52652	0,5243867	0,3601003	0,3576617	0,401546
PADRE BERNARDO	0,1620764	0,1653726	0,1665354	0,131538	0,1126328	0,1169751	0,1229966	0,1439048	0,1480291
PALESTINA DE GOIÁS	0,1219199	0,1214785	0,1214181	0,1319506	0,1120768	0,109174	0,1173448	0,1103672	0,1104803
PALMEIRAS DE GOIÁS	0,7921353	0,5394624	0,3357756	0,3801509	0,407369	0,3898719	0,3026801	0,2927092	0,3420092
PALMELO	0,0590224	0,0610802	0,0675073	0,0666557	0,0604768	0,0538456	0,05377986	0,0579372	0,0564176
PALMINÓPOLIS	0,1102222	0,1042044	0,1105651	0,1137562	0,1078476	0,0999067	0,0903134	0,1054171	0,1216896
PANAMÁ	0,160569	0,1346904	0,1145089	0,1145123	0,0993491	0,0935736	0,098766	0,103764	0,1057405
PARANAIGUARA	0,3638111	0,2937692	0,2999127	0,2850112	0,2488094	0,2156788	0,2182015	0,2512147	0,1896311
PARAÚNA	0,5164292	0,5535276	0,595801	0,5922969	0,5191108	0,4756334	0,4807541	0,4989576	0,5512704
PEROLÂNDIA				0,0431034	0,0946518	0,1563698	0,2021502	0,2365614	0,2662338
PETROLINA DE GOIÁS	0,1310952	0,1170175	0,1158167	0,1199458	0,1151132	0,1026157	0,0849941	0,0834451	0,0875531
PILAR DE GOIÁS	0,0828746	0,0647286	0,083813	0,0815468	0,0756787	0,0772327	0,0744815	0,0670355	0,0695225
PIRACANJUBA	0,4806092	0,4453204	0,391355	0,3711042	0,3954869	0,4131587	0,3667808	0,3997424	0,441807
PIRANHAS	0,2530103	0,2380538	0,2490242	0,2297504	0,1987374	0,2178165	0,2161766	0,2240179	0,2243174
PIRENÓPOLIS	0,2829252	0,2914743	0,3462158	0,3573008	0,3364778	0,3644877	0,2679201	0,2126667	0,2556541
PIRES DO RIO	1,0895314	0,8416346	0,5424132	0,6994194	0,6416024	0,4661803	0,6221449	0,8141762	0,6407282
PLANALTINA	0,13509	0,159059	0,1618257	0,1534658	0,1746421	0,2337275	0,2066072	0,1676187	0,2306785
PONTALINA	0,513517	0,4457369	0,3826578	0,4089505	0,3970234	0,394128	0,4511336	0,4069077	0,3072428

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de Goiás
Comissão de Elaboração dos Índices de Distribuição do ICMS – COÍNDICE/ICMS
Secretaria Executiva

**Anexo 1: Índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS do
Estado de Goiás - 1990 a 1998**

continuação

MUNICÍPIOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
PORANGATU	0,816169	0,7271117	0,6620907	0,6376729	0,5927673	0,5209688	0,4498048	0,4722758	0,4675127
PORTEIRÃO							0,1011721	0,0970689	0,1991486
PORTELÂNDIA	0,1712498	0,1580749	0,1681555	0,1990223	0,1663562	0,1320336	0,161074	0,164044	0,173333
POSSE	0,1102314	0,1238297	0,1432472	0,1217874	0,1196233	0,1333349	0,1160942	0,1155293	0,1251122
PROFESSOR JAMIL				0,0431034	0,0564545	0,0644649	0,0631555	0,0718472	0,0775596
QUIRINÓPOLIS	1,2521681	1,2045027	1,2067823	1,0766192	1,0638849	1,1721957	1,111085	1,1159792	1,067845
RIALMA	0,4461756	0,3498948	0,3087381	0,3343905	0,2354313	0,1686188	0,1813877	0,2459588	0,2654521
RIANÁPOLIS	0,0748903	0,0891677	0,0970507	0,0952488	0,0898896	0,0698699	0,0773324	0,0830703	0,0765812
RIO QUENTE	0,0979984	0,0811686	0,0623901	0,6011285	0,0623924	0,0656147	0,0634978	0,0701624	0,074194
RIO VERDE	3,3014284	3,3824039	3,2143874	3,5820041	3,815235	3,7648727	3,8149469	3,6859384	3,5669225
RUBIATA	0,2366049	0,3102198	0,3661946	0,334013	0,2670797	0,2719643	0,237899	0,219831	0,3161592
SANCLERLÂNDIA	0,2114408	0,197263	0,177662	0,1786072	0,1750313	0,149071	0,1285671	0,1380854	0,151162
STA BÁRBARA	0,0932377	0,0968279	0,0970364	0,0979772	0,1052505	0,1105777	0,0987136	0,0920544	0,0938791
SANTA CRUZ	0,0905428	0,086777	0,0833014	0,0846143	0,0946343	0,0905112	0,080547	0,0904778	0,0942804
SANTA FÉ	0,241363	0,1632898	0,1052477	0,1232147	0,1409733	0,1389445	0,1313959	0,1737904	0,1909149
SANTA HELENA	1,4536407	1,5180517	1,4814111	1,4526107	1,4253665	1,2607203	1,2178132	1,32801	1,4689226
SANTA IZABEL	0,1184862	0,1112622	0,116859	0,1174674	0,1149786	0,1084073	0,0929808	0,1064162	0,1092197
STA RITA ARAGUAIA	0,1269632	0,1132182	0,1066441	0,1084567	0,1078967	0,1001917	0,0939728	0,0946806	0,0991982
S. RITA DO NOVO DESTINO							0,0765753	0,0820249	0,061926
STA ROSA DE GOIÁS	0,0964228	0,0894258	0,0919234	0,0885155	0,0885986	0,0830891	0,0650217	0,0639761	0,0649217
STA TEREZA DE GOIÁS	0,1186627	0,1069709	0,0955683	0,0910652	0,1000074	0,0956649	0,0808642	0,0806337	0,0770434
STA. TEREZINHA	0,1194705	0,1420382	0,1710939	0,1583716	0,1308596	0,1059091	0,0830639	0,0927218	0,1131226
STO ANT DA BARRA				0,0431034	0,0749509	0,0912432	0,0940801	0,1154082	0,131796
STO ANT DE GOIÁS				0,0431034	0,0545217	0,0583059	0,0579015	0,0597431	0,061762
STO ANT DO DESCOBERTO	0,074111	0,0741904	0,0792721	0,086593	0,0911812	0,090411	0,0988768	0,1278055	0,1567514
SÃO DOMINGOS	0,0959924	0,0906726	0,0946841	0,0952467	0,0912852	0,0927749	0,1002105	0,1050894	0,1047636
SÃO FCO DE GOIÁS	0,2097164	0,1847837	0,1481433	0,1525762	0,1516516	0,1163696	0,087638	0,0955278	0,0934363
SÃO JOÃO D'ALIANÇA	0,1158928	0,1152658	0,1080319	0,1016711	0,1088253	0,1061776	0,1000037	0,1033712	0,1110675
SÃO JOÃO DA PARAÚNA	0,2484086	0,1579226	0,1066039	0,1145934	0,0788342	0,0763854	0,0780335	0,0828323	0,08147
SÃO L. MONTES BELOS	0,6211921	0,5951649	0,5557792	0,4727926	0,4105361	0,3591826	0,3335029	0,3525644	0,3730833
SÃO LUIZ DO NORTE	0,1119381	0,1041346	0,0969534	0,0858016	0,0874421	0,0931916	0,0818823	0,0891291	0,0956578
S. MIGUEL ARAGUAIA	0,5532762	0,471282	0,4379595	0,4504727	0,4715063	0,4608914	0,392473	0,4460472	0,4316061
S MIGUEL PASSA QUATRO	0,092841	0,0784888	0,0702829	0,0818368	0,0799904	0,0688718	0,0720684	0,079802	0,083944
SÃO PATRÍCIO							0,0557047	0,0586484	0,0526626
SÃO SIMÃO	0,1764404	0,1577392	0,1525855	1,6825109	3,0828669	1,5443602	4,7490036	2,9642562	0,2135179
SENADOR CANEDO	0,3002267	0,222585	0,1593638	0,1840305	0,1727157	0,1516602	0,1675534	0,2649231	0,3862687

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de Goiás
Comissão de Elaboração dos Índices de Distribuição do ICMS - COÍNDICE/ICMS
Secretaria Executiva

**Anexo 1: Índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS do
Estado de Goiás - 1990 a 1998**

continuação									
MUNICIPIOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
SERRANÓPOLIS	0,265111	0,2516381	0,3374063	0,403313	0,3417997	0,3455518	0,3560914	0,3491403	0,3510154
SILVÂNIA	0,3049306	0,2664914	0,2304429	0,2447662	0,2709721	0,2663648	0,2416321	0,253957	0,2717805
SIMOLÂNDIA	0,0683393	0,0654397	0,0650734	0,0572704	0,0543562	0,0568495	0,0576417	0,0632406	0,0742006
SITIO D'ABADIA	0,0629139	0,0569771	0,0523215	0,049021	0,0503503	0,0592884	0,0577776	0,0509471	0,0492898
TAQUARAL DE GOIÁS	0,0915335	0,0879648	0,0874174	0,082216	0,0806132	0,0740707	0,0611283	0,0610637	0,0622899
TEREZINA DE GOIÁS	0,0524608	0,0505984	0,0504513	0,047448	0,0466304	0,0450947	0,0425818	0,042871	0,0437978
TEREZÓPOLIS DE GOIÁS				0,0431034	0,0574142	0,0679008	0,0708588	0,074895	0,0875675
TRES RANCHOS	0,0588106	0,0585707	0,0576193	0,0509595	0,0527483	0,0554827	0,0530907	0,0531236	0,0549015
TRINDADE	0,3498483	0,4104464	0,52555	0,6412583	0,7207305	0,6769082	0,7608779	0,8519865	0,8880854
TROMBAS	0,0835797	0,0822591	0,1031122	0,1067447	0,0816574	0,0729765	0,0711127	0,0687133	0,0619975
TURVÂNIA	0,1106995	0,1120191	0,1226794	0,1211524	0,1177553	0,1124847	0,0979395	0,100171	0,1142189
TURVELÂNDIA	0,3435575	0,2649529	0,2719346	0,3504855	0,4010006	0,489684	0,3903488	0,4129615	0,5549027
UIRAPURU				0,0431034	0,0465752	0,0517894	0,0518363	0,0537633	0,059013
URUAÇU	0,3952596	0,3762582	0,3470868	0,3099484	0,289114	0,2877456	0,2388608	0,231428	0,2659277
URUANA	0,2051696	0,215694	0,274803	0,3118174	0,2590778	0,2129421	0,2378841	0,2546349	0,2115141
URUTÁI	0,0916983	0,0793364	0,0815511	0,079079	0,0678299	0,0676455	0,0734366	0,0835134	0,0863667
VALPARAÍSO DE GOIÁS							0,060687	0,0590168	0,1422368
VARIÃO	0,081029	0,076957	0,0846801	0,0882949	0,0844184	0,0808131	0,0775472	0,0875087	0,0829748
VIANÓPOLIS	0,1770214	0,1593702	0,1446399	0,1487334	0,1633814	0,1545647	0,1533859	0,1859869	0,2028827
VICENTINÓPOLIS	0,4025638	0,3532129	0,3027992	0,3508513	0,3978188	0,322484	0,2480548	0,2750165	0,2994671
VILA BOA				0,0431034	0,1112232	0,0559889	0,0549183	0,0506279	0,0517163
VILA PROPICIO							0,0954672	0,0822646	0,0975431

Fonte: Secretaria Estadual da Fazenda do Estado de Goiás
Comissão de Elaboração dos Índices de Distribuição do ICMS – COÍNDICE/ICMS
Secretaria Executiva

Anexo 2: Quantidade produzida (ton.) nos municípios do Sudoeste de Goiás das principais culturas selecionadas – 1990 a 1998

MUNICÍPIO	CULTURA	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990
AP. DO RIO DOCE	Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Feijão	-	-	-	-	54	48	-	-	-
	Milho	960	960	345	5.760	5.400	4.500	-	-	-
	Soja	-	-	-	2.200	6.600	6.300	-	-	-
	Sorgo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APORÉ	Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	-	-	-	336	210	336	815	770	770
	Feijão	21	21	18	21	41	39	87	141	140
	Milho	5.640	5.640	3.209	2.176	4.320	3.200	36.480	44.160	24.600
	Soja	880	880	1.032	2.300	410	410	193.800	194.754	130.000
	Sorgo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIAPÔNIA	Algodão	-	-	-	-	360	340	608	-	-
	Cana	250	200	197	3.500	3.500	3.500	3.750	3.000	4.250
	Feijão	2.853	4.085	2.021	1.830	998	221	68	87	82
	Milho	34.000	40.553	39.277	64.500	42.600	42.000	31.500	28.000	21.000
	Soja	66.000	55.000	39.682	31.680	35.200	35.860	29.920	26.982	21.500
	Sorgo	960	600	-	-	1.200	-	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	945	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CASTELÂNDIA	Algodão	1.200	1.995	1.990	2.180	1.610	-	-	-	-
	Cana	104.920	104.920	87.720	66.202	55.300	-	-	-	-
	Feijão	-	-	-	-	-	240	-	-	-
	Milho	360	420	420	420	420	420	-	-	-
	Soja	2.000	2.250	1.950	2.400	2.280	2.280	-	-	-
	Sorgo	3.300	2.400	2.100	2.280	1.260	1.170	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CHAPADÃO DO CÉU	Algodão	28.655	2.970	1.935	-	-	-	-	-	-
	Cana	-	-	-	452	453	453	-	-	-
	Feijão	-	320	-	40	40	56	-	-	-
	Milho	222.353	226.440	212.966	230.520	172.800	80.100	-	-	-
	Soja	192.883	151.200	132.124	105.300	160.380	198.360	-	-	-
	Sorgo	7.320	1.440	135	-	1.125	-	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	441	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Anexo 2: Quantidade produzida (ton.) nos municípios do Sudoeste de Goiás das principais culturas selecionadas – 1990 a 1998

municípios	cultura	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990
DOVERLÂNDIA	Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	1.250	631	631	2.250	1.750	2.000	2.000	1.750	2.020
	Feijão	15	18	10	30	20	-	-	54	80
	Milho	3.430	4.410	1.794	3.570	3.570	2.550	2.940	2.520	2.000
	Soja	-	-	-	-	1.100	1.100	352	308	1.080
	Sorgo	-	-	60	-	-	-	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JATAÍ	Algodão	150	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	1.500	1.500	1.500	44.000	44.000	44.000	42.500	42.500	40.000
	Feijão	610	160	264	1.320	800	980	1.200	980	1.080
	Milho	302.847	375.000	196.674	180.000	274.050	165.600	173.400	163.200	90.000
	Soja	339.150	292.320	227.842	220.800	207.480	205.530	182.400	146.905	121.500
	Sorgo	25.591	16.800	11.912	14.400	25.156	6.480	-	442	3.000
	Tomate	-	-	-	-	3.600	150	150	200	265
	Trigo	2.945	-	1.408	150	700	1.540	1.200	300	400
MAURILÂNDIA	Algodão	2.760	400	400	2.960	1.300	1.870	-	-	-
	Cana	526.920	526.922	455.800	232.640	214.500	140.600	196.000	196.000	224.000
	Feijão	-	450	-	520	-	830	-	-	-
	Milho	2.980	7.200	7.200	6.700	5.590	12.000	17.200	14.250	9.900
	Soja	4.800	3.780	3.780	4.240	5.500	7.875	8.050	3.148	3.060
	Sorgo	600	-	-	-	-	-	210	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MINEIROS	Algodão	1.500	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	600	110	167	2.600	2.800	2.800	2.800	2.400	4.800
	Feijão	-	-	-	300	690	1.020	1.430	864	729
	Milho	97.050	123.000	43.417	110.073	81.400	69.300	83.500	56.000	32.000
	Soja	267.300	228.330	112.330	191.400	199.000	187.200	176.900	146.905	149.000
	Sorgo	39.600	32.400	6.942	12.000	13.440	5.400	3.200	1.180	800
	Tomate	-	-	-	-	-	-	80	60	60
	Trigo	110	220	126	110	237	204	540	165	70
MONTIVÍDIU	Algodão	5.950	6.000	4.200	1.760	302	1.320	2.800	6.250	420
	Cana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Feijão	13.250	15.640	3.780	920	1.200	2.210	1.810	1.974	1.620
	Milho	112.500	147.000	153.000	207.200	165.500	139.550	135.000	128.400	49.200
	Soja	196.000	137.000	112.500	115.500	118.800	94.860	72.000	54.525	41.250
	Sorgo	30.000	36.000	14.400	3.800	3.400	960	350	929	-
	Tomate	11.900	520	-	-	8.750	10.000	2.100	4.783	-
	Trigo	1.600	600	410	-	230	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Anexo 2: Quantidade produzida (ton.) nos municípios do Sudoeste de Goiás das principais culturas selecionadas – 1990 a 1998

municípios	cultura	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990
PALESTINA DE GOIÁS	Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Feijão	5	10	2	10	15	15	12	28	70
	Milho	2.400	4.800	717	4.500	4.500	4.200	3.348	2.700	2.100
	Soja	-	-	-	750	750	748	714	630	640
	Sorgo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PEROLÂNDIA	Algodão	270	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Feijão	350	105	161	171	513	147	-	-	-
	Milho	58.300	63.206	49.157	44.340	47.900	17.280	-	-	-
	Soja	115.920	67.200	70.925	91.200	75.394	15.400	-	-	-
	Sorgo	6.000	2.400	4.092	6.000	7.680	1.680	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	60	-	-	-
PORTELÂNDIA	Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	560	320	410	240	240	240	240	400	600
	Feijão	-	105	-	36	128	93	209	360	358
	Milho	18.500	29.000	43.291	29.300	23.000	22.200	21.900	16.000	9.500
	Soja	54.000	56.760	28.360	48.400	51.000	38.400	36.000	29.981	29.000
	Sorgo	5.400	4.500	1.011	2.300	2.520	480	-	148	450
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RIO VERDE	Algodão	23.800	21.670	24.200	15.400	11.235	6.600	6.590	4.020	3.130
	Cana	117.450	74.490	74.490	72.580	113.100	113.100	56.940	60.590	55.250
	Feijão	13.620	3.500	1.430	1.280	1.300	2.150	2.680	3.375	2.950
	Milho	154.500	243.000	249.500	356.500	332.550	264.800	268.800	357.000	250.170
	Soja	424.630	312.000	275.000	231.800	220.000	173.910	176.000	218.856	184.800
	Sorgo	45.000	54.000	27.000	6.000	7.200	1.800	780	2.057	175
	Tomate	16.100	9.000	4.000	2.700	5.500	300	700	6.792	800
	Trigo	1.500	720	1.220	-	900	360	-	-	-
SANTA HELENA DE GOIÁS	Algodão	32.340	60.320	50.995	50.600	24.800	29.700	19.250	18.000	17.850
	Cana	1.200.232	1.010.700	1.010.700	834.100	840.200	742.600	666.640	697.000	666.400
	Feijão	1.385	1.468	735	725	945	2.250	1.205	1.440	3.425
	Milho	21.870	75.140	93.030	66.950	55.640	81.700	76.000	52.700	40.000
	Soja	32.760	20.070	18.800	26.000	18.228	30.800	21.200	4.947	3.000
	Sorgo	1.050	3.970	4.495	2.150	2.480	3.200	1.950	1.062	-
	Tomate	1.950	-	-	2.000	-	-	-	-	1.400
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Anexo 2: Quantidade produzida (ton.) nos municípios do Sudoeste de Goiás das principais culturas selecionadas – 1990 a 1998

municípios	cultura	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990
SANTA RITA DO ARAGUAIA	Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	220	320	217	320	320	320	320	320	400
	Feijão	-	-	-	42	-	30	-	15	5
	Milho	960	1.440	900	1.450	1.450	1.280	1.280	1.200	900
	Soja	690	990	420	990	577	1.032	360	1.599	1.000
	Sorgo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTONIO DA BARRA	Algodão	3.000	2.440	3.490	3.490	1.680	-	-	-	-
	Cana	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Feijão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Milho	6.000	9.000	9.000	9.200	9.750	4.800	-	-	-
	Soja	4.140	3.200	3.200	950	950	1.710	-	-	-
	Sorgo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SERRANÓPOLIS	Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cana	600	480	416	305.900	305.900	325.400	325.400	525.400	550.400
	Feijão	30	48	4	90	84	120	132	128	120
	Milho	49.480	50.400	22.496	28.200	34.650	22.020	15.120	13.230	7.920
	Soja	53.700	41.820	24.526	34.000	26.400	22.000	19.800	17.988	19.100
	Sorgo	-	1.200	240	2.604	4.650	960	-	-	-
	Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Trigo	-	-	-	-	-	210	-	-	-

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

**Anexo 3: Quantidade Produzida (ton.) das principais culturas nas Microrregiões
do Estado de Goiás – 1990 a 1998**

MICRORREGIÃO DE ANÁPOLIS									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		632.420	14.452	24.092	112.875	7.375		24.685	
1997		447.871	18.969	18.897	112.256	2.450	33	41.676	
1996		496.162	12.509	22.257	108.518	1.436	78	28.820	120
1995		717.550	27.087	31.540	162.860	4.150	280	20.612	101
1994		619.250	29.769	27.750	162.600	5.110	280	31.960	
1993		570.780	27.069	27.706	173.350	2.650	800	29.330	
1992	140	520.150	34.918	25.090	160.850	2.940	160	21.345	
1991		501.980	32.004	26.000	190.840	3.160		27.185	
1990		440.960	36.035	22.560	123.740	2.840		25.810	

Microrregião de Anicuns									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998	290	721.600	3.259	15.410	60.340	2.400		6.750	
1997	354	409.350	5.203	11.639	73.930	2.400		4.786	
1996	500	473.850	7.067	11.466	73.624	900		4.942	
1995		265.350	7.833	15.600	83.640	3.200		7.000	
1994	450	266.350	8.102	11.790	74.810	1.000		4.480	
1993	400	248.350	6.386	10.180	59.790	200		2.900	
1992	300	228.800	9.354	9.400	64.350	200		2.900	
1991		225.700	9.095	10.180	65.230	400		3.904	
1990		163.500	9.913	9.800	48.740	400		2.940	

Microrregião de Aragarças									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		3.082	774	6.760	7.530	745			
1997		3.900	736	7.420	10.645				
1996		3.300	210	7.220	10.395		8		
1995		3.900	543	10.470	11.975	1.930			
1994	45	3.700	422	10.620	7.380	1.620			
1993		3.640	375	8.670	9.400	1.500	51		
1992		3.800	677	10.300	13.270	2.560	15		
1991	20	4.500	303	8.965	12.700	2.660	15		
1990		4.290	152	7.960	10.380	5.170	20		

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Anexo 3: Quantidade Produzida (ton.) das principais culturas nas Microrregiões do Estado de Goiás – 1990 a 1998

continuação

Microrregião de Catalão									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998	2.460	335.500	6.895	21.350	88.809	285.460	3.225		2.222
1997	2.090	333.500	11.040	21.810	194.560	210.448	750	52.750	1.550
1996	1.600	284.000	7.290	23.550	183.000	177.940	708	15.050	4.770
1995	1.600	296.200	13.110	18.425	129.310	149.045	1.018	1.600	2.300
1994	695	348.150	12.428	17.625	99.500	181.000	240	5.680	5.160
1993	95	320.700	8.896	17.150	84.590	161.500	140		2.270
1992	930	311.150	4.053	16.025	99.110	143.194		1.200	
1991	2.100	305.050	7.005	15.025	76.380	140.130	1.548	9.853	
1990	40	229.070	6.708	15.420	32.790	85.010		1.400	220

Microrregião de Ceres									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		2.246.650	6.572	26.840	121.525	4.888		49.930	
1997		2.239.000	7.914	28.960	136.596	5.642		31.334	
1996		2.075.170	7.012	18.980	96.759	5.742		37.725	
1995		1.476.210	9.538	21.665	138.409	12.697	85	59.005	
1994		1.486.600	18.002	17.380	119.700	13.844		68.470	
1993		1.619.830	10.899	22.645	112.850	10.250	30	58.000	
1992		1.713.455	16.050	24.460	133.240	10.092		15.790	
1991		1.935.390	15.633	24.900	152.290	9.060	22	29.013	
1990		2.040.880	15.830	24.290	76.140	5.737	744	64.010	

MICRORREGIÃO DE CHAPADA DOS VEADEIROS									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		23.240	1.225	6.120	23.445	16.000		68	1.400
1997		13.750	1.094	5.840	24.040	16.640			1.440
1996		6.576	955	5.332	18.031	13.014			1.500
1995		20.380	855	6.010	15.140	18.860		150	
1994		20.160	958	5.645	16.040	23.220			1.200
1993		17.760	1.000	6.190	12.530	18.120		120	
1992		23.870	1.039	5.535	15.310	20.870		40	
1991		24.360	3.290	5.460	15.810	28.220		32	
1990		33.190	1.437	5.130	7.120	18.320			

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

**Anexo 3: Quantidade Produzida (ton.) das principais culturas nas Microrregiões
do Estado de Goiás – 1990 a 1998**

continuação

Microrregião do Entorno de Brasília									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998	736	434.280	57.099	23.466	321.245	305.636	360	58.640	1.980
1997	90	419.365	38.184	22.330	509.160	229.300	90	74.363	3.666
1996	15	352.695	13.732	26.881	360.151	169.813	2.418	5.050	7.060
1995		235.545	21.564	33.875	333.065	172.184	1.350	12.766	792
1994		206.385	20.374	28.350	251.595	277.720	672	20.490	2.550
1993	202	200.880	16.531	13.900	190.053	210.842	250	50.902	1.980
1992		506.650	11.009	12.800	203.830	225.830		74.000	720
1991		599.880	14.593	16.340	189.120	225.450		88.925	
1990		435.090	15.574	13.680	69.720	100.925		136.880	

MICRORREGIÃO DE GOIÂNIA									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998	1.170	86.837	1.449	24.380	41.650	14.899	90	66.100	
1997		74.053	1.111	13.092	44.576	9.187	325	79.860	
1996		71.954	976	11.560	54.267	8.753	175	92.512	2
1995		83.270	1.695	19.060	61.385	6.562		76.214	
1994		82.819	2.273	18.120	59.660	6.560		73.820	
1993		43.559	1.592	17.655	58.470	6.420	70	46.390	
1992		28.640	2.557	18.355	61.790	3.295		27.900	
1991		18.960	3.300	19.490	48.490	1.960		39.578	
1990		20.350	3.530	18.840	34.070	3.760	42	47.510	

Microrregião de Iporá									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		1.185	120	13.160	19.910	2.000			
1997		1.195	309	13.710	21.630	2.700		200	
1996		5.090	335	14.010	21.880	2.700		225	
1995		6.044	823	12.130	27.950	3.500		280	
1994		6.010	767	14.140	25.120	3.800		200	
1993		5.560	725	10.390	25.700	2.100			
1992		5.980	1.110	10.470	26.500	2.100			
1991		6.100	1.205	7.820	22.930	700			
1990		5.500	1.272	8.160	16.710	878		80	

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

**Anexo 3: Quantidade Produzida (ton.) das principais culturas nas Microrregiões
do Estado de Goiás – 1990 a 1998**

continuação

Microrregião de Meia Ponte									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998	50.913	1.485.760	19.170	15.810	228.241	530.574	28.477	35.900	
1997	44.000	1.253.530	22.204	18.990	518.292	283.040	5.522	63.665	
1996	40.455	1.158.810	19.019	17.960	578.871	290.592	9.498	48.830	
1995	33.636	1.349.556	19.221	18.510	488.258	303.813	2.625	30.250	
1994	29.286	999.190	17.055	14.770	479.455	290.822	5.636	29.905	125
1993	25.628	735.490	13.120	10.795	414.846	283.387	5.586	14.515	
1992	23.710	476.660	9.426	12.555	512.872	217.481	1.326	11.045	
1991	30.590	379.700	9.601	13.365	532.100	208.012	309	30.967	
1990	20.738	210.620	8.929	13.680	405.390	181.590	1.150	13.140	230

Microrregião de Pires do Rio									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		12.820	8.607	9.701	93.235	122.390	1.470	25.200	
1997		2.957	7.811	4.588	105.480	94.270	1.810	5.260	140
1996		127.444	3.763	3.928	112.695	66.362	1.740	12.258	3.429
1995		45.750	3.948	9.720	74.080	89.760	675	11.085	160
1994		35.600	5.717	8.070	54.744	82.720	60	1.220	3.006
1993		33.800	5.118	7.680	45.200	55.580		3.230	2.663
1992		24.000	4.962	3.510	53.760	50.180		11.740	866
1991		20.000	3.822	6.000	47.580	45.500		810	
1990	18	32.680	2.568	5.750	35.400	35.840		1.560	

Microrregião de Porangatu									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		24.935	1.731	27.140	73.325	23.924			
1997		15.940	2.884	12.190	67.995	6.556			
1996		10.102	1.394	8.679	58.363	19.618		1.552	156
1995		27.300	2.483	12.635	53.103	22.838			
1994		26.240	5.030	12.965	47.090	28.945			
1993		29.300	7.817	11.995	39.012	13.464			
1992		28.035	2.582	10.400	37.120	13.770			
1991		25.870	2.067	10.645	46.965	15.215	177	300	
1990	75	59.940	2.068	10.110	27.350	10.720	159		

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

**Anexo 3: Quantidade Produzida (ton.) das principais culturas nas Microrregiões
do Estado de Goiás – 1990 a 1998**

continuação

Microrregião de Quirinópolis									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998	12.000		1.515	4.315	70.922	82.744	7.500		
1997	2.220		1.145	4.645	134.042	66.980	1.288		
1996	540		850	4.038	122.335	42.270	790		
1995	2.560	480	273	6.670	110.436	61.080	1.874		
1994	1.175	480	690	6.670	92.860	59.150	1.040	950	
1993	1.560	480	635	6.950	66.460	43.970	975		
1992	1.295	480	20	7.400	98.760	33.492			
1991	1.490	480	540	7.550	116.160	25.640	1.173		
1990	1.140	480	53	8.200	73.070	26.140	1.110		

Microrregião do Rio Vermelho									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		2.374	15.998	8.380	13.670	1.464	406		
1997		1.514	10.585	2.740	24.670	802		10.120	
1996		1.514	14.412	4.137	34.886	285		8.040	
1995	230	2.475	4.796	7.635	16.203	1.410			
1994	30	1.800	6.170	5.015	20.070	4.424			
1993		1.800	4.697	4.455	17.965	13.650			
1992		1.500	2.725	2.280	30.850	6.400	298		
1991		1.700	4.265	2.475	34.375	5.390	26	5.394	
1990		1.700	1.875	2.140	21.590	3.320	80	1.330	

Microrregião de São Miguel do Araguaia									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		2.950	768	9.700	8.810				
1997		1.950	769	4.170	11.515	48			
1996		1.368	707	5.080	13.561	84			
1995	80	3.950	730	7.200	11.800	27			
1994		3.050	707	7.540	11.930	370			
1993		3.000	853	7.890	9.180		40		
1992		2.600	888	6.950	9.500		180		
1991		6.650	764	7.060	9.420		52		
1990		7.600	73	9.870	5.020	90	220		

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Anexo 3: Quantidade Produzida (ton.) das principais culturas nas Microrregiões do Estado de Goiás – 1990 a 1998

continuação

MICRORREGIÃO DO VALE DO RIO DOS BOIS									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998	93.258	2.196.470	12.611	7.270	136.760	248.840	21.370	34.590	
1997	45.150	1.439.120	10.400	8.330	356.460	159.000	10.500	17.557	
1996	43.296	1.827.940	10.990	47.610	418.468	108.730	4.002	14.027	
1995	42.535	1.570.892	10.074	8.630	389.607	182.850	945	13.120	
1994	28.400	2.110.460	8.996	9.425	368.522	188.395	1.897	15.595	
1993	26.800	1.802.460	8.234	10.240	323.290	148.470	946	3.075	
1992	28.087	1.980.350	2.589	10.750	372.410	138.780	519	200	
1991	21.120	1.518.670	3.333	10.740	428.720	89.135		1.850	
1990	16.330	1.631.500	1.382	10.730	318.490	70.800	790	11.135	

Microrregião do Vão do Paraná									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998		22.600	134	5.600	26.131	3.514			
1997		17.945	294	5.936	22.500	1.760			
1996	270	4.797	178	2.840	9.482	1.920			
1995		20.435	442	5.664	16.340	3.230		220	
1994		19.670	347	5.540	17.510	12.250			
1993	45	19.585	822	7.645	15.820	9.509			
1992		32.410	504	7.855	17.260	8.990			
1991	60	30.980	1.266	6.590	17.940	13.100		60	
1990	13	30.020	902	8.870	3.340	1.970		80	

Microrregião do Sudoeste de Goiás									
	algodão	cana	feijão	mandioca	milho	soja	sorgo	tomate	trigo
1998	99.625	1.954.502	32.139	12.546	1.095.770	1.756.153	161.521	29.950	6.155
1997	95.795	1.720.593	25.930	11.269	1.408.439	1.372.950	153.310	9.520	1.540
1996	87.120	1.632.248	8.425	8.180	1.128.553	1.052.330	70.287	4.000	3.164
1995	76.390	1.565.120	7.335	44.075	1.353.339	1.109.790	49.254	4.700	260
1994	41.287	1.582.273	6.828	48.235	1.266.950	1.129.029	68.851	18.795	2.508
1993	39.830	1.375.349	10.449	50.290	939.360	1.022.665	20.960	10.450	2.374
1992	29.248	1.297.349	8.833	32.760	866.468	917.496	6.490	3.030	1.740
1991	28.270	1.530.130	9.946	21.980	879.360	847.528	5.818	11.835	465
1990	21.400	1.548.890	10.659	24.410	539.260	704.390	4.425	2.525	470

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal